



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA 23 DE SETEMBRO DE
DOISMILEVINTEEDOIS**

----- No dia 23 de setembro de dois mil e vinte dois, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes como Primeira Secretária e pela Senhora Isabel Cristina Bento Fernandes como Segunda Secretária. A Sessão teve início às 09 horas e 15 minutos, tendo-se verificado as seguintes faltas: -----

Senhor Deputado Municipal José Alberto da Costa Ferreira (injustificada); -----

Senhor Deputado Municipal Hélder Filipe dos Santos Viana (justificada); -----

Senhor Deputado Municipal Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu (justificada); -----

Senhora Deputada Municipal Celina Lourenço Martins Ferreira (injustificada); -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ribafeita Custódio de Figueiredo Ferreira (justificada); -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Povolide José Manuel de Almeida Fernandes (justificada); -----

Para que conste na presente Ata, o resumo da correspondência recebida e expedida, previamente disponibilizada, fica a seguir transcrito: -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

– A Assembleia Municipal de Viseu recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

– A Assembleia Municipal de Viseu recebeu vários pedidos de cedência do Salão Nobre. ---

– O Exmo. Deputado Municipal Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho remeteu via correio eletrónico justificação da sua falta à Sessão Ordinária da AM de 27/06/2022. -----

– O Exmo. Senhor Secretário Geral da ANAM remeteu email referente ao assunto: Associados da ANAM (atualização). -----

– O Exmo. Senhor Manuel Ferreira Ramos remeteu email referente ao assunto: Curso Breve Assembleias Municipais e Capacitação dos Eleitos Locais | 19 e 20 julho | 18h00 - 20h00 | Zoom. -----

– O Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu EPE, remeteu resposta ao pedido de agendamento de uma reunião com a Mesa da Assembleia Municipal de Viseu e representantes dos Grupos Municipais. -----

– A Exma. Sra. Presidente da CCDRC remeteu resposta ao assunto: Pedido de esclarecimento. -----

– O Exmo. Senhor Manuel Ferreira Ramos remeteu email referente ao assunto: Miúdos Seguros - Agarrados à Net. -----

– Foi recebida correspondência de entidades e particulares relativa a assuntos de natureza diversa. -----

– A Exma. Sra. Diretora Executiva do ACES Dão Lafões, remeteu resposta ao pedido de agendamento de uma reunião com a Mesa da Assembleia Municipal de Viseu e representantes dos Grupos Municipais. -----

– O Exmo. Sr. Provedor Santa Casa Misericórdia de Viseu, remeteu resposta ao pedido de agendamento de uma reunião com a Mesa da Assembleia Municipal de Viseu e representantes dos Grupos Municipais. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remeteu documentos para a Sessão Ordinária da AM de 23 de setembro de 2022. -----
- Foram recebidas comunicações de indisponibilidade de presença e pedidos de substituição para a Sessão Ordinária de 23/09/2022. -----
- O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu remeteu via correio eletrónico Informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município para a Sessão Ordinária da AM de 23 de setembro de 2022. -----
- O Exmo. Senhor Manuel Ferreira Ramos remeteu email referente ao assunto: WEBINAR 26 setembro, 17 H Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas. -----
- CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----
- Depois de devidamente carimbados e assinados foi remetido ao Exmo. Sr. Presidente de Câmara o seguinte documento: -----
- Consolidação de Contas Relativa ao Exercício de 2021 – Município de Viseu. -----
- Foram remetidas via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópias das Atas referente à Sessão Extraordinária da AM de 25 de abril e da Sessão Ordinária da AM de 26 de abril de 2022 aprovada na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 27 de junho de 2022. -----
- Foi remetido via correio eletrónico ao Exmo. Senhor Major General Carlos Chaves agradecimentos pela sua disponibilidade e colaboração e presença na Sessão da Assembleia Municipal de Viseu Comemorativa do 25 de Abril. -----
- Foi remetido via correio eletrónico ao Exmo. Senhor Major General Carlos Chaves a Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Viseu Comemorativa do 25 de Abril. -----
- Foi remetido via EDOC para conhecimento do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António da Silva Albino aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 27 de junho de 2022. -----
- Foi remetido à Exma. Família do Exmo. Senhor António da Silva Albino o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António da Silva Albino aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 27 de junho de 2022. -----
- Foi remetido ao Exmo. Senhor Presidente da Direção do Académico de Viseu Futebol Clube o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António da Silva Albino aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 27 de junho de 2022. -----
- Foi remetido via EDOC para conhecimento do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Armando dos Santos Caiado aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 27 de junho de 2022. -----
- Foi remetido à Exma. Família do Exmo. Senhor Armando dos Santos Caiado o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Armando dos Santos Caiado aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 27 de junho de 2022. -----
- Foi remetido via EDOC para conhecimento do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Jorge Dias Teixeira aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 27 de junho de 2022. -----
- Foi remetido à Exma. Família do Exmo. Senhor Manuel Jorge Dias Teixeira o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Jorge Dias Teixeira aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 27 de junho de 2022. -----
- Na sequência da realização da Sessão Ordinária da AM, realizada em 27/06/2022 foram enviadas ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu as Recomendações apresentadas pelo Grupo Municipal do Chega. -----

- Para conhecimento e devidos efeitos foram remetidos via Edoc ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu os dois Votos de Louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos aprovados por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 27 de junho de 2022. -----
- Para conhecimento e devidos efeitos foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Direção das Cavalhadas de Vildemoinhos – Associação de Atividades Tradicionais, os dois Votos de Louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos aprovados por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 27 de junho de 2022. -----
- Para conhecimento e devidos efeitos foi remetido via Edoc ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu o Voto de Louvor às Cavalhadas de Teivas aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 27 de junho de 2022. -----
- Para conhecimento e devidos efeitos foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Associação Cultural, Recreativa e Social de Teivas o Voto de Louvor às Cavalhadas de Teivas aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 27 de junho de 2022. -----
- Na sequência da realização da Sessão Ordinária da AM, realizada em 27/06/2022 foi enviado ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu via Edoc o Voto de Reconhecimento pelas Bodas de Prata da Vila de Silgueiros aprovado por unanimidade. ---
- Foi enviado via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Silgueiros o Voto de Reconhecimento pelas Bodas de Prata da Vila de Silgueiros aprovado por unanimidade.
- Foi solicitado ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu EPE, o agendamento de uma reunião com a Mesa da Assembleia Municipal de Viseu e representantes dos Grupos Municipais. -----
- Foi à Exma. Sra. Diretora Executiva do ACES Dão Lafões, o agendamento de uma reunião com a Mesa da Assembleia Municipal de Viseu e representantes dos Grupos Municipais. --
- Foi solicitado ao Exmo. Sr. Provedor Santa Casa Misericórdia de Viseu, o agendamento de uma reunião com a Mesa da Assembleia Municipal de Viseu e representantes dos Grupos Municipais. -----
- Foi solicitado à Exma. Sra. Diretora do Centro Distrital de Viseu do Instituto da Segurança Social, IP, o agendamento de uma reunião com a Mesa da Assembleia Municipal de Viseu e representantes dos Grupos Municipais. -----
- Foi remetido via postal à Exma. Sra. Presidente da CCDRC ofício referente ao assunto: Pedido de esclarecimento. -----
- Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o email do Exmo. Senhor Manuel Ferreira Ramos referente ao assunto: Sessões do CVEL a realizar nos Municípios. -----
- Foi solicitado via Edoc à ao Gabinete Jurídico da CMV, pedido de Parecer Jurídico. ----
- Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o email do Exmo. Senhor Manuel Ferreira Ramos referente ao assunto: Curso Breve Assembleias Municipais e Capacitação dos Eleitos Locais | 19 e 20 julho | 18h00 - 20h00 | Zoom. -----
- Foram tornadas públicas as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Viseu, referentes aos assuntos inscritos na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 27-06-2022. -----
- Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital da Sessão Ordinária da AM de 23 de setembro de 2022 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----
- Foram enviadas aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico, Convocatória para Sessão Ordinária da AM de 23 de setembro de 2022 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----
- Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da CMV e dos Exmos (as) Srs. (as)

Vereadores da CMV, via postal e via correio eletrónico, Convocatória da Sessão Ordinária da AM do 23 de setembro de 2022 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). ----

– Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e Jornal Via Rápida, Edital para a publicação da Sessão Ordinária da AM de 23 de setembro de 2022. -----

– Foi enviada via correio eletrónico a todos os Membros da AM a Informação Escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara. -----

– Foram enviadas via postal e via correio eletrónico as comunicações de substituição das vagas ocorridas na Sessão Ordinária da AM de 23 de setembro de 2022 aos membros substitutos bem como às respetivas forças políticas. -----

– Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o email do Exmo. Senhor Manuel Ferreira Ramos referente ao assunto: WEBINAR 26 setembro, 17 H Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações conexas. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Já está verificada a existência de quórum, já temos quórum, pelo registo de presenças já efetuadas por isso íamos iniciar os nossos trabalhos, e cumpre à Mesa dar algumas informações. -----

Em primeiro lugar informa-se que em resposta à convocatória para esta sessão ordinária, recebemos algumas comunicações de impossibilidade de presença e pedidos de substituição para esta sessão. -----

O Deputado Municipal do PSD, Manuel Teodósio Martins Henriques, é substituído por Paulo Alexandre Teixeira de Almeida; -----

O Deputado Municipal do PSD, Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira, é substituído por Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes; -----

O Deputado Municipal do PSD, Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho, é substituído por Hélder Filipe dos Santos Viana; -----

A Deputada Municipal do PS, Márcia Maria Alves Marvão Lucas Martins, é substituída por Celina Lourenço Martins Ferreira, na impossibilidade de presença e pedido de substituição de Mauro Leandro Matos Pinto; -----

o Deputado Municipal do PS, João Paulo Loureiro Rebelo, é substituído por Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu, na impossibilidade de presença e pedido de substituição de Ana Cláudia Carvalho Salgueiro; -----

A Deputada Municipal do Bloco de Esquerda Ana Carolina Damas Gomes, é substituída por Lúcia Maria de Abreu Vilhena; -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Fragosela, António de Almeida Jesus Lopes, informou que se faz substituir por José da Silva Pereira; -----

Comunicámos também a todas as forças políticas as vagas ocorridas e o competente preenchimento. -----

Na sequência da receção da informação de que o Vereador eleito pelo Partido Socialista, José Manuel Ferreira Chaves, se encontra substituído no cargo, foi enviada a convocatória à sua substituta Fernanda Maria Oliveira Soares Gilvaia. -----

Também o Vereador eleito pelo Partido Socialista, João Nuno Ferreira Gonçalves de Azevedo, se encontra substituído no cargo, tendo sido enviada a convocatória ao seu substituto Vítor Miguel Simões de Pinho Oliveira, a quem damos as boas vindas por ser a primeira vez que se encontra nesta Assembleia Municipal. -----

A Vereadora eleita pelo Partido Socialista, Marta Cristina de Oliveira Rodrigues, informou que, por motivos pessoais, não lhe é possível estar presente. -----

Recordamos também a todos os Senhores Deputados que da correspondência recebida foi feita a difusão dos assuntos considerados pertinentes. -----

Foi também atempadamente disponibilizado on-line para consulta o resumo de toda a correspondência recebida e expedida. -----
Os documentos da correspondência encontram-se no Gabinete de Apoio também para consulta de quem quiser. -----
Informamos também que tendo sido detetado um lapso de escrita, na sessão de 26 de abril, na designação da União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita, a Mesa solicitou à Câmara parecer jurídico. -----
Nessa sequência, devendo constar União das Freguesias em vez de Freguesia, foi inscrito em conformidade com a informação jurídica emitida, no ponto 12 da Ordem de Trabalhos a Retificação de Atos Administrativos, com vista a colmatar este lapso de escrita. -----
Recordamos também aos Senhores Deputados que no PAOD da sessão ordinária realizada no dia 27 de junho, na sequência da apreciação à realização de uma segunda Inauguração de uma obra da Comunidade Intermunicipal, a Mesa foi incumbida de solicitar esclarecimentos à Senhora Presidente da CCDR Centro. -----
A resposta foi recebida, que desde já agradecemos, e a resposta que foi enviada pela Presidente da CCDR Centro é clara e está à disposição de todos, foi: -----
“a obra não foi alvo de qualquer financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro”, era uma das questões; -----
E, “não teve conhecimento nem do evento nem da participação do Senhor Vice-Presidente da CCDR Centro”, era outra das questões que estava em causa. -----
Ainda no PAOD da sessão ordinária realizada no dia 27 de junho, a Mesa transmitiu ao Plenário a sua intenção de solicitar reuniões a entidades de áreas, que pela sua pertinência e impacto também na população, onde se destacava a Saúde e a Segurança Social. -----
Como vem sendo hábito, a Mesa apresentou em reunião de Grupos Municipais a sua intenção convidando-os a associarem-se à iniciativa. -----
Foram solicitadas nesta primeira ronda reuniões a: -----
Santa Casa da Misericórdia de Viseu; -----
ACES Dão Lafões; -----
Centro Hospitalar Tondela Viseu; -----
Instituto da Segurança Social; -----
Em que estiveram presentes a Mesa e representantes dos Grupos Municipais. -----
Da reunião com a Santa Casa, foi enviado a todos a nota de imprensa após a reunião e foi divulgada à comunicação social, e também foi enviado para todos, mas vamos só resumir rapidamente. -----
Com a Santa Casa da Misericórdia a reunião decorreu no dia 20 de julho, e participaram todos os Grupos Municipais. -----
Nesta reunião, conforme consta da Nota de Imprensa que foi difundida da qual foi dado conhecimento a todos os Membros, ficou muito claro, o que muito preocupou todos os presentes, todos os participantes da reunião, a existência de enormes dificuldades no que respeita ao Centro de Atendimento Temporário, que acolhe crianças em situação vulnerável e que a Santa Casa da Misericórdia tem feito todos os esforços para viabilizar o CAT, e mantinha na altura a esperança, (e estamos em 20 de julho) a esperança que a situação seja ultrapassada pela Segurança Social. -----
O risco de encerramento (e, é um resumo) é uma lamentável realidade, situação que se reveste de extrema gravidade, pois o que está em causa é a cessação do acolhimento transitório e urgente de crianças em risco, com idades entre os 0 e os 12 anos de idade, em contexto de abandono, maus tratos físicos e psicológicos ou negligência, tendo o CAT um papel determinante na segurança e proteção das crianças. E, só para dizer que no caso do CAT estamos perante crianças em que o Estado tem uma dupla responsabilidade. -----
Na reunião do ACES que decorreu no dia 26 de julho, não esteve presente o Partido

Socialista. -----
Relativamente à abertura da unidade, era só uma das questões que foi colocada, da “Casa das Bocas” na Rua João Mendes, foi com preocupação que ouvimos que a justificação do atraso da entrada em funcionamento era a falta de assistentes técnicos, situação ainda dependente da abertura de um concurso interno para assistentes técnicos da responsabilidade da ARS Centro. -----
Foi nos dito que eventualmente em médicos e enfermeiros até tinham solução, não tinham era assistentes técnicos, e por isso, estavam dependentes de um concurso interno a abrir. – Colocou-se também uma situação que é muito sentida que é o caso das dificuldades sentidas pelos utentes no contacto telefónico com Unidades de Saúde, e fomos informados que está previsto uma melhoria no atendimento telefónico com a implementação de um novo projeto em curso. Esta era uma situação sentida por todos e por isso foi transmitida. -----
Também foi transmitida a necessidade que havia de melhorar a resposta a nível dos cuidados continuados integrados no Concelho de Viseu. -----
Em relação à antiguidade das instalações e dos equipamentos, em concreto a nível da climatização, (isto tinha a ver também com o problema da transferência de competências), questionámos se existiam projetos a nível da eficiência energética dos edifícios, sendo referido que não havia processos em curso, e que inclusivamente tínhamos sido confrontados com um processo que era isto, foi isto que fez parte da reunião também, a falta de climatização numa unidade de saúde em Viseu que era em concreto o C3 que já se prolongava naquele verão e por isso tinha a ver também com o processo. -----
Na reunião com o Centro Hospitalar que decorreu em 9 de agosto, participaram todos os Grupos Municipais. -----
Gostaríamos de dizer que também foi realçado o trabalho excelente que os profissionais de saúde têm desempenhado, e em concreto, durante a pandemia, assim como a necessidade de haver um contínuo investimento em recursos humanos e a nível dos equipamentos e das instalações, de modo a haver aquilo que nós consideramos todos como fundamental uma diferenciação técnica permanente para consolidar aquilo que é o estatuto de Hospital Central. -----
Em relação aos investimentos previstos, foi dito que, o Centro de Radioterapia, só faltava (e estamos em 9 de agosto) a autorização de aprovação/utilização das verbas dos Fundos Comunitários por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Foi claro a questão que foi colocada e que não tinha a existência da valência de Medicina Nuclear. -----
Foi também referido, e esta questão foi muito, e estão presentes as pessoas que estiveram lá, foi referido que as verbas previstas contemplavam as instalações e os respetivos equipamentos, em concreto, o acelerador linear, porque senão não é Centro de Radioterapia. -----
Foi-nos dito que estavam contemplados dois *bunkers* mas que só havia um acelerador linear, e que aquela verba que estava prevista, os 25 vírgula, (penso eu) oito milhões, que contemplava a aquisição de um acelerador linear, isso foi claro, estiveram presentes e foi uma das discussões que foi bem discutida. -----
Foi também transmitido, para que não haja dúvidas, e todos transmitimos isso, todos os Grupos Municipais, que este Centro Oncológico é uma reivindicação antiga e unânime de todas as forças políticas nesta Assembleia e do Município de Viseu, e era também para além disso uma necessidade que é sentida por parte de todos os doentes e profissionais de saúde. Foi-nos informado, até colocámos a questão, mas foi-nos informado que está em curso o processo de construção do Novo Edifício para o Departamento de Psiquiatria, com verbas do P.R.R., mas que não estava prevista a ligação ao Edifício Principal. Isso deu alguma discussão porque não é compreensível que o Departamento de Psiquiatria não tenha ligação

ao edifício principal. Isto não é compreensível, e foi feita esta discussão, defendendo nós que isso permitiria uma melhor articulação logística de serviços, de conforto para os doentes e resposta aos profissionais, e, inclusive na discussão, os técnicos que estavam nessa discussão defenderam também connosco esta posição, e inclusivamente foi questionado qual o montante da verba que permitia esta ligação. Como é óbvio, não vamos aqui ver porque são doentes de Saúde Mental, agora virem atravessar, se for necessário o internamento, vêm da urgência para o internamento. Atravessar todo aquele espaço, ou vêm de ambulância ou vêm à chuva, quer dizer, isto não é compreensível, por isso esta solução tem que ser encontrada, não pode haver tratamento diverso nesta área, ou seja, é todo bom tom, até porque aqueles doentes depois de internados precisam de apoio de continuidade, é preciso apoio logístico, e tudo o que é central está no edifício principal, por isso, faz todo o sentido que aquele edifício, conforme o Centro Oncológico tenha uma ligação direta. Foi isso que foi transmitido também por parte da Assembleia nesta discussão. -----

No caso da Requalificação e Ampliação do Serviço de Urgência, foi transmitido, esperemos que sim, que prevê o fim dos trabalhos e a retoma progressiva da normalidade a partir de outubro de 2022, por isso, estamos a chegar a outubro, vamos ter de certeza a satisfação de ver a retoma da normalidade do serviço de urgência já no dia 1 de outubro. -----

Em relação à cobertura de amianto existente no edifício, que era uma questão que se sabia, foi referido que está em curso a sua resolução. Até foi uma questão colocada pelo Bloco de Esquerda, esperemos que rapidamente também a questão do amianto seja resolvida num edifício que é de saúde. -----

Foi transmitido que vai ser necessário um grande investimento nos próximos anos, a nível dos equipamentos que se encontram muitos em fim de vida e requerem substituição. Isto foi uma preocupação do Conselho de Administração que nós corroboraamos todos. -----

Segundo o Conselho de Administração também os tempos médios de resposta às primeiras consultas hospitalares e cirurgia, estão a níveis considerados aceitáveis. É a opinião do Conselho de Administração que nós registamos. -----

A nível dos Recursos Humanos foi referido que tem carência a nível de técnicos superiores de saúde, de diagnóstico e terapêutica, não tendo autorização para contratação. Tem esta carência, não tem autorização para contratação e, que há dificuldade de recrutamento de pessoal médico nalgumas especialidades. Referiram concretamente as especialidades principais que são: Urologia, Oftalmologia, Oncologia e Neurorradiologia. -----

Foi também referido, não haver qualquer problema na elaboração de escalas do serviço de Ginecologia/Obstetrícia, o que para foi um conforto de todos, havendo algumas dificuldades na elaboração das escalas da Urgência Geral e Pediátrica. Mas eram algumas dificuldades na sua elaboração. -----

Foi também transmitido uma preocupação que é de todos, e já aqui de vez em quando tem sido colocada, do acesso/acolhimento dos utentes, em concreto a necessidade de presença de acompanhante/familiar com os doentes, e basta um acompanhante/familiar com os doentes no serviço de Urgência e Consultas. Era uma situação que teve a ver algumas questões com pandemia, mas que agora teriam que ser rapidamente resolvidas. Não é compreensível que pelo menos um familiar não acompanhe os doentes, muitas vezes com idade, etc. Isso foi transmitido também, e o Conselho de Administração estava recetivo. -----

Em relação ao Instituto da Segurança Social, o pedido de reunião foi efetuado no dia 28 de julho, no dia 3 de agosto recebemos um email enviado do Secretariado que a Senhora Diretora se encontrava de férias, pelo que a reunião solicitada seria agendada em data oportuna. 3 de agosto! -----

Na sequência, não tendo havido qualquer comunicação, enviámos, em 5 de setembro, uma insistência do pedido de agendamento. -----

Hoje, dia 23, ainda não recebemos qualquer resposta, e por isso também temos que

transmitir ao Plenário esta situação. -----
Como sabem estas reuniões pretendem conhecer os investimentos previstos, eventuais problemas, constrangimentos e transmitir a preocupação também que nós todos temos enquanto cidadãos e até para o acompanhamento futuro. -----
Uma lamentação: É que lamentamos que a Segurança Social não tenha ainda marcado a reunião, mas principalmente sendo pública a situação grave do CAT, não tenha apresentado uma solução, estando o prazo dado pela Misericórdia a terminar. Havendo toda a disponibilidade da Misericórdia. E, a questão que colocamos todos é assim: Será que no século XXI num país, a resposta às crianças em risco com idades entre o zero e os doze anos de idade não é prioritária para o Estado? Não é prioritária para a Segurança Social? Bebés e crianças que estão à inteira responsabilidade desse mesmo Estado. Á guarda e responsabilidade. E, por isso, não sabemos, particularmente sabemos que as situações não estão a correr da melhor maneira, sabemos informalmente, mas o prazo dado pela Misericórdia está a terminar, com toda a explicação que nos foi dada, a Misericórdia tem razão neste aspeto, e a Segurança Social está a deixar terminar o prazo, não sei porquê, mas esperemos que estas crianças e estes bebés tenham uma resposta no século XXI neste país. Não é compreensível não haver um reajustamento do protocolo, porque são crianças que estão à guarda e à responsabilidade do Estado. -----
No que respeita às intervenções no PAOD, serão feitas de acordo com o previsto no Regimento em vigor, e de acordo com o alinhamento que os Grupos Municipais. -----
Conforme procedimento já temos aqui dos vários Grupos Municipais. -----
Em relação também às deliberações em minuta, propomos que para efeitos de execução imediata, as deliberações, incluindo as do PAOD, sejam aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo disposto no art.º 57º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal. Por isso todas as deliberações para efeitos de execução imediata aprovadas em minuta, sejam as do PAOD, sejam as da Ordem de Trabalhos. Quem quer intervir sobre isto? Não havendo nenhum pedido de intervenção. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, *aprovado por unanimidade*. Por isso todas as deliberações aprovadas em minuta. -----
Em relação à Ata do dia 27, foi disponibilizada para análise de todos com os documentos de suporte. Por isso, não chegou também à Mesa qualquer observação sobre essa Ata por isso, colocava-se à discussão. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra em relação à Ata do dia 27 de junho? Não havendo nenhum pedido iríamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovada com uma abstenção*. -
Vamos iniciar o PAOD, Período de Antes da Ordem do Dia, já tenho aqui as inscrições do PSD, do Bloco de Esquerda e do PS. Por isso, dava a palavra ao Deputado Pedro Alves. ----
---- **UM – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):**
Muito obrigado Senhor Presidente. Um bom dia a todos. Cumprimentar todos os elementos da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras e os Senhores Vereadores e todos os Membros da Assembleia Municipal. -----
Senhor Presidente, a minha intervenção de hoje, vem de certa forma acompanhar aquilo que foi a informação que aqui trouxe relativamente ao trabalho que a Assembleia Municipal fez através da Mesa nas reuniões com as Entidades de Saúde daqui do Concelho de Viseu e, demonstrar aqui alguma preocupação quanto à forma como alguma da informação tem sido gerida ao longo destes anos por aquilo que nós consideramos ser um comissário político, em especial o que acontece com o Centro de Ambulatório e Unidade de Radioterapia. Durante a reunião, e isto toda a gente pode subscrever o Senhor Presidente do Conselho de Administração referiu-nos que o que estaria a concurso em breve seria toda a unidade para construção e todo o equipamento. Disse-o de forma muito clara num valor superior a 24

milhões de euros. Passado algum tempo, assumiu de forma clara também que apenas iria a concurso aquilo que era o edificado, e fizemos questão de perguntar se o que estava para concurso seria apenas a parte do betão? Ele disse que não, que era tudo, que estava garantido todo o financiamento para tudo. Numa reunião posterior diz-nos que não, que está garantido sim senhora o financiamento para a construção e que nesta fase o que iria acontecer era apenas o processo de pré-qualificação da empresa, o que quer dizer que ao contrário daquilo que o Senhor Presidente do Conselho de Administração andou a anunciar em entrevistas pré-eleitorais, que disse em junho de 2021 que a obra iria iniciar-se no primeiro trimestre de 2022, estamos a terminar o terceiro trimestre, e que estaria concluída no final de 2023 e à disposição dos viseenses. Isto é a norma do Partido Socialista isto é a norma de qualquer comissário político que apenas está para servir os interesses do partido e não para informar a comunidade, não apenas da Área da Saúde, mas também toda a comunidade viseense. E, é com alguma preocupação que aqui estou, porque não é apenas esta questão que nos preocupa. Nós sabemos que a Unidade de Radioterapia acabará por ser construída, nós sabemos também qual foi todo o processo de decisão desde 2012 com o estudo da Entidade Reguladora da Saúde que apontava para Viseu como o sítio para localizar uma nova unidade, e assim foi aprovado em 2015, e da mesma forma que os autarcas da Região Centro definiram como prioritária para o próximo quadro comunitário o investimento numa Unidade de Radioterapia no Centro Hospitalar. E, por isso, e que fique aqui também claro, porque foi assumido pelo Presidente do Conselho de Administração à posteriori que só há Unidade de Radioterapia e Centro de Ambulatório porque os autarcas abdicaram dessas verbas no PO Centro, não tem a ver com as verbas geridas pelo Ministério da Saúde, é zero. A única compensação que existe por parte do Orçamento de Estado é dinheiro dos impostos dos portugueses, ou dos viseenses, para compensar os 15%. Não há aqui nada de favor, de interferência de quem quer que seja, isto também tem que ficar claro. O que tem existido é desinformação, e essa desinformação preocupa-me, quando nós percebemos que ao nível da elaboração do horário da urgência há dificuldades. Sabemos que há grandes dificuldades e que as pessoas ficam horas e horas à espera. Os profissionais esmeram-se, mas a Administração não tem conseguido encontrar as soluções. Mas isso não é dito aos viseenses, isso é ocultado aos viseenses, e é ocultado porque há uma agenda claramente partidária na gestão do Centro Hospitalar, e nós não podemos permitir isto porque quem lá está tem o dever de informar com correção, independentemente de quem o nomeia, porque o serviço é público, o serviço é de todos nós, e tem que ser prestado um bom serviço público, e não está. E, por isso, Senhor Presidente, não merece a nossa confiança o Presidente do Conselho de Administração, porque mente deliberadamente, engana deliberadamente, porque não foi de agora este procedimento, e chegámos à conclusão que, mais uma vez estamos a ser iludidos com todo este processo da Unidade da Radioterapia. Assumi também de forma evidente que o processo de aquisição do acelerador linear é complexo, e que ainda não existe qualquer protocolo com qualquer outra instituição para poder formar os profissionais que não os tem. Tanto pode ser com o IPO como pode ser com uma Unidade da Universidade de Coimbra, ou seja, não há garantias de coisa nenhuma. Esperamos por isso que os passos sejam dados, mas sobretudo com verdade, que se fale verdade aos viseenses, e que no futuro Senhor Presidente este processo continue a ser acompanhado de forma diligente, próxima, por esta Assembleia, em contacto permanente com o Presidente do Conselho de Administração, porque esta é a única forma de nós podermos garantir a verdade sobre o assunto a todos os viseenses. -----
Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva. Tem a palavra para a intervenção. -----

----- **DOIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA**

SILVA (PS): Senhor Presidente, antes de colocar a minha intervenção eu gostaria de colocar uma questão. Perguntar se aquele visor é para cronómetro para nós também podermos controlar o nosso tempo? Não? -----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo.* Não. -----

- *A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo:* Ah! Pronto. Pensei que era. -----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo.* Não. Está previsto, mas a informática ainda não nos deu essa possibilidade. A perspetiva é essa.

- *A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo:* Muito obrigada Senhor Presidente. Cumprimento o Senhor Presidente, Senhoras Secretárias da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Comunicação Social, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Funcionários e demais presentes. -----

Senhor Presidente, início a minha intervenção citando Aquilino Ribeiro, “Alcança quem não cansa” e se este era o lema de vida de Aquilino, os Deputados do Partido Socialista defendem este lema, e a comprová-lo, mais uma boa notícia para os viseenses, para a região e para os doentes oncológicos, pelo lançamento do concurso da empreitada no valor de mais de 14 milhões de euros, para o Centro de Ambulatório e Radioterapia do Centro Hospitalar Tondela Viseu. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados é verdade, as coisas acontecem, o governo socialista responde a Viseu, à região e aos doentes oncológicos, na concretização deste projeto. É uma vitória para os que sempre acreditaram e ajudaram. -----

A boa política faz-se de atos e não de palavras vãs. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, este é o momento desta Assembleia Municipal se congratular pela concretização de tão desejado projeto para Viseu. -----

Mas compreendo que os Senhores Deputados do PSD queiram ser coerentes, pois na verdade, o PSD nada tem a ver com a concretização deste projeto, antes pelo contrário, estão claramente desorientados, desatualizados e retardados e até tiveram de pedir reforços para falar do CHTV. E, pese embora todos os ataques que fizeram e fazem ao Partido Socialista, ao candidato à câmara Municipal e vereador do PS, dizendo até em vários momentos públicos e, em reuniões de câmara, que o serviço de radioterapia no CHTV era um embuste, que tudo era uma mentira, mas, mais uma vez o PSD e o seu presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Fernando Ruas estavam errados, os factos falam por si, e o Centro de Ambulatório e Radioterapia no CHTV acontece e todo o projeto contempla as infraestruturas bem como os equipamentos havendo mecanismos de financiamento assegurados através dos fundos comunitários, Portugal 2020, com o novo quadro comunitário, Portugal 2030, e Orçamento de Estado (OE) e com a vontade, determinação e compromisso do Governo do Partido Socialista para com Viseu, região e doentes oncológicos. -----

E, na verdade, os Senhores Deputados do PSD estão preocupados porque a população sabe que o PSD, incluindo o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Fernando Ruas, nada fizeram para que este projeto fosse uma realidade, como efetivamente é. E, pese embora o PSD afirme aos quatro ventos que nos últimos seis anos apresentaram propostas sobre esta matéria, o certo é que nenhuma delas teve a força política necessária para viabilizar este projeto. -----

Sempre demonstraram falta de conhecimento para a resolução deste problema que persiste há mais de uma década e não desde 2015, tal como já o afirmaram os vereadores Socialistas em Reunião de Câmara. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os Viseenses sabem quem fala verdade e o Centro de Ambulatório e Radioterapia acontece em Viseu. -----

Por Viseu, pela região e pelos doentes oncológicos. -----
Senhor Presidente, eu pedia autorização para continuar a minha intervenção noutra
âmbito, mas, já que estou com o uso da palavra ... muito obrigada. -----
Então, permita-me que reitere os cumprimentos, e aqui gostaria de continuar a minha
intervenção, mas noutra âmbito. -----
No processo de consolidação da democracia em Portugal, o poder local tem aparecido como
uma das suas realizações, o mesmo será dizer que o cidadão é convocado à participação e
para tal tem que lhe ser conferido esse direito. -----
Contudo, o Poder local de Viseu vai em sentido contrário aos princípios do poder local. ---
Vejamos, até 2005 as reuniões de câmara eram às segundas-feiras, a partir desta data,
quando o Partido Socialista apresentou a eleições autárquicas um candidato que exercia
funções de Deputado na Assembleia da República (AR), o então Presidente, que
coincidentalmente é o mesmo atualmente, alterou a data das reuniões de câmara para as
quintas feiras, procurando assim dificultar a presença dos Deputado da Assembleia da
República (AR) nas reuniões de câmara. A situação continuou, os candidatos foram sendo
outros, pese embora com as funções de Deputados na Assembleia da República (AR) e as
decisões do executivo mantêm-se, pese embora os sucessivos requerimentos apresentados
pelos Vereadores, Deputados na Assembleia da República (AR), mas o poder local tem
autonomia para marcar a data das reuniões. -----
Este mandato, curiosamente, e confrontado com a situação das reuniões serem às quintas
feiras, o Senhor Presidente, Dr. Fernando Ruas, justificou tal facto porque os serviços não
conseguiam preparar os documentos antes de quinta feira, quer dizer, os serviços, mas como
todos os serviços têm rosto, o mesmo é dizer, segundo as palavras do Senhor Presidente, que
os funcionários não são capazes de preparar e organizar os documentos para que a reunião
de câmara se realize às segundas feiras ou terças de manhã. E, como se não bastasse, eis que
este ano de 2022, e após o Senhor Deputado da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Alves, do
PSD, ter deixado de exercer as funções de Deputado na Assembleia da República, as
reuniões das Assembleia Municipal que tendencialmente se realizavam às segundas feiras,
no ano de 2022, as três reuniões ordinárias da Assembleia Municipal realizaram-se fora da
segunda feira. Os Deputados do Partido Socialista lamentam a falta de exercício
democrático quer no executivo da Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal pois
quem tem o poder de decidir fá-lo de uma forma autoritária, prepotente e antidemocrática.
Os eleitos representam os eleitores, são a voz desses eleitores, mas a voz dos representantes
incomoda e para quem se quer perpetuar no poder é conveniente dificultar a participação
dos eleitos. -----
Senhor Presidente, querer ganhar eleições faz parte da democracia, mas repudiamos a
atitude do PSD o querer ganhar eleições não respeitando a democracia, e aqui relembro que
em 2019, na aprovação da alteração do Regimento desta Assembleia Municipal, foi decidido
que as Assembleias Municipais seriam transmitidas online. Este mesmo espaço, onde
decorre a Assembleia Municipal foi alvo de intervenção e requalificação, pergunto qual a
razão do atraso? Qual a razão de não se cumprir o Regimento? Afinal o atraso e o
incumprimento dos regulamentos está presente no poder local de Viseu. O mesmo acontece
com as reuniões de câmara públicas, que durante a pandemia eram transmitidas online,
permitindo a que todos os cidadãos, independentemente do local onde estivessem pudessem
assistir, em deferido, às citadas reuniões, e porque razão não continuam a ser transmitidas?
Perante tais comportamentos a resposta é simples, não convém que os eleitores tenham
conhecimento do que acontece ou não, neste concelho. Isto sem dúvida que é o sinal de medo,
mas, Senhor Presidente, em democracia não há medo, em democracia há respeito pelo outro,
e é isso que o Partido Socialista espera. -----
Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhora Deputada, no que se refere a mim, não lhe aceito de si, não tem ética, não lhe aceito lições de democracia da Senhora Deputada, e vou-lhe dizer porquê: desde que estou a presidir a esta Assembleia, e só lhe vou falar das ordinárias, houve 44 sessões: -----
21 à segunda-feira; -----
17 à sexta-feira; -----
3 à terça-feira; -----
3 à quarta-feira. -----

Foi sempre cumprido aquilo que é maioritariamente a situação à segunda-feira. Por isso, não lhe aceito lições de democracia. -----

Mais, em relação aquilo que diz, que é o Senhor Deputado Pedro Alves, no dia 23 houve ordinária a uma quarta-feira, depois houve o 25 de Abril à segunda-feira, houve a de 26 de abril a uma terça, que não podia ser de outra, e houve o dia 27 de junho a uma segunda-feira, e hoje, teve que ser à sexta-feira, porque a Câmara Municipal que é com quem eu tenho que articular, com as suas atividades, tinha uma atividade no dia 19 prevista e uma atividade que é do conhecimento de todos, que está pública, no dia 26. Foi dito que era no final do mês dia 23. Por isso, não lhe aceito lições de democracia da sua parte. -----

Não sei se a Senhora Deputada pretende ter vários lugares e que até à quarta-feira que é o Dia do Município porque não podia estar em Viseu, nós tivéssemos que mudar o Dia do Município para Sua Excelência estar presente? Isso não pode ser, nós temos que ter todos o máximo de cuidado. A Senhora Deputada tem o direito de participar nas atividades locais, tem direito de ser Membro da Assembleia, tem direito de ser Membro da Assembleia da República e de participar em todos os órgãos que estiver, mas, tem que respeitar também os outros e não pôr juízos de valor em relação aos outros. -----

Está aqui a estatística, e quanto à estatística ela fala por si. Em 44 sessões, 21 foram à segunda, 17 à sexta, 3 à terça e 3 à quarta. -----

Senhora Deputada, não faça juízos de valor. Juízos de valor que partem de si eu não aceito da sua parte nenhuma lição de democracia, porque, em termos de democracia cada um faz o que entende, e cada pessoa é respeitada pelas suas atitudes. Eu espero ser respeitado pelas minhas, pela abertura que sempre tive, e, há uma coisa que é certa: costuma-se dizer que não ataca quem quer, e a senhora em termos de democracia não me ataca porque não pode! Agora está o Senhor Presidente da Câmara que pediu e depois tem a palavra. -----

----- **TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, deixe-me cumprimentar os Senhores Deputados, cumprimentá-lo a si e os presentes do Executivo. --- Apenas duas palavras para a Senhora Deputada Lúcia. Eu era capaz de me habituar que uma crítica na sua boca é um elogio. Olhe, e deixe-me dizer-lhe uma coisa: não são obrigatórias as transmissões das Sessões de Câmara online, e ainda bem, para evitar a figura que a senhora fez no passado numa transmissão online, que era bom que os viseenses vissem, que é, digamos, do mais baixo nível que eu já vi. Até para evitar isso Senhora Deputada, agora deixe-me dizer-lhe uma coisa e pergunte aos seus camaradas: acha que me fazem moossa a comunicação social estar presente? Acha que me fazem moossa no executivo de modo a eu ter medo da sua presença? Ó Senhora Deputada, eu não lhe respondi e ouvi-a ali com serenidade, ouça também que a Senhora Deputada tem muito a aprender. Agora há uma coisa que lhe digo: os viseenses conhecem o meu passado, também conhecem o seu e não vale a pena a senhor vir dizer que o Concelho de Viseu andou ao arrepio do Poder Local. Se há município respeitado por ter dado ao Poder Local alguma coisa é este município, portanto, não é uma deputada qualquer que vem fazer moossa nesta situação. Portanto, queria-lhe dizer Senhora Deputada, meça bem as palavras, meça muito bem as palavras porque tem ainda tempo de se corrigir. Portanto, a senhora quer chamar atenção dos viseenses? É melhor chamar à atenção dos viseenses que eles estão atentos também a quem

os representa lá em baixo, e a senhora tem que ser digna dessa situação, e não pode ter esse tipo de expressões só porque lhe convém. A senhora quer pôr em jogo quem? É este Presidente da Câmara que quer pôr em jogo? Peço-lhe que pense duas vezes para termos ainda... continuarmos a ter um diálogo respeitoso que é aquilo que se exige num órgão tão importante quanto este. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Dr. Pedro Alves. ---

----- **QUATRO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Senhor Presidente, é para defesa da minha honra pessoal e para defesa da honra da bancada do PSD em função da intervenção da Deputada Lúcia Silva. ----- Começando pela bancada do PSD, e uma vez mais Senhora Deputada vou-lhe dizer aqui de forma muito clara, e a senhora às vezes esquece-se do que faz, também é normal. ----- Em relação à Unidade de Radioterapia, ao Centro Oncológico, não vai dar lições rigorosamente nenhuma. A única pessoa nesta sala que aqui está, que andou a tentar iludir os viseenses com uma placazinha com uma fotografia com uma inauguração, com uma pseudoinauguração foi a senhora quando era candidata à camara. Lembra-se? Quando foi atrás do Secretário de Estado lá para cima, o Manuel Delgado, uma fotografiazinha, lembra-se disso? Não venha para aqui com essas historietas. Todos nós sabemos com quem estamos a falar, quem é o nosso interlocutor. A senhora faz sempre destas coisas, e quanto ao resto, as tomadas de decisão, as decisões públicas foram todas nossas. A senhora vem mais uma vez aqui numa intervenção dizer um chorrilho de mentiras, de mentiras. Eu ainda acabei de dizer que o Presidente do Conselho de Administração disse uma coisa completamente ao contrário. A senhora vem dizer que as coisas estão garantidas, que o concurso... não há concurso nenhum para empreitada nenhuma. É um concurso de pré-qualificação da empresa, tenha juízo! Tenha juízo! Tenha juízo! ----- ***A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.*** -----

- ***O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:*** Tem a palavra a seguir. -----

- ***O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves prossegue a sua intervenção dizendo:*** ... é um concurso de pré-qualificação, não existe aqui nenhuma empreitada, é pré-qualificação da empresa, quem o disse foi ele. Agora, não venha dizer coisas que não existem. A senhora tem o hábito de vir para aqui dizer um conjunto de coisas que não são verdade, e mais uma vez a obra só é feita, volto a dizer, graças aos Autarcas da Região Centro, não foi o Governo. Mais, a sua Ministra da Saúde, que agora está de saída, afirmou de forma clara que as obvirás só irão ser feitas no próximo quadro comunitário, no Portugal 20/30. Todos sabíamos disto, estava já tomada a decisão como prioritária. Anda a querer aqui inventar um padrinho ou um pai, ou um *influencer* para a obra. Zero! Não fez rigorosamente nada. Aquela coisa de, vem aqui o Ministro, vou tirar uma fotografia. Ah, o Ministro já me disse isto... vai haver água, vai haver barraca, é esta coisa, isto é uma conversa para crianças. Vamos começar a falar... estamos todos satisfeitos que venha, mas que venha mesmo, que não seja como aconteceu com a urgência. Lembra-se, estamos aqui todos contentes, a urgência vai ficar construída agora em 2022, devia estar em 18, e nós sabemos porque é que foi adiada. Está contente a dizer que há disponibilidade financeira no Orçamento de Estado. Veja-se o ridículo da deliberação do Governo: autorização para a despesa plurianual no âmbito da construção do Centro Oncológico, quando não há obra. Eu vou autorizar uma despesa que não vou fazer. É óbvio, autorizo, é pá, está deliberado, não vou gastar. A Senhora recorda-se quando no Orçamento de Estado a senhora chumbou a construção do Centro Oncológico como Deputada? Recorda-se disso? Depois, o Orçamento de Estado é péssimo, até melhorava connosco com aquilo, mas nem com isso... mas seja honesta! Seja honesta! A Senhora e o outro Senhor Deputado que lá estava que agora também diz que foi ele que fez, mas quando foi preciso chumbar, toca lá a chumbar a construção... sejamos

honestos, agora vir para aqui com esta desonestidade intelectual, não! Agora, quanto ao resto, é pá, eu agradeço-lhe imenso que acha que a Assembleia Municipal roda em meu favor. Eu sei qual é a minha função aqui dentro, eu tenho essa obrigação, e tenho que ajustar a minha vida para poder participar na Assembleia Municipal, não é a Assembleia Municipal que se ajusta a mim. É a função de qualquer um aqui dentro. Se a senhora acha que isto é como no Partido Socialista em que nós temos que ajustar as coisas em favor de alguém... porque vocês são o partido dos favores, favorzinho aqui, favorzinho ali, e não é o favor, não é o favor. Nós sabemos muito bem como é que funcionam ao nível da organização do Estado. São uns ocupas. E, acha que devem em todos os órgãos onde estão assumir a coordenação. Nós somos a maioria aqui. O município tem que gerir os seus trabalhos e conduzir os trabalhos em função daquilo que são os interesses da comunidade viseense, não em função daquilo que são os interesses de uma ou de outra pessoa, de um ou de outro membro desta Assembleia ou do Executivo, seja ele do PS ou do PSD, e, por isso, a senhora devia de vez em quando ter um bocadinho mais de cuidado quando faz umas acusações em relação aquilo que é a gestão normal do calendário político porque isto não tem nada de favores. Fazemos política aqui. Agora, dessa forma, é um bocadinho pequenina, e eu agradecia-lhe que numa próxima ocasião, é pá, que me respeitasse, porque não é dessa forma que eu estou na política, nunca estou, e no combate político aceito muito bem qualquer tipo de contraditório, agora, fazer este tipo de coisas, só julga assim quem faz assim, é porque certamente se fosse convosco era isso que vocês faziam, não é o nosso caso.

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Lúcia. -----

----- CINCO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS): Ora, Senhor Presidente, muito obrigada. -----

Eu gostaria de começar esta minha, enfim, este meu direito de resposta por dizer o seguinte: há falta de argumentos parte-se para o ataque e para o enxovalho pessoal. Foi assim que fui tratada durante o tempo que exerci o meu direito enquanto Vereadora, os ataques... -----

O Senhor Vereador João Paulo Gouveia manifesta-se do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo: Senhor Vereador, quer um espelho? Eu dou-lhe um espelho. Aqui não há coitadinhos, eu não sou coitadinha, e por aqui me fico. -----

E, então dizia eu que à falta de argumentos, ataca-se, e durante 4 anos na realidade eu fui enxovalhada porque não tive o debate político, mas sim tive a ofensa pessoal e o enxovalho. E, às vezes há momentos na nossa vida e mesmo no nosso momento político em que a paciência tem limites, e digo Senhor Presidente, Sr. Dr. Fernando Ruas, o senhor está-se a referir a um momento em que eu própria, também quando estava a pronunciar entendi que me excedi, e no mesmo momento que eu estava a pronunciar a frase estava a arrepende-me, mas também reconheço que aquilo foi o culminar de muitas situações de muitos enxovalhos pessoais e que todos nós também temos o direito de dizer, basta, e aquele momento foi isso. E, depois dizer o seguinte: eu não sou uma Deputada qualquer, eu sou uma Deputada como o senhor também foi Deputado na Assembleia da República, também prestou contas aos viseenses, como o senhor foi Deputado Europeu, como foi Presidente, e em democracia os eleitores decidem e nós só temos que concordar, mas isto não significa que tenhamos que estar calados, e quem exerce o poder tenha que ser prepotente. E, portanto, dizer-vos também que o tratar o outro com dignidade e com respeito é muito importante, e aqui o PS, tanto no mandato anterior como neste, o PS muitas vezes sente a falta desse tratamento, um tratamento de pessoas, porque aqui nós fazemos um debate político, não é um enxovalho pessoal, e o Senhor Presidente há pouco também estava-se a exceder um pouco nas suas palavras, na forma como se dirigia à minha pessoa. É verdade,

as pessoas já são várias as vezes que me dizem isto, quer o Senhor Deputado Pedro Alves, quer agora o que Senhor Presidente da Câmara repete: as pessoas conhecem-me. Sim, é verdade! As pessoas conhecem-me, mas, meus senhores, conhecem-me sabem porquê? Porque eu vou à luta. Eu não tenho telhados de vidro. Eu não tenho telhados de vidro nem pessoal, nem politicamente, nem profissionalmente. Entro em qualquer lado, como já uma vez vos disse, de cabeça bem levantada. E, portanto, quando os senhores me dizem... -----

O Senhor Presidente da Câmara intervém não sendo perceptível na gravação o que foi dito. ----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo: não, não Senhor Presidente, é que o senhor estava aí a fazer-me um ataque, o senhor estava a minimizar a minha pessoa, e eu não posso permitir. Enquanto pessoa, enquanto cidadã, enquanto mulher não posso permitir ataques deste género. E, depois também, em relação à questão do Hospital: é evidente, nós sabemos. O que é que o PSD queria? Que as coisas continuassem como estiveram sempre, que não acontecessem, mas as coisas estão a acontecer. Nós olhamos para as obras da Urgência elas acontecem, nós olhamos para a Unidade de Cuidados Continuados, o aumento das camas, eles aconteceram, nós olhamos para o Centro Ambulatório, nós olhamos ... -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada, tinha direito de resposta, e não de fazer comentários políticos. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma a sua intervenção dizendo: sim, sim, vou já. E agora Senhor Presidente da Assembleia, face também à questão que me disse, que não reconhece, e diz-me que não me reconhece autoridade, enfim, para eu me pronunciar, eu digo-lhe o seguinte: -----

em 2014 nós tivemos quatro Assembleia Municipais, três foram à terça-feira, uma foi a outro dia; -----

em 2015 tivemos quatro Assembleias Municipais, três à segunda-feira, uma a outro dia; ---

em 2016 quatro Assembleias Municipais, duas à segunda-feira, duas a outro dia; -----

em 2017 quatro à segunda-feira e duas a outro dia; -----

em 2020/2021 atendendo a que foi a pandemia é evidente que não contabilizem esse tempo, eu não contabilizem os dois anos da pandemia. -----

Portanto, para dizer o seguinte: os factos falam, os factos falam... -----

Sucedem-se em simultâneo vários comentários de vários Senhores Deputados, não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo: À Socialista? Eu acho que esta sala deveria ter aqui espelhos, devia ser revestida de espelhos para que o PSD se pudesse ver no espelho, se pudesse mirar no espelho. -----

E, portanto, dizer aos Senhores Deputados e ao Senhor Presidente que em relação ao Dia do Município, o senhor faz-me a provocação que também se devia mudar o Dia do Município para eu poder estar. Senhor Presidente, o Dia do Município não faz parte de uma Sessão Ordinária, eu fiz referência às sessões ordinárias. Quer o 25 de Abril, quer outras sessões são extraordinárias, e por aqui me fico. É bom que se cumpra a democracia e é bom que se respeite a oposição. -----

Muito obrigada. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhora Deputada, já disse que quem quis aqui dar lições de democracia foi a senhora, e eu não aceito da parte da Senhora Deputada lições de democracia. Eu já lhe disse que eu falo com factos, e tenho aqui dos serviços, se quiser demonstro aqui e passo isto para todos oficialmente. Está aqui isto tudo, não venha aqui fazer estatísticas deturpadas, e o que eu lhe digo é assim, e por uma vez por todas, não é a sua verdade, é a verdade dos factos: 44 sessões ordinária, 21 à segunda, 17 à sexta-feira, 3 à terça e 3 à quarta, é isto que são os factos, não são os seus, e por isso, em relação a isto, de uma vez por todas, estão aqui, e se quiser eu dou-lhe a estatística, a

estatística verdadeira feita pelos serviços. Por isso, agradeço que não faça mais juízos de intenção e vamos aos trabalhos porque a senhora está aqui num processo de vitimização com um teatro de vitimização político. Eu quero trabalhar em prol dos munícipes e em prol dos interesses de Viseu, e por isso vamos a isso. Tem aqui os factos, se quiser eu faço-lhe chegar pelos serviços, está bem? Pronto. A senhora não dá lições de democracia a nenhum Membro desta Assembleia. Vamos ao trabalho, e agradecia-lhe isto. -----

Tem a palavra Amélia Soares. -----

----- **SEIS – A SENHORA DEPUTADA AMÉLIA MARIA DA SILVA SOARES (CHEGA):**

Se falarmos de Democracia eu adorava. Faz o que eu digo não faças o que eu faço, não é? - Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e restantes presentes. -----

Mais um assunto antigo, de muitas promessas e que está por resolver. -----

A Barragem de Fagilde é mais um assunto antigo e preocupante. Cada vez mais preocupante face à atual situação de seca que se atravessa. -----

A Barragem de Fagilde abastece 130 mil pessoas dos concelhos de Mangualde, Nelas, Viseu e Penalva do Castelo. -----

Urge a necessidade urgente de questionar o Poder Central até porque existem autarquias do PS que podem cumprir o prometido. -----

Em novembro de 2017 durante a Seca na Península Ibérica de 2017, a Barragem de Fagilde teve uma capacidade de 10,5%. -----

Em 2022 todos conhecem a realidade da barragem. -----

Atendendo aos factos atuais da seca extrema no distrito, o CHEGA torna pública a sua preocupação com a falta de capacidade de armazenamento e degradação da estrutura com o tempo, assoreamento e falta de limpeza das margens. -----

É uma emergência ter um prazo de início de obras – Projeto de obras. -----

Sabemos que os 27 metros de altura acima das fundações são insuficientes, óbvio que a estrutura em betão tem de ser redimensionada, para tal é necessário a sua intervenção urgente. -----

Há muitos anos que barragem carece de obras e que nada é feito pelos diferentes governos. Mais do que as falsas promessas dos governos está em causa um bem essencial às populações, nesta época de secas extremas e cheias rápidas que produzem grandes catástrofes e sofrimento. -----

É urgente, é prioritário agilizar a recuperação desta estrutura que amortece as grandes cheias e armazena o precioso recurso cada vez mais escasso. -----

Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena. -----

----- **SETE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE):**

Bom dia. Bom dia Senhor Presidente, bom dia Senhor Presidente do Município, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, bom dia a todos e todas. -----

Considerando que: -----

i) A autarquia deve mobilizar os meios ao seu alcance para mitigar os efeitos da inflação, nomeadamente o custo generalizado do custo de vida; -----

ii) Muitas famílias já se encontravam em situação de carência económica, agravada pela crise inflacionária, o que faz com que muitas delas tenham dificuldades em cumprir o pagamento das despesas fixas, nomeadamente a fatura da água; -----

iii) A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo; -----

- iv) A aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido; -----
- v) Está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão do Município ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia; -----
- vi) A adesão a esta automatização da tarifa foi já aprovada em diversos concelhos, nomeadamente Amadora, Salvaterra de Magos, Guimarães, Vizela e Lisboa; -----
- vii) A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR) já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente: -----
- i) serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou: -----
- ii) pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5 808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não afigure qualquer rendimento, até ao máximo de 10”; -----
- viii) Nota ainda a ERSAR que, uma vez que o regime de tarifa social aprovado em 2017 apenas incide sobre o serviço de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, e “sendo também a gestão de resíduos urbanos um serviço público essencial, a ERSAR considera que dever-se-ão aplicar as mesmas regras em matéria de tarifa social, em particular no que respeita ao universo de utilizadores elegíveis. -----
- ix) O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT); -----
- x) A automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar cerca de 8500 agregados familiares. -----
- xi) Em tempos de inflação, com os salários a não terem atualizações, deve-se ajudar a desburocratizar o processo que garante a justa equidade na distribuição e consumo do bem essencial que é a água. -----
- Assim: -----
- vimos propor à Câmara Municipal da Viseu que delibere tornar a atribuição da Tarifa Social da Água, Saneamento e de Resíduos automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017. -----
- Considerando ainda que: -----
- a) O transporte individual é o principal fator de promoção do aumento das emissões de Gases de Efeito de Estufa, em particular o CO₂; -----

b) Os transportes públicos devem ser a espinha dorsal da mobilidade nos municípios. É através de uma rede ampla e eficiente de transportes públicos que é possível garantir o direito à mobilidade das e dos cidadãos. Essa rede de transportes públicos deve estar articulada, garantindo a adequação e a integração dos meios mais pesados, como os comboios nos concelhos vizinhos, com os mais leves, como os autocarros, o transporte a pedido e bicicletas. Um sistema de transportes públicos deve ser fiável e confortável, ter uma rede ampla e horários abrangentes. Só estas condições, aliadas a um tarifário acessível, permitem que os transportes públicos sejam alternativa ao automóvel individual. -----

c) Para melhorar a qualidade do ar, o relatório de 2020 da Agência Europeia do Ambiente preconiza: a promoção do uso de transportes públicos, nomeadamente de emissões reduzidas; a promoção de modos ativos de mobilidade como o uso da bicicleta e o andar a pé; zonas de emissões zero e a redução da velocidade dos automóveis nas cidades. -----

d) Desde a implementação do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) e do PROTransP (Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público), muitos municípios têm vindo a encetar um caminho de criação de redes de transporte públicas, bem como de redução muito significativa do preço dos passes ou até a sua gratuidade em alguns segmentos da população. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada pedia-lhe que acelerasse um bocadinho. -----

- A Senhora deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena prossegue a sua intervenção dizendo: eu vou acelerar. Vou andar de bicicleta. -----

e) Este é um caminho que, aliás, cada vez mais cidades, um pouco por toda a Europa, estão a seguir, considerando os benefícios ambientais, sociais e de saúde, estando interligado com o reforço constante em redes de transportes públicos adequadas à realidade de cada município. -----

Assim, propomos: -----

1 – Declarar-se favorável ao caminho da gratuidade dos transportes públicos, devendo iniciar-se com as pessoas desempregadas, jovens até aos 23 anos (inclusive), estudantes, seniores com 65 anos ou mais e as pessoas com deficiência; -----

2 – Que a Câmara Municipal, junto da autoridade de transportes, pugne pela gratuidade progressiva dos passes de transporte e pelo alargamento dos passes sociais aos transportes nacionais. -----

Terminei. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhora Deputada, pela leitura parece-me que a primeira proposta é uma Proposta de Recomendação em relação à tarifa social. O aspeto que tem aqui, que é propor à Câmara Municipal da Viseu que delibere tornar a atribuição da Tarifa Social da Água, Saneamento e de Resíduos automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017. -----

Pensamos que é uma Proposta de Recomendação e por isso, se tivermos a sua anuência, era uma Proposta de Recomendação a enviar ao Executivo Camarário, e nós enviaremos. -----

Em relação à outra proposta, propõe que a Câmara Municipal, junto da autoridade de transportes, e também junto de outras entidades crie as condições, no fundo, para a gratuidade progressiva dos transportes públicos. -----

Aqui penso que é um motivo, talvez seja uma situação que já não é tão linear, e por isso, da parte da Mesa, entendemos colocar à discussão esta situação já que há outras responsabilidades que deverão ser assumidas neste âmbito que possibilitassem essa gratuidade. Por isso, está em discussão esta proposta de gratuidade de transportes públicos. -----

Algum dos Senhores Deputados quer intervir? Tem a palavra a Deputada Ana Paula

Santana. -----

----- **OITO – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD):** Senhor Presidente, muito bom dia, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas, todos os demais presentes. ---- Registo a intervenção da Deputada, e relativamente à primeira Recomendação aderimos a ela por entendermos que é uma forma de fazer justiça social, e depositar-se sobre a instituição o ónus da análise automática das circunstâncias socioeconómicas de cada agregado e dos utilizadores. Entendemos que é deveras justo e razoável que assim seja à semelhança daquilo que são os prestadores de serviços de energia que já o fazem por cruzamento de dados com a Autoridade Tributária. No entanto, também não posso deixar é de considerar que a Autoridade Tributária terá que construir ferramentas de comunicação automática para que mais uma vez não tenha que ser a instituição municipal a construir ferramentas que onerarão o seu orçamento, quando isso deverá resultar daquilo que são orientações genéricas das instituições públicas que servem todo o país, e não o município mais uma vez a ter que construir ferramentas e a onerar o seu orçamento para que tal justiça social se concretize. -----

Relativamente à segunda Recomendação, sugestão, não sei qual foi a classificação que a Mesa deu, obviamente que no mesmo índice de considerações que acabei por fazer, nós também teremos que aderir, mas, mais uma vez, o reporte financeiro de tal encargo não pode ser imputado a um orçamento municipal, mas sim a um orçamento do estado que defenda os cidadãos deste país de igual forma por todos os seus concelhos, para que todos nós possamos ter uma justiça equilibrada e equitativa. -----

Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Algum dos Senhores Deputados quer também intervir? Tem a palavra o Senhor Presidente da Freguesia de Coutos. -----

----- **NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE COUTOS DE VISEU FERNANDO MANUEL LEITÃO DE ALMEIDA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa muito bom dia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Caros Colegas. A minha intervenção vem exatamente no sentido da Senhora Membro da Assembleia do Bloco por uma razão muito simples. De boas intenções está o mundo cheio, e quando nós falamos num caminho de gratuidade para os transportes públicos que há-de ser suportados por todos nós, temos que nos lembrar primeiro daquelas pessoas que nem sequer têm transportes públicos. Eu sou de uma freguesia onde uma localidade não tem transportes públicos, e eu gostaria era que os transportes públicos chegassem primeiro a toda a gente e que todos contribuíssemos para isso, porque a gratuidade é muito bonita, mas se calhar estamos muito longe disso. Vivemos num mundo, num país, num concelho onde isso não será necessário no seguimento do que disse a Dra. Ana Paula Santana. É um caminho que tem que ser percorrido pelos municípios, pelo governo central, por todos nós, mas, nós não podemos pensar em ter transportes públicos gratuitos, quando temos uma faixa da nossa população que não tem transportes públicos. A primeira prioridade é levar os transportes públicos a toda a gente e depois pensamos em formas de minimizar os custos com os transportes públicos. -----

Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Mais alguma intervenção? Não havendo colocava em votação esta proposta. Eu ia ler novamente: -----

1 – Declarar-se favorável ao caminho da gratuidade dos transportes públicos, devendo iniciar-se com as pessoas desempregadas, jovens até aos 23 anos (inclusive), estudantes, seniores com 65 anos ou mais e as pessoas com deficiência; -----

2 – Que a Câmara Municipal, junto da autoridade de transportes, pugne pela gratuidade progressiva dos passes de transporte e pelo alargamento dos passes sociais aos transportes nacionais. -----

A presente recomendação, a ser aprovada, deverá ser remetida às seguintes entidades: -----

- Presidente da República; -----
- Primeiro-Ministro; -----
- Todos os Ministérios; -----
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República; -----
- Câmara Municipal de Viseu; -----
- Juntas de Freguesia do concelho de Viseu; -----
- Assembleias de Freguesia do concelho de Viseu; -----
- Comunicação social local e nacional. -----

É esta a proposta. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, *aprovada por unanimidade*. Tem a palavra o Deputado João Caiado. -----

----- **DEZ – O SENHOR DEPUTADO JOÃO ALBERTO CHAVES CAIADO RODRIGUES (PPD/PSD):** Cumprimento a Mesa da Assembleia na pessoa do Senhor Presidente, cumprimento o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, cumprimento todos os Elementos desta Assembleia e todos os presentes. -----

O objetivo da minha intervenção vem no sentido de uma breve reflexão acerca da transferência de Competências da Educação para o Município e do arranque do ano escolar. Vou focar alguns pontos que considero mais relevantes de forma a ultrapassar uma conceção meramente administrativa e tentar privilegiar uma visão humanista e pedagógica da gestão e administração escolar neste município. -----

Assim, durante o ano letivo 21/22, esta administração conseguiu no âmbito da descentralização de competências, o seguinte: -----

- Colocou em funcionamento o Conselho Municipal de Educação; -----
- Fez as reuniões e o relatório final da comissão de monitorização de descentralização de competências; -----
- Fez o concurso de assistentes operacionais; -----
- Continuou o processo da elaboração da Carta Educativa com data previsível de conclusão em dezembro deste ano. -----

No que diz respeito aos recursos humanos, em setembro foram colocados 80 Assistentes Operacionais para a educação Pré-Escolar, 1.º, 2.º, 3.º Ciclos e Secundário, sendo que supera os rácios definidos pelo Ministério da Educação para os Agrupamentos de Escolas. Constata-se que Viseu continua a ser um Município de referência a nível nacional, comprovado, aliás, na inauguração da Escola Básica de Paradinha pela Sra. Delegada Regional. -----

Acresce, ainda, que está a decorrer um concurso destinado a substituições dos assistentes operacionais para as situações de faltas por maternidade ou doença. -----

Relativamente à Escola a Tempo Inteiro, a delegação de competências apenas foi formalizada em junho de 2022. O Município escolheu a opção mais funcional após auscultação aos Diretores de Agrupamentos e a outras estruturas. Estas atividades, pelo que sei, serão iniciadas brevemente. -----

No que concerne às Refeições, informamos que no terceiro período de 21-22 os Diretores, bem como muitas Associações de Pais, referiram que houve uma melhoria da qualidade das mesmas. -----

De salientar, o investimento no valor de 1 milhão de euros nas refeições e de cerca de 30 mil euros para a monitorização. -----

Quanto ao Apoio às Famílias realçamos o seguinte: -----

- Kits do Viseu Educa para ensino privado e público no valor de 86 000 €. -----

- Fichas e livros para o ensino público e privado, para os agregados mais necessitados no valor de 70 mil euros. -----

- Celebração com os Agrupamentos de Escolas de acordos de colaboração no valor global de 57.560 euros, para despesas relacionadas com o Programa de Visitas de Estudo, destinadas às crianças do Pré-Escolar e aos alunos do 1º Ciclo. -----

A aposta na área da educação inclui, ainda, investimentos de 660 mil euros em transporte regular dos alunos, 377 mil euros na realização de circuitos especiais e de 120 mil euros em transporte adaptado, num total de 1,1 milhões de euros. -----

No que diz respeito ao apoio em recursos materiais tais como, os relacionados com aquecimento dos edifícios, material de expediente e limpeza, mobiliário e equipamento básico e pedagógico, o valor investido é de 6,5 milhões de euros. -----

No âmbito do Processo de Transferência de Competências, o Município de Viseu delegou nos Diretores das Escolas o pagamento de algumas despesas, no valor de 148 mil euros referente ao período de setembro a dezembro. -----

Concluimos, assim, que o Município de Viseu se mantém atento e orienta as suas políticas educacionais para o sucesso educativo, para a inclusão e para o desenvolvimento de competências essenciais para enfrentar os grandes desafios deste século. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Gonçalo Ginestal. -----

----- **ONZE – O SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL MACHADO MONTEIRO ALBUQUERQUE (PS):** Muito bom dia a todas e a todos. Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral. -----

Nem de propósito Senhor Deputado João Caiado. E vou começar a minha intervenção Senhor Presidente por dizer que tive um sonho. -----

Este é o primeiro ano letivo que inicia já com a transferência de competências realizada na área da Educação. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista fica muito satisfeito ao verificar que não existe qualquer constrangimento nesta matéria, seja em termos de recursos humanos, seja em infraestruturas ou mesmo recursos financeiros para fazer face ao aumento de despesa que o Município está a ter nesta matéria. -----

Bem, mas depressa acordei para uma realidade bem diferente. Há problemas de planeamento do ano letivo. Há dificuldades na implementação das AEC, dos transportes escolares alguma desorganização, na componente de apoio à família ainda não está no terreno e também algumas queixas relativamente às refeições escolares. -----

No que concerne ao fornecimento de Livros de Fichas do 1º ciclo e Manuais Escolares dos 2º e 3º CEB da Rede Privada, o Partido Socialista defende que este apoio deve ser universal, ou seja, para todos os alunos do Ensino Básico do Concelho, sendo este um apoio direto às famílias que visa promover o sucesso escolar dos alunos. Lamentamos nesta matéria o recuo do Município face a anos anteriores, no que concerne a esta matéria. -----

Aproveito a oportunidade para perguntar também ao Senhor Presidente da Câmara quantos alunos, dos diferentes ciclos e níveis de ensino iniciaram este ano letivo? Pergunto isto porque de há 10 anos para cá já perdemos mais de dois mil alunos. Tem alguma ideia para inverter este ciclo Senhor Presidente? -----

Não podemos deixar de lamentar que no início deste ano letivo não haja uma informação sobre o arranque do mesmo, nas informações do Senhor Presidente da Câmara a não ser pela comunicação social ou redes sociais que anunciaram que a Educação é uma peça fundamental para este Município. Olhe, a nós não nos parece que assim seja. -----

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista aproveita também esta oportunidade para desejar a toda a comunidade educativa do concelho de Viseu votos de um excelente ano

letivo. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Viseu Diamantino Santos. -----

----- **DOZE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito bom dia. Eu queria começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e as Senhoras Secretárias também, um cumprimento para o Senhor Presidente e toda a Vereação (Presidente da Câmara, entenda-se) caras e caros Membros desta Assembleia Municipal e neles englobo naturalmente também a Senhora e os Senhores Presidentes de Junta, meus caros colegas, gostava também de cumprimentar os Colaboradores desta Casa, a Comunicação Social e eventual Público presente. -----

Passo a ler: -----

Na qualidade de membro desta Assembleia e fazendo parte do Grupo Social Democrata, e em nome desse mesmo Grupo, permita-me Senhor Presidente, manifestar o nosso regozijo pela recente inauguração, do mercado de Produtores de Viseu. -----

Disse na altura, o Sr. Presidente da Câmara e passo a citar: “abrimos hoje as portas a uma infraestrutura temporária que vem responder a alguns desafios, desde logo assegurar melhores condições de venda para os nossos lojistas e produtores locais, como também permite planejar e projetar o futuro edifício do atual Mercado Municipal, na Rua 21 de Agosto”. (fim de citação). -----

Revemo-nos na transcrição acima referida. -----

Evidenciando o caráter temporário e transitório da atual infraestrutura, ela não deixa de cumprir a sua função essencial – um espaço cuidado, acessível e funcional, permitindo que quem nela vende e compra, o faça com as condições necessárias. -----

Substitui e bem o Mercado Municipal, garantindo a normal atividade sócio/económica local, fomentando também a coesão territorial, concelhia. -----

Para um período transitório, encontrou-se uma solução digna, com qualidade, devidamente equipada e que serve os preósitos, para que foi planeada e executada. -----

Com esta mudança, encerrou-se temporariamente o Mercado Municipal, preparando-se a sua requalificação estruturante, que irá decorrer, nos próximos anos e para servir melhor, nos tempos futuros. -----

Também aqui, citamos as palavras do Sr. Presidente da Câmara. -----

“O Mercado dos Produtores dará resposta, enquanto não concluirmos o projeto que temos pensado. Vamos requalificar um dos espaços mais centrais da cidade. Queremos o piso do Mercado Municipal ao nível da Av. António José de Almeida e da Av. Alberto Sampaio e depois aproveitar o espaço interior, talvez com três pisos, um para estacionamento e um ou dois pisos para serviços”. (fim de citação). -----

Será sem dúvida uma grande obra de regeneração urbanística, uma nova centralidade, ligando duas importantes artérias da Cidade e um polo de dinamização das atividades sócio/económicas do concelho, permitindo também outras disponibilidades e serviços. -----

Habitados ao pragmatismo, liderança e capacidade de executar, do nosso Presidente Dr. Fernando Ruas e da equipa que o acompanha, vamos saber esperar, porque num período tão difícil que se avizinha, nunca foi tão sensato, perceber e perceber que “Roma e Pavia, não se fizeram num dia”. -----

Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Deputado André Cunha. -----

----- **TREZE – O SENHOR DEPUTADO ANDRÉ FILIPE MARQUES DA CUNHA (PS):** Muito bom dia. Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, cumprimento também as Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas,

Senhora Presidente de Junta, Senhores Presidentes de Junta. -----
Hoje o que me traz aqui é por um lado, uma nota de atualidade e por outro lado uma nota histórica, e que entendemos como fundamental. A Constituição de 1822 faz hoje 200 anos. Essa Constituição é o texto constitucional mais antigo que temos, e com ele foi rompido o paradigma com o *Ancien regime*, ou seja, foram 4 pedras deitadas digamos, no charco que fizeram irromper e não só, e reconhecer os direitos pessoais, alguns direitos pessoais de igualdade jurídica, a separação dos poderes, e muito importante também para nós os direitos de representação política. Isto por um lado deve servir de apaziguamento porque a nossa democracia já tem alguma maturidade, mas por outro lado devemos estar muito atentos aquilo que já é mais do que uma constatação. Aquele avanço civilizacional que há 200 anos neste país foi encetado está em perigo. Está em perigo, nós sabemos o que se passa no mundo, sabemos o que se passa na Europa e também em Portugal, sabemos os movimentos iliberais, os movimentos neofascistas, os movimentos securitaristas, os movimentos que se englobam na extrema direita e naturalmente nós somos de forma clara contra eles, nós de forma clara não iremos fazer nenhum tipo de apaziguamento com essas forças, e há pouco Senhor Presidente houve aqui uma afirmação gravíssima, gravíssima, aliás, inadmissível. Um Senhor Deputado, o Senhor Dr. Pedro Alves, que não está agora aqui presente, mas com certeza alguém lhe dirá, e pode ser que ele venha até então, disse que o Partido Socialista é o partido dos favores. Agora, não sei se se recordam o que se passou ontem? Como é que qualificarão o Líder Parlamentar do Partido Social Democrata a fazer o favor, a apelar para a eleição para um Vice-Presidente da Mesa da Assembleia da República? Como é que explicam esse favor? A história do PSD fala por si. Eu tenho-o pessoalmente como um partido democrático. Mas, vai fazer o favor ao CHEGA? -----
Disse! -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Paulo Pereira. -----

----- **CATORZE – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente do Município, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros Membros desta Assembleia Municipal, como Deputados e também como Presidentes de Junta. -----

A capacidade de reconhecer valor e mérito é extremamente importante. Em Portugal, no passado infelizmente não existia essa cultura do reconhecimento do mérito, da competência e da capacidade das pessoas. O pensamento subjacente acabava por ser “hum, é melhor não, porque a seguir pensa que é o maior e depois...”. Nos últimos anos felizmente esta cultura foi alterada de forma progressiva e temos cada vez melhores exemplos do devido reconhecimento público do trabalho desenvolvido pelos nossos cidadãos. Há dois dias atrás no Dia do Município foram contemplados cidadãos da nossa comunidade com destaque em muitas e diferentes áreas, o que valoriza a diversidade das atuações da sociedade civil e o impacto na envolvente de Viseu. Com muito pena minha não consegui estar presente, pois acordei com um pouco de febre e considere melhor não participar uma vez que no contexto atual, todos devemos contribuir para que os riscos de saúde na vertente do contágio sejam minimizados. -----

Ora, nesta cerimónia, receberam medalhas de mérito municipal várias pessoas e entidades que contribuíram para a afirmação de Viseu e da nossa região. Pela relevância que têm e apesar do tempo que possa demorar, importa fazer a referência a cada uma delas. -----

O Real Túnel Académico, Tuna Universitária de Viseu, pela salvaguarda, promoção e valorização dos valores, costumes e tradições académicas e musicais; -----

O Dr. António Ribeiro de Carvalho, pela sua atuação na área da advocacia, mas também pela ligação a projetos e instituições do Concelho nas áreas da Cultura, da Saúde e da Cidadania; -----

A Dra. Dalila Rodrigues, antiga Diretora do Museu Grão Vasco, pelo percurso na promoção e salvaguarda da arte portuguesa; -----
O Sr. Eduardo Pinto, pela contribuição para a promoção cultural ativa, que permite também a afirmação e valorização de Viseu; -----
O Dr. José Cesário, pelo percurso político e capacidade de ação e intervenção junto dos portugueses residentes no estrangeiro; -----
O Dr. José Luís Lucena e Vale a título póstumo, pela sua carreira profissional e implementação de serviços pioneiros a nível nacional e pela sua participação cívica; -----
A Enfermeira Maria Matos Albernaz e toda a equipa que a acompanhou, pela coordenação e adequado funcionamento do Centro de Vacinação de Viseu, tendo conseguido tornar normal a anormalidade da vacinação na pandemia; -----
O Sr. Sérgio de Figueiredo Tavares, a título póstumo, pela atuação na área comercial e como dirigente associativo, político e social, uma pessoa de referência. -----
Foram ainda distinguidas quatro personalidades com Medalha de Valor e Altruísmo: -----
O Dr. Luís Neves de Carvalho; -----
O Dr. António Guiné, a título póstumo; -----
O Enfermeiro António Elísio Dias que nos acompanhou aqui nesta Assembleia durante bastante tempo; -----
E, o Dr. Oliveira Santos, pelo seu trabalho de conceção, implementação e acompanhamento do, na altura, “Novo” Hospital de Viseu, o Hospital de S. Teotónio. -----
E, finalmente, o Viriato de Ouro. Em 1986 quando entrei para a Universidade, em Lisboa, fazia, como é costume, a minha apresentação junto dos colegas de curso, e invariavelmente ouvia a piada do costume: “ah, és de Bijeu!!!”. Aliás, nessa altura, a notoriedade de Viseu estava associada essencialmente a dois aspetos: o sotaque já referido e o “Indo eu, indo eu ...”. O Dr. Fernando Ruas foi pela primeira vez Presidente da Câmara Municipal de Viseu três anos depois, em 1989, estando à frente dos destinos do Município durante 24 anos, até 2013. Nesse período, a nossa cidade foi transformada na “Melhor Cidade para Viver”, e como o próprio Dr. Fernando Ruas faz questão de referir, Viseu é "um exemplo a nível nacional", é "uma cidade, e um concelho, que cresceu e se desenvolveu nas últimas décadas e que captou novos habitantes". -----
O Dr. Mota Faria referiu também nessa cerimónia que, “O amor a Viseu, o trabalho de excelência que desenvolveu em prol da população justificou a atribuição da mais elevada condecoração do município de Viseu, o Viriato de Ouro”. -----
Eu faço minhas as palavras do Presidente da Assembleia, porquê? -----
Porque pouco pode ser a elas acrescentado, pois no caso do reconhecimento do serviço prestado a Viseu no passado, e ainda mais, na continuidade da prestação desse serviço no presente, esse reconhecimento é unânime e, penso que, transversal a todos os quadrantes políticos. -----
Viseu transformou-se num concelho de referência, num farol de desenvolvimento no interior do país, interior esse esquecido pelo Governo centralizado e centralizador. Mas, tal como o Dr. Mota Faria também referiu, e cuja opinião é novamente por mim secundada, “devemos continuar a lutar, a reivindicar, a exigir os investimentos estruturantes a que temos direito, no que concerne ao concelho e à necessidade de continuar a utilizar a melhor estratégia e as políticas públicas de qualidade”, trabalho que tem e continuará a ter o devido empenho do nosso Presidente do Município de Viseu. -----
Todos aqueles que foram antontem reconhecidos desenvolveram os seus melhores esforços para o desenvolvimento e afirmação de Viseu. Todos nós temos o legado de dar continuidade a esta contribuição, todos somos poucos para tornar Viseu sempre maior e melhor. -----
Muito obrigado. -----
----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Não

posso agora estar a dar-lhe a defesa da honra. Vou-lhe dar a palavra, mas agora há outra Deputada e terminávamos as inscrições. Deputada Francisca Damião. -----

----- **QUINZE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FRANCISCA DAMIÃO LOUREIRO (PPD/PSD):** Ora, muito bom dia. Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhora e Senhores Presidentes de Junta, restantes Membros da Assembleia. -----

O que me traz hoje aqui começa por uma simples pergunta: -----

Há futuro para os jovens em Portugal? -----

Esta, é uma pergunta que se repete, mas que poderei considerar como antagónica, porque tem de haver futuro para os jovens em Portugal, não pode ser uma questão, tem de ser uma afirmação e o futuro dos jovens em Portugal tem de ser uma prioridade. -----

Mas não é! -----

Portugal necessita dos jovens, necessita das suas qualificações e competências, necessita do seu espírito criativo e empreendedor, necessita do seu importante contributo, enquanto população ativa, para a sustentabilidade da Segurança Social, necessita dos jovens porque estes são o verdadeiro pilar do futuro de Portugal. -----

Mas não, em Portugal os jovens não são uma prioridade. -----

O Primeiro-Ministro do nosso País aquando da apresentação do Orçamento de Estado para 2022 afirmou e (passo a citar), “Este é um Orçamento que assume como prioridade as novas gerações”, (fim de citação) dando como exemplo as políticas de arrendamento acessível que iria fomentar e o combate à precariedade. -----

Ora, cria-se a expectativa, cria-se a esperança e vem ao de cima o desalento, uma vez mais. - O Primeiro-Ministro não sabe ou não quer saber da realidade dura e crua de um jovem recém-licenciado. -----

Como sabemos a ambicionada e necessária independência dos jovens advém sobretudo da conquista do trabalho e habitação. -----

Por um lado, o acesso ao mercado de trabalho é tarefa penosa e ingrata, e por outro, conseguindo esse acesso, a precariedade é o lema, já para não falar de tantos e tantos jovens licenciados a frequentar estágios sem qualquer tipo de remuneração. -----

Quanto á habitação, que é um direito constitucionalmente garantido, e que, apesar dos seus 200 anos e as obrigações que também estão previstas, são boas efetivamente as notas de felicitação, mas cumprir e fazer cumprir parece ser diferente para esta governo. -----

Mas, quero salientar em concreto o Programa Porta 65, que é um sistema de apoio financeiro ao arrendamento jovem, atribuindo uma percentagem do valor da renda, como subvenção mensal, renda essa que tem limites máximos, a chamada Renda Máxima Admitida. -----

Ora, foi apregoada a atualização dessas rendas máximas admitidas a este programa e mesmo prevista essa atualização no Orçamento de Estado para 2022 que, como disse o nosso Primeiro Ministro, será um Orçamento que dá prioridade às novas gerações. -----

Mas afinal não terá efeito, ou seja, as candidaturas a decorrer até ao final deste mês, estão sujeitas aos atuais limites de renda, perfeitamente desfasadas da realidade do mercado de arrendamento, até porque são valores que vigoraram desde 2010. -----

Estamos perante uma verdadeira falácia, um programa de apoio aos jovens, sem possibilidade de apoio, por ser impossível respeitar o principal requisito – encontrar arrendamento dentro dos valores exigidos neste programa. -----

Então, mas para que existe? Para estar num papel? Para ludibriar os jovens com falsas promessas de ajuda? -----

Mas o Governo não se fica por aqui efetivamente. A promessa de aumento de mais de 12 mil camas em residências universitárias para o período de 2019-2022 não foi cumprida. O

número de camas existente em 2018 mantém-se nos dias de hoje. Novamente, a lógica da muita parra e pouca uva. -----

Gostaria de perguntar ao partido do Governo aqui representado, como é que pode um jovem recém-licenciado, que até entrou no mercado de trabalho, mas com salários, maioritariamente iguais, senão menores até, ao salário mínimo nacional, como é que pode comportar as rendas que estão brutalmente excessivas? -----

E como é que pode uma família da classe média, suportar os custos do arrendamento de quartos, dos seus filhos que são estudantes deslocados? -----

Simples, a resposta parece-nos simples: -----

Aquele jovem recém-licenciado, apesar das suas competências e de todo o investimento que o País e os portugueses fizeram nele, acabará mesmo por, não querendo, ir para o estrangeiro porque sente que o País não lhe possibilita continuar cá. Quer dizer, o País não, o Governo. -----

O estudante que muito ambicionaria ser estudante deslocado, escolhendo o curso que de facto pretendia, não poderá concretizar os seus sonhos, ficando assim decerto, pelo caminho, excelentes profissionais. -----

E é isto: -----

“Segundo a Eurostat Portugal é o país da União Europeia em que os jovens saem mais tarde de casa dos pais e os que menos votam em todas as eleições.” -----

Esta realidade provoca um adiamento da maturidade e da realização pessoal e familiar, influenciando obviamente os níveis de natalidade deste País. -----

A principal causa a apontar é aquela em que o Estado mais pode e deve intervir é a Habitação. -----

Existe um verdadeiro abismo entre os baixos salários e os elevados preços da habitação. Este abismo tem de ser a prioridade política deste governo para os próximos anos. -----

E como? Apresento soluções: -----

O governo pode regular o mercado de habitação providenciando programas de habitação social, promovendo a construção de habitação pública a preços controlados o que permitirá aumentar a oferta e diminuir a procura, permitindo, dessa forma que o mercado do arrendamento possa ser regulado. -----

O governo também tem de resolver o drama que são os milhares de casas vazias e a criação e reforço dos mecanismos que convidam os proprietários de habitações em Alojamento Local, nos grandes centros urbanos sobretudo, a ingressarem no mercado de arrendamento. O governo possui edificado no seu património que pode requalificar e dessa forma servir os estudantes portugueses pelos vários pontos do país. -----

O governo pode? Não! O governo deve cumprir o estabelecido na constituição da República Portuguesa no que à habitação diz respeito. -----

Tem de haver coragem política para promover as reformas necessárias que permitam aos jovens ficar no nosso País e acreditar nele, na política e nos políticos, em todos nós que aqui estamos presentes. Para deixarmos de ser o país em que os jovens menos votam, eles têm de acreditar, têm de ter causas sim, como se diz, mas as causas também são ter educação, emprego, habitação. -----

A realidade é que neste processo como em muitos outros acabam por ser as próprias autarquias a substituírem-se ao governo, no momento de aliviar os encargos que os jovens têm sobretudo. -----

De facto, e trazendo, um novo assunto: medidas como o Passe de Transportes gratuitos, como também já foi aqui levantada essa questão, para todos os jovens de determinado território, nomeadamente como fez o Presidente Carlos Moedas. -----

Porque que é que não é o governo a adotar esta medida e a providenciar este tipo de benefícios a todos os jovens, sobretudo aos jovens estudantes deslocados? -----

Não será uma medida, até do ponto de vista de sustentabilidade ambiental, um ponto de partida para que o Governo demonstre que realmente não há nem pode haver jovens de primeira e jovens de segunda? -----

O que faz falta é um melhor aproveitamento e alocação dos fundos disponíveis, o que faz falta é ter vontade política, é fazer a diferença, a verdadeira diferença na vida de cada um de nós, que não pode ser esquecida de todo. -----

Mas, a política socialista está mais direcionada para a próxima eleição do que para a próxima geração. -----

E, também tendo por base o que disse a Senhora Deputada Lúcia Silva, esperamos efetivamente pelos atos, porque estamos fartos de palavras vãs. Obrigada. -----

Disse. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves para a Defesa da Honra. -----

----- DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Obrigado Senhor Presidente. Eu peço desculpa de me ter ausentado da sala, mas às vezes há motivos que a gente não consegue controlar e tem que sair mesmo. Mas se era para ficar para ouvir, viu-me levantar dizia eu vou falar para si e eu ficava mais um bocadinho. Também não quis que eu ficasse a ouvir, era fácil dizer e eu ficava, não é? Quanto aquilo que eu disse, demorou tarde a vir a reação em Defesa da Honra do Partido Socialista quando o acusei do partido do favor, e continuo a dizê-lo, se ainda não sabe tem que começar a procurar melhor os meandros do Partido Socialista para ver como é que funciona, e, basta vermos o que já aqui foi tratado nesta Assembleia com aquela dupla inauguração, daquela estrada, o favorzito, foi o não sei quantos que me fez o favor, então a gente vai aqui... mas ninguém faz nada por favor. Todo o investimento público não é feito por favor, é feito por necessidade por interesse da comunidade. Não devemos favores a ninguém. Quem está em funções públicas tem o dever de o fazer, não lhe devemos agradecer, é sua obrigação, mas, neste caso mesmo que não façam querer ficar com o ónus de ser feito. Lançou-se o concurso para o projeto da nacional 229, eu cheguei a ouvir isto: a informar a população de que vai lançar-se o concurso para o projeto da 229 quando a atrasaram 6 anos quando houve um governo de geringonça. Porquê? Porque foi para satisfazer os favores dentro do PS para se manterem no poder, e por isso, aliaram-se ao Partido Comunista, ao Bloco de Esquerda, partidos que eu não considero democráticos, e agora vêm-me aqui tirar lições quando o Regimento da Assembleia da República obriga, obriga, é assim, foram todos os partidos que aprovaram, que os partidos mais votados, os 4 mais votados proponham que haja vice-presidentes na Assembleia da República. É assim, e a democracia tem que funcionar, temos que respeitar aquilo que o povo escolheu, e o que o povo escolheu, para segundos, terceiros e quartos partidos não foi nem o Bloco de Esquerda nem o PCP com os quais os senhores andaram amancebados politicamente, e por isso não me vai dar lições de coisíssima nenhuma. Respeite aquilo que são os Órgãos da República. Respeite aquilo que o seu partido também votou, e se o seu partido votou e aprovou um Regimento devia saber respeitá-lo e não o respeita. Respeita por conveniência, e foi só assim que houve um governo de geringonça, senão não teria havido, e com todo o prejuízo que temos hoje para nós que não temos ainda as Urgências terminadas, que não temos Radioterapia, tudo graças ao atraso no investimento público, à política do favor. E, por isso, não tenha receio de assumir que é um partido de favor, está lá, assumo-se, foi aí que se encontrou, e é assim que vocês fazem. Queremos recuperar ainda governos de José Sócrates? Quer falar de favores? Quer saber o que é que faziam com a banca? É público, está nos tribunais. Quantos governantes estão com problemas desse período? Quer saber mais alguma coisa? Qual é a lógica afinal vir aqui dizer... sente-se ferido na Honra em quê? Quais são os factos que quer discutir aqui? Vamos a factos, não é retórica isto! É factos. Quando trouxer factos a gente discute-

os, agora retórica, essa é fácil. -----

Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado André Cunha. -----

----- **DEZASSETE – O SENHOR DEPUTADO ANDRÉ FILIPE MARQUES DA CUNHA (PS):** Senhor Presidente da Mesa, reitero os cumprimentos a todos. -----

Ó Senhor Deputado, vamos ver se a gente se entende. Devo dizer-lhe o seguinte: eu pensei que o Sr. Dr. viesse aqui de alguma maneira fazer o mea-culpa e dizer, se calhar exagerei. E, sabe, eu não estou a defender a Honra, não defendi a Honra com a minha intervenção, só da Bancada do PS, defendi a Honra o Órgão, porque esse tipo de afirmações, não enobrecem, não são às vezes até sequer admissíveis em determinadas discussões. Sabe, eu fui eleito pelo povo para representar os seus interesses e não os meus interesses próprios. Eu estou aqui com um enorme prejuízo patrimonial, mas estou aqui, olhe, mas estou aqui com prazer, e também lhe vou dizer mais, o senhor não me vai dar lição nenhuma sobre regimentos, nem sobre nenhum tipo dessas questões legais e protolegais. Agora, não venha dizer é que o Regimento obrigou o seu partido, que eu tenho como um partido democrático a fazer o apelo de apoio a uma força antidemocrática, ou acha que não é antidemocrática? Diga-me lá, o senhor sentava-se à mesa da Giorgia Molini? Do Matteo Salvini? Da Le Pen? Pois, se calhar daqui a uns meses vamos ver isso, vamos ver isso. Talvez, talvez, talvez o Partido Social Democrata até possa mudar de sigla, não é? Portanto, é assim: vamos manter-nos na discussão profícua, elevada, e não vamos entrar em conversas de café ... ----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Agradecia silêncio. -----

- *O Senhor Deputado André Filipe Marques da Cunha prossegue a sua intervenção dizendo:* ... porque eu não estou aqui para conversas de café. Agora, o Sr. Dr. muitas vezes fala de factos, poderá eventualmente até às vezes andar próximo, mas ouça, nós não podemos ser parciais, não é isso que as pessoas esperam de nós... -----

O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- *O Senhor Deputado André Filipe Marques da Cunha termina a sua intervenção dizendo:* ... é música? -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Não havendo dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados. -----

----- **DEZOITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado. Senhor Presidente, Senhores Deputados, apesar de um PAOD longo eu não tenho muito para acrescentar. Fui ouvindo algumas coisas que de facto nem têm sequer critica para fazer mas, pronto, eu vou apontando de acordo com as intervenções que aqui houve. ----- Bem, o Deputado Pedro Alves trouxe aqui um assunto que já está por demais debatido que é a questão da Radioterapia, e eu não vou insistir mais nisso, e mais, vou deixar aqui, digamos, a garantia de que não farei aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do Partido Socialista aquilo que eventualmente os senhores acham que é um bom exemplo do Deputado que traz as notícias. Isto é, eu não farei aos Senhores Presidentes do Partido Socialista, quando lhe anunciar as obras nas suas freguesias é com eles, não é com o vosso concorrente da oposição. Vou fazer exatamente isso, para ensinar algumas pessoas que é assim que se faz a democracia. A democracia está por quem a representa em cada momento, quem foi eleito para o efeito. Tudo aquilo que é enviesado não ajuda a democracia, e, portanto, vamos fazer como sempre fizemos. Tivemos dificuldade, ou queríamos saber mais sobre as ações e os problemas da Saúde, fomos à Senhora Ministra, e aquilo que a Senhora Ministra, não sei se foi por isso que ela deixou o lugar, o que disse foi exatamente, aliás, com testemunhas, não fomos sozinhos, fomos em representação da CIM, com a presença do

Senhor Presidente do Conselho de Administração do Hospital, com a presença da Senhora Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro, e com a presença da Senhora Presidente da ACES local, e aquilo que nos foi dito foi tão somente isto que está registado: só há garantia da obra física, o equipamento não tem garantia, como também nos foi dito, e parece que isso também já foi quebrado, o interlocutor a partir de agora, seria sempre em primeiro lugar o Presidente da CIM e a Senhora Ministra. Penso que estiveram à espera que a Senhora Ministra saísse, não sei se a empurraram, para agora já terem outro tipo de procedimento, agora já contam outra vez com o mesmo emissário. Não nos deixamos, digamos influenciar, nem sequer temos receio dessas situações. Podem usar este tipo de truque, de influência, de vir alguém, sempre o mensageiro anunciar coisas, porque há uma coisa que eu sei, isto cai pela base, a mentira tem perna curta. É evidente, então, ficam todos satisfeitos que tragam para aqui algum investimento para Viseu? Eu gostaria de os ver discutir é em nome de Viseu os investimentos que não vêm. Querem uma sumula rápida, e só de memória? Nós trouxemos para cá o Instituto da Juventude, o Hospital Distrital, o Tribunal, a Biblioteca... então, o que é que veio depois disso? O que é que veio depois disso? Os senhores não trouxeram nada, e agora andam a anunciar há uma série de tempo as mesmas coisas, a anunciar que hão-de vir. Seguramente que hão-de vir, era o que faltava que não viessem. O Senhor Deputado Ginestal trouxe aqui uma coisa curiosa. Primeiro deu-lhe a coisa do Luther King não foi, teve um sonho, e depois foi o Araújo Pereira. Pronto. O que é que o senhor veio dizer. Bem, acordei... ó Senhor Deputado sabe o que é que eu estava à espera que lhe acontecesse? Que o senhor tivesse passado na Câmara de Mortágua, porque lhe deve ser familiar uma placa que está lá. Lançamento da primeira pedra da Autoestrada Viseu/Coimbra. Um sonho. E. agora, nada. É-lhe familiar isto não é? É, é, é. Eu depois mostro-lhe porque é que lhe é familiar. Os senhores têm a memória muito curta, e depois trazem aqui, digamos, um tipo de situações a pensar que a gente se deixa influenciar por isto. Eu sei que a confiança demora tempo a adquirir, mas depois também sai com dificuldade, os senhores também não podem só por simples retóricas chegar aqui e achar que este município não cumpre. Caramba, olhe que eu fui 12 anos Presidente da Associação de Municípios, não tive as críticas que se ouvem por agora. Então e os senhores vêm dizer que agora o Poder Local em Viseu é uma tristeza. E, ainda por cima quem é que o diz, com que legitimidade? Portanto, tenham mais cuidado porque só assim é que podem ter digamos, e conquistar a credibilidade dos eleitores. Sabem que é possível enganar todo o mundo durante algum tempo, não se engana, como dizia o Kennedy, todo o mundo durante todo o tempo, e, portanto, eu acho que deviam nalgumas coisas ter um bocadinho mais de cuidado. O Presidente da Câmara nada fez pelo Centro de Radioterapia? Eu fiz aquilo que me está ao alcance, perfeitamente ao alcance, e a Senhora Deputada então é que não me dá nenhuma lição sobre isso. Foi este Presidente da Câmara que ajudou a que houvesse um Hospital novo, preservando os terrenos, fazendo as acessibilidades, portanto, em termos de saúde não recebo qualquer lição por ninguém. Já agora outra coisa, mesmo que a saúde seja um contrapoder em Viseu, mesmo que estejam a usar isso como contrapoder. Nós sabemos distinguir na altura quem é que fez alguma coisa pela Saúde, aliás como fizemos nesta distinção municipal com os elementos a quem distinguimos com a Medalha de Mérito Municipal. Esses sim, esses é que fizeram alguma coisa pela saúde em Viseu. ----- Depois a Deputada Amélia trouxe aqui o problema da Barragem de Fagilde. Eu queria dizer que o problema finalmente está... pensamos que está corrigido, mas é melhor irmos aos factos. Há quanto tempo é que se fala na Barragem de Fagilde? Aliás, eu ouvi nos debates na campanha eleitoral, não tenha problemas com a água, isso está resolvido. Nós resolvemos o problema da barragem, resolvemos o problema de uma Empresa Intermunicipal, e, portanto, está tudo resolvido. Se não tivéssemos alguma sorte com o S. Pedro este ano tínhamos o mesmo problema que tivemos em 2017, porque essas pessoas não fizeram nada,

absolutamente nada. Para haver a Barragem de Fagilde é a Câmara que está a fazer um protocolo em nome da APA, que naturalmente a APA há-de pagar, e que termina no fim deste mês. E é só para determinar o que é que se vai fazer em relação à barragem. Até podíamos ter, não espero isso, mas até podíamos chegar à conclusão de que com esse estudo não há barragem, portanto, está tudo dependente disto, está tudo dependente de uma situação de uma Administração Central que é perfeitamente cega, que deixa uma parte da população do território 3 meses a ter cheias, 3 meses a deixar correr a água para o mar, ou durante este período de cheias e de chuvas deixar correr a água para o mar, porque tem a visão de que não deve haver mais barragens, e, portanto, durante um período de tempo temos cheias e chuvas, durante outro período de tempo não temos nenhuma água reservada para as populações. Portanto, eu queria dizer que nós vamos resolver o problema da água. Eu deixo aqui esta situação. -----

Já agora, deixem-me dizer uma coisa: nós distinguimos a título póstumo o Dr. Lucena e Vale e eu fiz questão de referir isso aquando da distinção. Eu tinha dias de Presidente da Câmara quando ouvi, não era esta a disposição, quando ouvi o Dr. Lucena e Vale daquele lado dizer-me, haja alguém para resolver o problema da água em Viseu. A conduta principal nem sequer estava terminada e a água não passava do primeiro andar das casas. Foi o Dr. Lucena e Vale que me colocou a questão nessa altura, e eu achei que ele tinha razão e passado uns tempos tínhamos o problema resolvido na área urbana que não estava. Eu garanto-vos que é esta Administração que vai resolver o problema da água, porque metemos a mão como devia ser, estamos a trilhar o caminho certo, e não estamos à espera de nenhuma empresa, eu sei lá, para meter os amigos ou seja quem for! Vamos resolver o problema com passos concretos e com situações bem concretas, bem determinadas. Portanto, deixo essa garantia seguramente. -----

Agora a Deputada Lúcia, Lúcia Vilhena não me venha falar da ERSAR! A ERSAR é que tem... eu tenho aqui o ofício que posso ler. A ERSAR é que disse sempre aos municípios, têm que pôr o preço da água de acordo com os custos. Esta é a filosofia da ERSAR. A ERSAR manda-nos aumentar os custos, aliás, como fez o Senhor Ministro. Aumentem os custos da água. Portanto, eu acho curioso porque seguramente têm ideia onde é que nós nos situamos neste processo inflacionista. Os municípios não podem resolver um processo inflacionista que tem origem sabe-se lá onde for, mas são os Governos Centrais que têm de arranjar medidas. Nós estamos a meio deste processo. Isto é, quando há inflação não é só para quem está em baixo, a autarquia é a primeira a senti-la. Então, os senhores não sabem que neste momento por exemplo os custos das matérias para os Serviços Municipalizados aumentaram 300%, 400%, 500%, e vem aí a mesma coisa em relação à energia, e, portanto, pedir ao município que resolva um problema de que ele também é vítima isso é muito, e, não há aumento nos fundos municipais, vivemos com o mesmo orçamento e, portanto, já resolvemos muitos problemas que são da responsabilidade da Administração Central. Veja-se o que se passou com o Covid. A Câmara gastou, não fomos nós, e penso que também não o desmentem 4.3 milhões de euros com o Covid. O que é que recebeu? Não chegou a meio milhão. É assim, esse é o nosso contributo para resolver problemas, digamos, que o Governo Central devia ter resolvido e não resolveu. -----

Mas, agora queria dizer à Senhora Deputada, mas com todo o respeito. Eu agora percebo, e não leve isto também como um ataque, porque é que os cidadãos não confiam o município ao Bloco de Esquerda. Os senhores não têm nenhum município a nível nacional, e eu percebo porque é. É porque não têm nenhuma noção disto. E, portanto, os cidadãos dizem: os senhores podem até ser muito bons para a Assembleia da República, para o Poder Local não servem, portanto, não lho confiam. Tiveram a experiência uma vez, deram-lhe uma vez um município, e nunca mais lhe deram nenhum, porque de facto estas coisas têm que ser feitas com algum conhecimento, têm que ser feitas com alguma credibilidade, e sobretudo

não podem ser feitas apenas porque é o nosso desejo. A partir de agora transportes públicos para todos e depois é não sei o quê... não há, isso não existe, não vale a pena estarmos a perder tempo com coisas que não existem. Portanto, eu acho que é por aí, devemos ter os pés bem assentes, ver o que é que temos como receitas do município para ver o que é que podemos oferecer aos cidadãos e não ir além disto. -----

Depois, falou inclusivamente no PART. Eu gostaria de lhe lembrar o seguinte que seguramente sabe: nós fizemos críticas imensas ao PART. Sabe o que é que deu o PART? O PART foi um programa que os senhores também ajudaram, aliás, que o seu partido ajudou na Assembleia da República e deu apenas isto: do montante global, 96.4% foram para as áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, e só o resto, os 4 vírgula não sei quantos para o resto do país. Então e agora, evoca-se o PART para nós utilizarmos também o PART, para quê se ele praticamente não chegou cá? Este PART partiu-se, mas ficou lá em baixo, lá em baixo e lá em cima e, portanto, não chegou ao resto do país. Portanto, esta é a conceção que se tem do desenvolvimento económico e social português. Desde que esteja resolvido o problema nas nessas Área Metropolitanas está resolvido o problema do país, e depois pedem aos desgraçados dos municípios do interior, agora resolvam o problema da população que nós abandonámos. Isto é que não pode ser! É por isso que devemos pugnar, e devemos ser todos, nas questões de interioridade e nas questões do abandono do interior não devia haver querelas, devíamos estar todos unidos em defesa desta situação, porque somos todos vítimas. Agora há naturalmente responsáveis por isto. -----

Eu concordo com aquilo que a Dra. Ana Paula Santana aqui veio trazer, nomeadamente em relação a esta possibilidade. Nós temos inclusivamente no âmbito da CIM algumas respostas nomeadamente até para o Senhor Presidente da Junta dos Coutos que veio aqui trazer uma situação que é concreta. Por isso é que a CIM definiu um programa que eu espero que tenha cobertura no âmbito territorial de toda a CIM, o Programa IR e VIR. O Programa IR e VIR possibilita que o cidadão onde não haja transporte público, possa aceder ao transporte de um Táxi pelo mesmo preço que pagaria se houvesse transporte público, e que, penso que leram isto, no âmbito da CIM já teve cerca de 2 mil e foi colocado há pouco tempo, já foi 2 mil vezes utilizado, e, portanto, têm esta situação, e percebe-se até a filosofia desta situação. Nós não podemos pôr transportes públicos em tudo quanto é sítio não havendo rentabilidade, mas devemos garantir ao cidadão acesso ao transporte público, e aquilo que se tem é: o cidadão não tem transporte público, chama o Táxi e paga o mesmo que bilhete que pagaria no transporte público. É este programa que está definido na CIM e que seguramente resolverá o problema até de forma mais cómoda para o cidadão. -----

Depois, o Deputado João Caiado trouxe aqui de facto... estava toda a gente com muito receio da forma como iríamos tratar e abrir o ano escolar, e de facto, não tem havido grandes problemas. O ano escolar traz sempre alguns problemas por mais cuidado que se tenha. Às vezes problemas de compreensão. Por exemplo, eu recordo-me de uma Associação de Pais que se dirigiu à Câmara a insurgir-se contra a falta de funcionários e eles já lá estavam, só que eles não deram conta, receberam a comunicação antes e, portanto, também se dirigiram à câmara, que era uma vergonha, aquelas coisas que a gente sabe, mas já lá estavam os funcionários, funcionários que a câmara admitiu, que curiosamente não foram admitidos quando o Ministério da Educação tinha as competências. Estes Assistentes Operacionais de que falamos que a câmara admitiu, só foi possível fazê-lo depois do Ministério passar para cá, porque enquanto lá esteve tinham a mesma falta e o Ministério não procedeu a isso. --- Já agora, o Deputado Gonçalo Ginestal perguntou-me uma outra coisa: se eu tinha alguma solução para as duas mil crianças que se perderam? Bem eu não tenho. Eu acho que havia uma solução fácil, era contratar, assim tipo Fernando Medina, dois mil assessores e com a obrigação de cada um fazer um filho, isso era capaz de dar resultado de certeza absoluta, e com aquele valor seguramente que... mas não tenho essa possibilidade para contratar esses

assessores, agora, nós fazemos aquilo que é possível. Viseu até hoje não perdeu população! Agora, com certeza que a decisão de um casal ter ou não filhos, há-de ter a ver com outro tipo de ambiente, com a dificuldade que têm nomeadamente com aquilo que foi trazido aqui por esta jovem. Deve ser por isso, porque nós temos cá as pessoas, seguramente, e, portanto, eu acho que devemos, digamos, ter mais cuidado em apontar o dedo. Não é da nossa responsabilidade esta situação. Olhe, já agora outra coisa, eu tenho até imensa pena porque sou, este exemplar é o mais novo de 12 irmãos, portanto, na minha família foram cumprindo. Bem, sobre a inauguração do Mercado de Produtores, eu acho muito sinceramente, o Senhor Presidente da Junta veio trazer este assunto, o Mercado de Produtores está em excelentes condições apesar de ser como eu digo provisório, mas é um provisório que vai durar algum tempo, sabemos disso, ele foi definido pelo menos com 7 anos e nós esperamos muito sinceramente, espero eu, dar um contributo, não sei o que é que se vai passar no futuro, há um futuro de mais 3 anos que eu tenho, e espero ter lançadas as bases, digamos, em obra, no espaço que foi agora abandonado. É exatamente como disse, nós queremos fazer, sempre tivemos isso em mente, queremos ligar a António José de Almeida à Avenida Alberto Sampaio ao mesmo nível, aproveitando de facto lugares para estacionamento, ninguém perdoaria que não aumentássemos os lugares de estacionamento que neste momento existem, e aproveitar para recolocar o Mercado no mesmo sítio e para, digamos, colocar ainda alguns serviços que é possível, é isso que queremos fazer. Portanto, em traços largos podem ficar com esta ideia: vamos pôr a praça ao mesmo nível, ao nível de quem entra na António José de Almeida, é digamos, uma Praça ao mesmo nível que terá por baixo estacionamento e terá ao nível, digamos, superior dois ou três serviços ancora e o Mercado, o Mercado Municipal que ficará ao nível da Praça, isso podemos deixar aqui essa garantia. Depois, eu queria dizer ao Senhor Deputado André Cunha, acho que não me enganei, é pá, deixe-me dizer-lhe uma coisa: eu fico sempre um bocadinho aflito quando vejo alguma manifestação, não sei se foi intenção de supremacia intelectual, a sério. Eu lembro-me sempre de um professor que tinha no Liceu que me dizia, as Guerras Púnicas foram três, e depois dizia, a primeira, a segunda e a terceira. A sério, acho muito bem, nós fomos acompanhando essa evolução digamos, constitucional, mas cada coisa tem o seu... eu percebo, eu percebo, percebi, penso que toda a gente percebeu que era uma manifestação de conhecimento, mas com diabo, nós também não andamos aqui distraídos, não é? ----- Sobre a intervenção do Deputado Paulo Pereira, a distinção dos funcionários, ela foi mais do que merecida, e queria dizer-vos o seguinte: não tivemos nenhuma pressão nem indicação das personalidades, queria até referir como, digamos, exemplo, o que se passou com o Dr. Ribeiro de Carvalho. O Dr. Ribeiro de Carvalho foi dos Deputados mais incisivos que tive nesta Assembleia. Não obstou a que nos respeitássemos minimamente e que propuséssemos o nome dele para a Medalha de Mérito Municipal. Fizemos isso, aliás, fizemos isso com outras pessoas que não conhecemos qual é a sua origem partidária, não tivemos nenhum problema, foi do nosso punho que nasceu a proposta da Dr. Dalila, que nasceu a proposta da Enfermeira Maria Albernaz, enfim, que nasceram todas as propostas de todos os que foram distinguidos e, portanto, sem esse problema digamos, da situação que já me passou, que não ligamos, ficamos sempre pelo prisma partidário, agora, eu não gostei de ouvir, que estou aqui com um enorme prejuízo patrimonial, isso, pronto, não sei se vai passar a andar de mini, mas a gente está aqui por convicção não é? Pronto! Todos nós seguramente já tivemos esse tipo de problema, aceitar um lugar de representação institucional que depois chegamos à conclusão de que afinal estamos prejudicados, mas talvez é melhor fazer isso num romance de lar fazer essa introspeção e não o dizer publicamente. Não me parece que fique bem, mas pronto, também é o conselho de um cidadão já mais sénior a um jovem que começa agora, mas ficaria por aqui. ----- Quería comentar também o que trouxe aqui a jovem Damião. Quería dizer-lhe que estou

exatamente de acordo com a perspectiva que deixou aqui dos jovens. Eu dou um exemplo mais prático para ilustrar aquilo que disse: imaginemos que um jovem de grande talento consegue fazer o seu curso, Engenharia Civil para facilitar as coisas, fez até uma grande festa com os pais, merecidamente, e depois concorre a um lugar e é colocado como técnico na Câmara de Lisboa. Tem que se vir embora, não tem dinheiro para o aluguer da casa, não chega o dinheiro que lhe dão, o pai ainda tem que lhe dar. É isto que está a acontecer. Já agora também dizer, nós demos um contributo que é apenas simbólico, mas é um contributo, e queria dizer aqui aos Senhores Deputados, nós vamos ter um projeto de residências para estudantes do Ensino Superior e é unicamente investimento municipal, aliás, daqui a bocadito falarei isso na minha intervenção, é um investimento unicamente municipal. Fizemos isso, exatamente a pensar nos jovens que queremos também aliciar para cá, mas também nas dificuldades que têm em pagar o alojamento e ao mesmo tempo pagar propinas, etc., etc. Portanto, dizer que estamos de acordo com isso, e mesmo para finalizar dizer uma outra coisa que me parece que é uma constatação. É a primeira vez que se inverte o papel das gerações. Eu sou do tempo ainda em que era a geração anterior que nos ajudava, e, portanto, chegávamos a uma certa altura, éramos nós que tratávamos dos pais, e que estávamos sempre atentos, os pais vinham a nossa casa almoçar e não sei quantos mais, e, portanto, nós estávamos sempre disponíveis, agora que o meu pai precisa de mim estou... agora é ao contrário, agora é ao contrário os jovens saem mais tarde de casa e os pais têm que os seguir até ao fim, dar-lhes ajuda, levar-lhes os filhos, ajudá-los e não sei quantos mais. Invertemos este papel geracional, mas não é da minha responsabilidade. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Terminámos assim a Ordem do Dia, cumprindo as regras regimentais e agradecemos a colaboração de todos. -----

Antes de iniciarmos os trabalhos da Ordem do Dia, cumpre informar os membros da Assembleia da obrigação de cumprimento do disposto na Resolução do Tribunal de Contas n.º 14/2011, nomeadamente no seu Artigo 15.º. -----

Assim, alertamos os Senhores Deputados para a importância da sua permanência no seu lugar durante os trabalhos especialmente no período de votações. -----

Antes de iniciarmos também a apreciação dos pontos agendados recordamos que já aprovámos no início dos nossos trabalhos, no período da manhã, que para efeitos de execução imediata, as deliberações são aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo nº 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo disposto no art.º 57º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal. -----

Dava de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para tratar do PONTO UM (1) da Ordem de Trabalhos. O PONTO UM (1) que é a Informação do Senhor Presidente, foi divulgada a todos os Senhores Deputados e constará integralmente da Ata da Sessão, e, por isso, dava a palavra para o PONTO UM da Ordem de Trabalhos ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- DEZANOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: -----
Muito obrigada Senhor Presidente. -----

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do Município de Viseu, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal. -----

Esta Assembleia decorre poucos dias após as comemorações do Feriado Municipal de Viseu e após o término também da nossa Feira de S. Mateus. -----

Foi para mim uma subida honra, depois de um interregno de 9 anos, voltar de novo a ser anfitrião, logo nesta especialíssima edição da Feira de S. Mateus. -----

Uma Feira que retomou o seu figurino habitual, que a crise pandémica interrompeu. A mais longa edição de sempre, uma edição de 49 dias, que contou para presidir à sua abertura o mais alto Magistrado da Nação, o Professor Marcelo Rebelo de Sousa. -----
Foi, mais uma vez, uma Feira de reencontros familiares, uma Feira de amizade e uma Feira de oportunidades para a economia local. -----
Reforçámos a centralidade de Viseu e contribuímos, mais uma vez, para a afirmação da Guardiã das Feiras Populares. -----
Senhor Presidente, -----
Senhoras e Senhores Deputados, -----
Esta Assembleia decorre, também, após o encontro nacional que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses realizou no passado no dia 17 de setembro, em Viseu. Evento dedicado a eleitos locais dos municípios (quer sejam Presidentes de Câmara, da Assembleia ou Vereadores). -----
Um evento que tivemos a honra de receber em Viseu e que, para mim, que dirigi essa Associação durante de 12 anos, me deu particular satisfação que tivesse decorrido exatamente aqui na nossa cidade. -----
Ainda para mais, como tenho vindo a referir, tenho a certeza que o Poder Local, a par da Liberdade, é uma das maiores conquistas do 25 de abril, e a Associação Nacional de Municípios é um órgão fundamental da afirmação dessa conquista. -----
Foi, com o Poder Local, que pudemos disseminar investimento pelo território, que o pudemos desenvolver. -----
É o Poder Local que tantas vezes se substitui ao Estado Central na justa distribuição da riqueza e no fomento da coesão territorial. -----
Este encontro de autarcas em Viseu incidiu sobre a gestão e financiamento das autarquias e sobre a descentralização das competências. -----
Dois temas de capital importância para as Autarquias Locais e de especial interesse para o Desenvolvimento do País. -----
Defenderemos sempre o princípio da subsidiariedade tendo sempre presente que a governação dos interesses comuns é melhor alcançada quando aproximamos a Administração dos administrados. Mas, defenderemos também a necessidade de adequar recursos às competências e às atribuições. -----
Na minha intervenção pude recordar que há 17 anos que não se fazia este figurino de encontros da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----
Pude ainda recordar que os temas que tratámos nos últimos encontros de 2002 e de 2005 altura em que fui Presidente da Associação foram exatamente a Descentralização de Competências e a Lei de Financiamento das Autarquias Locais. Vejam lá há quanto tempo andamos a discutir estes temas. -----
Pude ainda reforçar a necessidade de adequar os meios às competências que nos estão a cometer. -----
Senhor Presidente, -----
Senhoras e Senhores Deputados, -----
Ainda sobre o tema do Poder Local, saiu um estudo da OCDE recentemente sobre a confiança nas instituições. Nesse estudo há duas realidades claras que convém reforçar. ---
A primeira, que os cidadãos confiam muito mais nos autarcas de proximidade que nos Governos Nacionais. -----
A “Câmara Municipal” vem logo a seguir à Polícia no que se refere a confiança dos cidadãos. -----
Só muito mais abaixo aparecem os tribunais, os Governos e os Partidos. -----
Este estudo vem reforçar a necessidade de que as autarquias e os “governos regionais” possam afirmar-se e continuar a desenvolver o território. Temos que insistir para que as

decisões de maior relevo possam ser participadas por aqueles em quem os cidadãos mais confiam. -----

Senhor Presidente, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Uma das principais prioridades da Região é, sem dúvida, o abastecimento de água. -----

A Construção de uma solução para a Barragem de Fagilde é uma das competências a que o Estado tem que dar seguimento. -----

Esta semana, (que não foi esta semana, foi quando escrevi isto, tinha sido nessa semana) estive em Viseu o Senhor Ministro do Ambiente onde pudemos debater vários temas de interesse comum, de entre os quais destaco obviamente a necessidade que temos de zelar pela quantidade, qualidade e disponibilidade de água para as populações. -----

Eu queria dizer que para além desta situação tratámos com o Senhor Ministro a possibilidade, parece que estava esquecida, de construir o Açude do Catavejo, e a possibilidade de desmantelarmos 7 ETARs. Eu sei que uma é de maiores dimensões, é a ETAR de S. Salvador, mas juntámos também todas as outras ETARs, de Teivas, etc., etc., que estão por desmantelar e carecem em nome do ambiente ser desmanteladas também. ---

E, esses objetivos em territórios como o nosso passam pelo seu represamento nos períodos de maior abundância para a disponibilização em períodos de menos abundância como o que vivemos este Verão. -----

Senhor Presidente, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

No seguimento de algumas recomendações do Senhor Ministro do Ambiente, tomámos medidas efetivas porque temos plena consciência da importância deste tema para a Região. Tem sido um Verão de particular dificuldade no que se refere a recursos hídricos, tendo tido necessidade de reforçar o apelo do dever cívico e ambiental de todos, para a poupança no consumo de água e para a eliminação de todos os gastos que não sejam essenciais, evitando todo o tipo de desperdícios. -----

Tomámos ainda outras medidas como o encerramento temporário de Piscinas, o desligar de Fontes ornamentais, já agora a propósito do encerramento das piscinas, porque sabíamos que elas eram de importância capital, nomeadamente para alguns desportistas, demos orientações para depois das primeiras chuvas o primeiro equipamento a abrir eram as Piscinas Municipais. Estão neste momento, penso que abertas ou em fase de... abrem 2º feira, informação do Senhor Vereador, portanto, foi a primeira medida que tomámos. ----

Tomámos ainda outras medidas como a redução das pressões e caudais nas redes de distribuição ou mesmo a redução significativa da rega, com água da rede pública, de espaços verdes públicos. -----

Eu queria dizer-vos que somos dos primeiros municípios a utilizar as redes de águas residuais para efeitos de regas dos espaços verdes. Não faria muito sentido que tivéssemos uma das estações de águas residuais, uma das melhores do país seguramente, a ETAR Viseu Sul, e que não aproveitássemos aquele caudal fabuloso que resulta digamos, depois do tratamento, nomeadamente para os espaços verdes. Só não o fizemos há mais tempo por causa das dificuldades de ordem jurídica que ainda havia, aliás, problema que pudemos resolver com a presença do Senhor Vice-Presidente da APA em que lhe sugerimos, ou solicitámos que levantassem essas restrições que não faria nenhum sentido que a água que sai ou que chega mais limpa ao rio do que aquela que entra não fosse utilizada sobretudo nos espaços verdes. Já agora também dar-vos uma informação adicional. Pedimos também ao Ministro que nos desbloqueie um financiamento, seguramente, de fundos comunitários para que façamos uma rede autónoma de rega de espaços públicos, isto é, chegava-nos perfeitamente aproveitando toda a água que é tratada na Estação de Tratamento de Águas Residuais de Viseu Sul, se ela pudesse ser elevada para a zona de Vila Chã de Sá, para aquele

cabeço, e depois de ali podermos regar todos os nossos espaços verdes sem ter necessidade de utilizar água tratada que naturalmente é mais cara e que faz falta como é sabido para o consumo público. -----

Senhor Presidente, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

No âmbito da Comunidade Intermunicipal pude ainda dar continuidade à defesa de dois dos investimentos mais determinantes e estruturantes de todo o território. O IP3 e o Centro de Radioterapia. E, já agora, fica aqui o depoimento escrito para depois os Senhores Deputados poderem constatar se de facto não foi isto que foi dito com a Senhor Ministra. Não sei se ainda tem algum valor porque a Ministra saiu, mas nós achamos que os governantes representam instituições e eu vou ler de facto aquilo que acertámos com a Senhora Ministra com testemunhas. Seguramente que foi feito um resumo do que se lá passou, estavam presentes, como eu disse há pouco, o Secretário Executivo da CIM, a Senhora Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro, a Senhora Presidente da ACES e o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Hospital. -----

Bem, mas comecemos pelo IP3. Eu defendo a necessidade de um troço novo para o IP3. Um troço que evite o estrangulamento, e não vale a pena dizerem que isto vai atrasar mais a obra. Não, nós não caímos nessa asneira. O que defendemos é um troço autónomo deixando que o outro continue a sua obra sem nenhuma interferência. Defendemos um troço autónomo entre Penacova e o nó de Santa Comba, de modo a evitar o estrangulamento na Livraria do Mondego. E, portanto, aquilo que dizemos é simples: se neste momento do IC7 até Penacova está previsto a duplicação de duas por duas do IP3, se depois de Santa Comba está também prevista a duplicação de duas por duas o IP3, nada como fazer um troço novo duas por duas, e, portanto, ficamos com o problema da autoestrada finalmente resolvido. Mas que ninguém venha dizer: cuidado que com essa proposta ainda vai atrasar mais. Não! Nós percebemos bem quando se pretendem justificações e, portanto, não caímos nessa. Fazem a obra, continuam com aquele estrangulamento que têm, mas poderiam pensar e deveriam pensar numa obra à parte que permitisse, digamos, esta ligação. Portanto, o que defendemos é o traçado do IP3 com um perfil de duas faixas de rodagem, cada uma com pelo menos duas vias, em toda a sua extensão desde o IC2 até Viseu. Com este novo traçado criado de raiz evitavam-se os constrangimentos na passagem pela Livraria do Mondego e resolve-se também o problema de segurança mais negro na zona da Ponte do Dão. -----

Eu não sei se conhecem este dossier, o que está previsto é que, mesmo com as obras na sua total requalificação continua-se a vir à zona da Ponte do Dão com todos aqueles constrangimentos que conhecem, e, para nós viseenses, ainda com uma amargura de boca, foi ali que houve o fatídico desastre de Santa Comba com um dos nossos autocarros. Portanto, permitir que se faça um alargamento que nos obrigue depois a andar ali a 30 à hora, é de facto algo que não lembra a ninguém, sobretudo não lembra a ninguém com a justificação que é dada, porque a justificação que é dada, é para preservar, esta é uma novidade que devíamos celebrar, as Termas de Santa Comba Dão. É a primeira vez que a gente ouve falar nisto, mas pronto, mas há Termas em Santa Comba Dão, então a estrada não pode ter aquele circuito que estava apontado e que realmente resolvia o problema daquela situação confrangedora da ponte. -----

Noutro dos temas, ainda com a anterior Ministra da Saúde, fizemos uma reunião com o intuito de ser feito um ponto de situação do projeto de construção do centro de ambulatório e radioterapia, bem como, do investimento na área da saúde mental, e eu agora vou dizer aquilo que a Senhora Ministra combinou connosco, com testemunhas, e, portanto, que bem podem depois disto vir lá os pregadores de sempre, agora é que é, obrigado, não sei quantos, tal, tal ... quem tem que agradecer habitualmente são aqueles que ainda vão tendo dinheiro para ir dando aos partidos respetivos, isso, merecem um agradecimento, agora nós ainda

não vimos nada, é bom que separemos as coisas, portanto, quando se diz aqui: o Presidente da Câmara não fez nada e fica muito aborrecido porque agora vê concretizações. Eu não vi concretização nenhuma, ainda não vi nenhuma concretização. Ficarei a bater palmas quando as concretizações acontecerem, agora, um projeto? Isso fazia-se antes quando faziam as casas nos Estados Unidos. Nos apartamentos desenhavam na cozinha o frigorífico, o fogão, mas aquilo não era, depois tinham que os comprar para lá. Neste momento estamos ainda a desenhar, não há Centro de Ambulatório nenhum, e já agora também ver o que é que a Senhora Ministra nos disse. Disse que em relação ao financiamento para a zona de Abraveses, para o Centro Hospitalar, portanto, para aquele equipamento, está garantido o financiamento de 6 milhões de euros contando que o investimento esteja terminado no final de 2023. Estaremos aqui todos e eu como não vi sequer projeto nem a obra começar, tenho a certeza absoluta que é impossível, mas, vamos a ver. A Senhora Ministra disse-me para ter fé, eu agora posso ter, ela já não pode ter que já lá não está, mas eu faço conta de a visitar na Assembleia da República para ver quem é que de nós estava errado. Se a obra que se prevê para Abraveses de 6 milhões de euros que ainda não começou, ainda não tem projeto se pode estar terminada no final de 2023. Esta foi a promessa! Portanto, eu até sou um homem de fé, já fui a Fátima a pé, era capaz de me prontificar outra vez a voltar lá, e deixar aqui a promessa se a obra estivesse pronta. Mas, é com este tipo de concretizações, digamos que, que eu não me satisfaço, quero ver, como o S. Tomé ver para crer. ----- Solicitei ao Ministério, informações relativamente á data prevista para o arranque das obras da unidade de radioterapia, se o financiamento das mesmas se encontrava assegurado na totalidade, qual seria o modelo de afiliação, bem como se estava garantida a afetação dos recursos humanos necessários ao bom funcionamento da referida unidade. ----- Fui informado que, através de uma candidatura já efetuada ao Portugal 2020, já estava assegurado o financiamento comunitário, referente à componente da obra. Já tivemos aqui, que não foi a Ministra que o disse, tivemos aqui alguém que veio dizer que não, que era para tudo, mas aquilo que foi assegurado ao Presidente da CIM com testemunhas, foi que o financiamento apenas estava assegurado, financiamento comunitário, para a obra, todavia, ainda, faltava assegurar o financiamento da componente relacionada com os equipamentos, tendo a este propósito, manifestado disponibilidade de colaboração no sentido de, em sede de negociação do processo de contratualização a desenvolver-se entre a CIM Viseu Dão Lafões e a Autoridade de Gestão do PO Centro 2030, ser garantido o financiamento da componente dos equipamentos como aliás já tinha acontecido no Portugal 2020, quando foi efetuado o mapeamento da requalificação dos serviços de urgência do Centro Hospitalar Tondela Viseu. As pessoas não têm dado importância a isso, mas foi o que se passou. ----- Só há Urgência porque os Municípios através da CIM, deram urgência e deram prioridade a essa situação, e, portanto, não foi um elemento, nem sequer era o Presidente da CIM, não se pronunciou nessa altura, portanto, eu acho de uma injustiça enorme mesmo para os antigos elementos da CIM, da qual eu não fazia parte, que venha alguém dizer que foi por causa de mim. Não, não, foi a CIM que se atravessou, abdicando de investimento que era de toda a CIM para dar prioridade à Urgência, como agora se disponibilizou pela minha boca a dar prioridade ao financiamento da Radioterapia, portanto, que não venha mais nenhum D. Sebastião dizer: fui eu. Não foram. Podem insistir nisto, mas tudo o que disserem não corresponde à verdade. ----- No tocante ao investimento na área da saúde mental /psiquiatria, solicitei ao Ministério, um ponto de situação sobre os mesmos, nomeadamente, ponto de situação do projeto, cronograma de lançamento do concurso e prazo para a execução das obras, tendo à data Ministra da Saúde, informado que o financiamento do referido investimento se encontrava assegurado pelo PRR, sendo que o mesmo, ainda, não se encontrava adjudicado, contudo era certo que o investimento teria que estar concretizado até dezembro de 2023 e que tudo

iria ser feito para que esse prazo fosse cumprido. -----
Naturalmente que também acompanharemos este processo, vamos esperar passivamente que esta situação seja cumprida. -----
À data, a Senhora Ministra da Saúde salientou que relativamente à evolução destes dois projetos, nomeadamente, lançamento dos procedimentos concursais, adjudicações e prazos de execução, o Senhor Presidente da CIM e ela própria seria os interlocutores, sendo informado, em primeira mão, de todos os seus desenvolvimentos. -----
Esta foi a promessa. Penso que, mal a Senhora Ministra da Saúde disse que se ia embora isto deixou de ser cumprido. A primeira mão tomou-a logo outra pessoa, apareceu logo em primeira mão. Obrigado, temos o Santa Maria conosco. -----
Salienta-se, pois a importância desta reunião, saudando-se a forma aberta, cordial e colaborativa, o que vem reforçar a sintonia nos objetivos entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Ministério da Saúde e que por certo resultará, cremos nós, em melhores cuidados de saúde para todos os cidadãos de Viseu Dão Lafões. -----
Senhor Presidente, -----
Em jeito de nota final referir que, a Avenida da Europa recebeu, dia 8 de agosto, o final da 4ª etapa da 83ª Volta a Portugal em Bicicleta. É um dos eventos mais importantes do Desporto Nacional e Viseu mais uma vez esteve em destaque. -----
Para além da etapa da volta, as atividades do dia de descanso contemplaram um evento de cicloturismo, a 15ª Etapa da Volta Brisa/RTP, voltando a receber centenas de ciclistas. ----
Foram 70 quilómetros de extensão, e foi uma edição que atravessou vários pontos emblemáticos do nosso concelho, proporcionando, cremos nós, uma experiência semelhante à que os ciclistas profissionais atravessam nas etapas da maior prova de ciclismo a nível nacional. -----
Dou ainda nota que em 2023 teremos em Viseu o início da Volta a Portugal. -----
E, aproveitando este mote, anunciámos no dia 8 de agosto que Viseu vai ser uma das 60 cidades candidatas, e é curiosamente a única portuguesa, e, portanto, não tenho nenhuma dúvida em dizer que seremos a Cidade Europeia do Desporto, em 2024. -----
Esta candidatura pretende valorizar e fomentar a prática desportiva no nosso concelho, tornando-o mais acessível e mais inclusivo a todos, assim como trazer à cidade um conjunto de atividades diárias, amadoras e profissionais, relacionadas com a promoção e com a dinamização da atividade física. -----
A melhoria de algumas estruturas desportivas do Município de Viseu é também naturalmente um dos objetivos desta candidatura, criando novas oportunidade de potencialização e profissionalização de talento no desporto local. -----
Em 2024, ano em que nos candidatámos a Cidade Europeia do Desporto teremos também, e também posso anunciar, o final da Volta a Portugal em bicicleta em Viseu. -----
Viseu é uma das marcas indelévels da Volta a Portugal e do Desporto Nacional. -----
Aproveito ainda este período de informação Senhor Presidente e Senhores Deputados, para dar á Assembleia uma informação, que depois da informação que prestei, assinei um contrato de financiamento para a Residência de Estudantes. Um investimento que denominámos, Alojamento Estudantil do Centro Histórico de Viseu, tem um valor total de investimento de 1 milhão 668 mil e 417 euros e pretende a criação de uma Residência para Estudantes do Ensino Superior a custos acessíveis, localizada na Rua do Gonçalinho no Centro Histórico de Viseu, apresentada em parceria consórcio do Município de Viseu e pela Viseu SRU. O financiamento decorre da multiplicação do numero de camas novas ou adaptadas pelo montante financeiro por cama que tem um montante de 32 mil 655 euros mais o Iva que não tem financiamento. Referir também que saiu recentemente um estudo da *Cushman & Wakefield* que refere o projeto já em curso para Residências de Estudantes. É de referir que desse estudo divulgado num jornal de âmbito nacional, Viseu era à data o

único município com investimento nesta área. Eu posso rapidamente, até porque não são muitos, dizer qual é o investimento público e a onde é que ele se destinava: a Beja, ao Porto, que além do investimento público tem também investimento privado, continua o investimento público no Algarve e depois Viseu que tem além do investimento público, outro que é público, mas que vem distinguido como municipal. -----

Senhor Presidente, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Deixamos à consideração agora através das folhas em anexo, as matérias que são tipificadas no nº1 e nº4 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, trata-se: -----

- da situação financeira; -----

- da informação sobre as entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial; -----

- e pelos recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes. -----

E é tudo Senhor Presidente. -----

Anexo 1 – páginas 361 a 372). -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir neste Ponto? Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena. -----

----- VINTE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE):

Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Sobre o consumo de água, com a concordância de que de facto é preciso tomar medidas, até as simbólicas, não compreendemos como, numa sequência de situações emergenciais (Pandemia, Guerra, Seca), e sendo a recomendação do governo aplicar aumentos a quem mais consome, a ser aplicada no terceiro escalão, em consumos superiores a 15 metros cúbicos (uma família média consome por norma 10 metros cúbicos) não tenha sido acatada por este município. Ao invés disso, quem menos consome é penalizado, ou seja, com o fim do desconto de 20% em vigor nos escalões mais baixos. -----

Quem mais gasta manteve o tarifário. Quem tem longos relvados e piscina é beneficiado em relação a quem gasta apenas o necessário. -----

Quem usa a piscina pública para aprendizagem, desporto e até terapia, ficou sem o seu acesso, havendo assim uma política de privilégio a quem tem acesso a piscina particular e para quem opta por lazer ou desporto em estabelecimentos privados, mais caros que os públicos. -----

Sobre a IP3, o Bloco de Esquerda também quer que o resultado seja ao nível do prometido e não ao nível do implementado, onde a título de exemplo continua a haver zonas já requalificadas, de vias únicas, sem espaço para a troca por exemplo de um pneu em segurança. -----

Mas também nos afastamos de qualquer solução que transforme Viseu numa ilha rodeada de portagens, acrescentando mais uma via portajada à A25 e à A24. -----

Rejeitamos propostas como as do passado, como a do governo PSD/CDS da Vila dos Duques, que previa a criação de uma autoestrada portajada a construir em cima da IP3 e da IC12. -

Já em 20 de dezembro do ano passado apresentámos uma Moção nesta Assembleia, aprovada por unanimidade, para que “as obras de requalificação e duplicação do IP3 tenham carácter de urgência, tendo em conta o elevado grau de sinistralidade da via, fundamentalmente para a região, sem que existam alternativas viáveis”, isto foi aprovado por unanimidade, bem como “a exigência da salvaguarda da existência de bermas de segurança que permitam a circulação de veículos de emergência nos locais com apenas uma via”. Relembro que isto foi aprovado por unanimidade nesta Assembleia. -----

Decorreu, entre os dias 16 e 22 de setembro, a 21ª edição da Semana Europeia da Mobilidade 2022, com o tema central “Melhores Conexões” e que constitui uma oportunidade para

testar novas formas de mobilidade limpa, fazer um balanço dos desafios atuais da mobilidade e avançar rumo a uma mobilidade mais sustentável para a Europa. -----
Nesta semana insere-se o Dia Mundial Sem Carros, propondo a adoção de meios de transporte menos poluente nas cidades e sublinhando junto da sociedade civil a importância da mobilidade verde. -----

Viseu não é uma das 105 cidades portuguesas inscritas. Pior, promoveu no centro histórico, nestes dias, um Rally que tem efeitos opostos aos pretendidos. -----

Senhor Presidente: -----

Para quando o verdadeiro empenho nas questões de mitigação das alterações climáticas? --

Para quando verdadeiras políticas de promoção de mobilidade pública? -----

Para quando um Viseu, melhor cidade para os transportes públicos, ou para andar de bicicleta ou a pé? Tenho dito. -----

Muito obrigada. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado José Pedro Gomes. -----

---- VINTE E UM – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PEDRO ESTEVES GOMES (PS):

Bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Presidente de Junta, Senhores Presidentes de Junta, Colaboradores, Público, Comunicação Social. Bom dia a todos. -----

Eu hoje trazia três temas, dois temas que estão nestas informações do Senhor Presidente e um tema que não está, e começava exatamente por esse tema que não está muito simples. --
Nas informações fala-se na questão da Água, mas não na questão da energia e da poupança, ou da eficiência energética, e nesse sentido, gostaríamos de questionar se está algo previsto nesta matéria, como aliás já acontece em alguns municípios. -----

Por exemplo: -----

Com a redução do horário da iluminação pública, ruas, monumentos, lojas; -----

Com controlo do ar condicionado e das temperaturas nos edifícios municipais; -----

Com a sensibilização dos trabalhadores municipais para um conjunto de boas práticas; ---

Ou mesmo com as comunidades de energia nos bairros, de que ouvimos falar já a algum tempo. -----

O segundo tema tinha a ver com a Cidade Europeia do Desporto 2024. -----

Em 2017, o Município já tinha demonstrado essa vontade (relembro que foi até, aquando da inauguração do relvado sintético do campo de Santa Eufémia, no complexo desportivo de Ranhados). -----

E agora parece que está a concretizar. -----

Mas convém esclarecer aqui todos os membros desta Assembleia em relação a isto: -----

Esta possível confusão entre Cidade Europeia do Desporto e Capital Europeia do Desporto, esta confusão até pode dar jeito, mas em termos de imprensa também é capaz de sair bem, isso é verdade, mas as não estamos a falar da mesma coisa. -----

Até o Senhor Presidente, numa recente entrevista ao Jornal SOL, acaba por falar em capital europeia do desporto em vez de cidade europeia do desporto. Portanto, a confusão anda aí no ar, até na comunicação social. -----

Na área do desporto, o que gostaríamos de ouvir era algo como o seguinte (e passava a citar):

“A definição de uma área para iniciar a construção de um novo complexo desportivo para dar resposta à crescente procura provocada pela criação de novos Clubes desportivos, do crescimento do número de atletas e a aumento significativo da prática desportiva da população e para poder dar resposta a algumas valências que fazem falta em Viseu.” -----

Fim de citação. -----

Senhor Presidente, era isto que gostaríamos de ouvir. Um centro de excelência desportiva,

uma nave desportiva e outros espaços. Olhe, por exemplo, e já agora, também não custa pedir, o regresso do Rally a Viseu. -----
Mas, sabe onde é que se encontra esta frase que acabei de citar? Está no programa eleitoral do PSD das últimas eleições autárquicas. -----
E é algo essencial. Faltam espaços. Faltam estruturas. Aliás, veja-se o que aconteceu agora com o Académico de Viseu, na modalidade de andebol, que subiu à 1ª divisão e não pode jogar no Pavilhão do Fontelo por não ter as condições necessárias. -----
Senhor Presidente, gostamos de todas as iniciativas e medidas que puxem por Viseu. Que coloquem Viseu noutra patamar. Que deixem marca em Viseu. -----
Mas, claramente, preferíamos o cumprimento desta promessa do seu programa, do que um título que será concedido, e até já sabe que será concedido. -----
Se o Senhor Presidente nos mostrasse ou nos dissesse o seguinte: -----
“Estamos a fazer estes investimentos (o investimento x, y e z) porque queremos dotar o concelho, e preparar o concelho para, de forma programada e estruturada, sermos capital europeia do desporto. Capital! -----
Algo que é muito difícil, e que em Portugal, só foi conseguido por Lisboa, salvo erro. -----
Mas, mesmo não sendo, pelo menos, esse caminho de candidatura, seria um caminho importante com investimentos que ficariam cá, que iam melhorar Viseu. -----
Mas não. O que o Senhor Presidente nos está a dizer é o seguinte: -----
“Vamos pagar a uma entidade chamada Associação Cidades Europeias de Desporto, o valor de “X” euros, (o Sr. Presidente dirá quanto é), para recebermos este título. -----
Um título que desde 2013, já foi dado a Maia, Loulé, Gondomar, Portimão, Odivelas, Setúbal, Leiria, etc. -----
Acho que não estou errado. -----
E não estando, perguntava neste segundo tema ao Senhor Presidente qual o valor que o município vai pagar para receber esse título? -----
Terceiro e último tema, tem a ver com o IP3. -----
Eu já nem gosto de entrar neste debate, desculpem até a sinceridade, mas este debate já só é para nos entretermos. Isto já não é falar para os cidadãos. Os cidadãos estão fartos deste debate. Querem é uma solução à vista. -----
Também lhe quero dizer o seguinte: O PSD tem culpas. Mas o PS também culpas nesta matéria. Refiro-me ao passado. Ao que não se fez relativamente ao IP3. -----
Mas se concordarmos nisto, que o PSD tem culpas e o PS também, também temos de assumir também que é o Governo do PS que está agora a fazer acontecer. -----
Eu sei que o PSD em Viseu recebeu bem o Dr. Luís Montenegro. -----
Viseu sabe receber bem. Todos nós concordamos. -----
Só devo é dizer o seguinte: O Dr. Montenegro também já vem tarde, quando vem dizer que o IP3 será lançado com ele. -----
Mas eu já percebi que o que PSD não acredita que as obras terminem em 2025. -----
Nós, PS Viseu, também não achamos que seja uma questão de fé. Mas não vamos bloquear. Vamos ajudar a que isto avance e se resolva. -----
Falamos em 4 troços: -----
O 1º Troço do IP3 vai ser lançado. -----
Estamos a falar em dezenas de milhões de euros, e estamos a falar em Duplicação em perfil de autoestrada, sem portagens. -----
Viseu - Santa Comba Dão! Vai acontecer. -----
Os outros 3 estão a ser preparados para lançamento do concurso. -----
Em relação á questão de Penacova. É uma questão ambiental. -----
Não vale a pena também agora andarmos a inventar sobre isto. -----

É uma questão ambiental que deve ser resolvida, reavaliada, porque a Declaração de Impacto Ambiental foi chumbada, e as Infraestruturas de Portugal vão arranjar solução. - Sobre essa ideia que nos traz no ponto das informações do Senhor Presidente, já sabe o que lhe vou dizer: no dia em que pensarmos nisso, daqui a 20 anos estamos a falar novamente do IP3 e das obras do IP3. -----

O PSD gosta muito também de falar de uma placa que está na Câmara de Mortágua, eu até compreendo, se calhar até faria o mesmo, mas eu prefiro lembrar uma capa do Diário de Viseu em vez de uma placa, uma capa do Diário de Viseu de 24 de abril de 2018 onde estavam 4 pessoas: João Cota, João Azevedo, José António Jesus e Rogério Abrantes, e dizia o seguinte: -----

IP3 com perfil de autoestrada agrada à Região. -----

Proposta para requalificar o IP3 entre Viseu e Coimbra é uma solução que responde aos anseios das populações, dos autarcas e dos empresários. -----

Portanto, vamos aguardar, as coisas vão acontecer. -----

Todos acreditamos e todos queremos mais segurança e mais mobilidade. -----

Acreditamos também que com mais segurança e mais mobilidade teremos mais desenvolvimento económico e mais desenvolvimento social. -----

Estamos aqui juntos, se quiserem, para trabalhar neste sentido porque no fundo é isso que interessa também às populações. -----

Obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Jorge Adolfo. -----

----- VINTE E DOIS – O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS): Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores e Vereadoras, caríssimos Colegas. -----

Eu queria colocar aqui uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, não pelo que disse na sua intervenção, mas por um tema que julguei que iria... eu já tinha tido acesso ao documento, portanto, fiquei surpreendido por não o abordar na sua intervenção, e que acho que é da maior importância para a Cidade e para o Município. É a questão de uma pretensão de geminação com uma cidade chinesa Taiwan, que não a ilha que os chineses querem açambarcar, mas uma cidade do leste da China, uma cidade que parece que tem 4 milhões e meio de habitantes e que há intenção de haver uma geminação na linha daquilo que tem ocorrido nos últimos anos. Recordo aqui que Viseu é geminado já com 10 cidades da Europa, de África e da América Latina concretamente até do Brasil. Se não me falha a memória, em 2010 eu fiz aqui uma intervenção neste mesmo local congratulando a Câmara Municipal pela geminação coma cidade de Arezzo, na Itália. Hoje, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara, se pudesse, enfim, esclarecer a motivação de uma geminação com uma cidade, e não está aqui em questão o Povo Chinês, ou os povos que vivem na China, mas, uma geminação tem um carácter sempre político, são duas instituições, o Município de Viseu e o Município dessa cidade, ou das cidades com que se faz a geminação, e, portanto, há aqui um carácter político. Nós sabemos que todas as geminações que ocorreram até agora com as 10 cidades, são cidades de países que, penso que a última foi Abidjan, são cidades de países que respeitam os Direitos Humanos, e eu, manifesto aqui previamente, a minha surpresa com essa proposta de geminação com uma cidade que fica nos confins da China e de um país que, toda a gente sabe, que não respeita os Direitos Humanos. Eu gostava de saber qual é o interesse, quais são os aspetos em comum que existem entre Viseu e essa Cidade de Taiwan, que não é a ilha, que encontraram para justificar essa geminação. ----- Portanto, manifesto aqui a minha surpresa, e se for possível ao Senhor Presidente da Câmara dar uma informação breve. -----

Obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Presidente de Junta de Côta Joaquim Polónio. -----

----- **VINTE E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA JOAQUIM POLÓNIO LOPES (PPD/PSD):** Senhor Presidente desta Assembleia, na sua pessoa cumprimento o resto da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, cara Presidente de Junta, caros Presidentes de Junta, Comunicação, Funcionários desta Casa, e Público se eventualmente estiver presente, ou quem nos ouvir. -----
Portanto, não tinha intenção de intervir aqui, mas como por vezes da discussão sai alguma luz, ao longo desta discussão, e no tema água, surgiu-me aqui uma situação que pensei que devia dar relevância a este assunto. -----

Discutimos que não podemos construir mais barragens no país, ou que não nos deixam, será que não podemos pelo menos recuperar aquilo que tínhamos noutra tempo? Muitos dos que aqui estão, não sei se todos, são conhecedores que ao longo dos nossos rios, e temos vários, desde o Dão, Vouga, Paiva, para não falar daquele que é muito da minha freguesia o Rio Pisão/Zonho, o nosso Pavia e outros pequenos riachos. Eu sou daquele tempo em que ainda carreguei alguns sacos com milho e com farinha para ir aos moinhos, e tínhamos todos aqueles açudes e levadas que serviam para abastecer energeticamente os moinhos, e que serviam para o regadio dos terrenos. Felizmente ou infelizmente, por um lado felizmente por outro lado infelizmente, tudo isso hoje está em desuso, mas, o que é certo é que poderíamos daí retirar muito proveito e restabelecer no mínimo o caudal dos rios se nós conseguíssemos olhar para esses açudes e essas levadas como pontos de retenção da água tão preciosa que nos começa a escassear. Ao longo dos anos, umas por erosão, outras por intervenção humana foram sendo rebentadas, às vezes por conveniência porque precisava-se da água noutros pontos e que depois não foram repostas. Eu pergunto e questionava se não será possível encetarmos um trabalho no sentido de recuperarmos estas levadas para restabelecer o caudal dos rios durante o período mais crítico do verão. Como tem estado a acontecer, eu verifiquei que o Rio Vouga, o Paiva e até mesmo o Dão em alguns pontos estão completamente sem caudal e que com estes açudes recuperados o caudal poderia ser mantido. Porquê? Porque quando eu tenho a água represada em cima, portanto, a montante, ela não está completamente impermeabilizada e vai deixando no inverno quando vêm as enxurradas e quando temos chuva com abundância e água, por assim dizer, depois se ela ali ficar retida durante o período do estio ela vai-se libertando pouco a pouco e vai correndo de açude em açude, de levada a levada e vamos mantendo os rios com caudal. Portanto, pedia se possível, o pensar sobre este assunto. -----

Obrigado a todos. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva. -----

----- **VINTE E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Obrigada Senhor Presidente. Permita-me que reitere os cumprimentos. -----

E, relativamente à questão que estamos aqui a avaliar, a analisar e a discutir no período da informação do Senhor Presidente, eu gostaria de salientar aqui algumas considerações. Relativamente à resposta que está prevista no âmbito do PRR, no âmbito da Saúde Mental, uma obra no valor de 6 milhões de euros, pois, naturalmente que o processo está, pelo menos, enfim, irá ter os seus passos, mas também foi aqui dito que havia ali um problema de acesso interior. Pois, com certeza que sim, e penso que estas coisas também são importantes para se corrigirem, aliás, eu até tenho pena que isto só aconteça, que os Deputados do PSD estejam demasiado tempo a verificar, enfim, as lacunas que estão em

projetos que são de interesse nacional e até de interesse regional, como é este, mas por exemplo, não tenham percebido o problema também, que hoje até vamos votar aqui, segundo está na convocatória no Ponto Quatro (4), obras complementares para a cobertura do Mercado 2 de Maio, no valor de 1 milhão de euros, e eu aqui estou muito à vontade porque nós à época votámos contra esta obra, e, portanto, hoje vamos aqui votar este adicional, digamos assim, de obras complementares. E, portanto, para dizer o quê Senhor Presidente: que, pois, com certeza que esta situação será também uma situação para corrigir. -----

Relativamente à questão das urgências, eu até vou permitir aqui usar uma expressão que o meu camarada de bancada usou, que isto serve realmente para nos entretermos. O que é que interessa aos viseenses, aos doentes, e à região? É que haja uma resposta, é que as pessoas tenham uma resposta, nomeadamente os doentes oncológicos na questão da Radioterapia, e isso está a acontecer. Agora se, enfim, as coisas vão ao passo, ao ritmo que alguns queriam, se têm ou não conhecimento sobre as coisas, o que importa é: as coisas estão a acontecer, há candidaturas, há financiamento, e os viseenses e os doentes vão ter a sua resposta. E, tal como aconteceu também nas obras da Urgência, que ao longo dos anos aqui várias vezes falámos, mesmo até na questão do Centro de Radioterapia várias vezes aqui se discutiu, mas o certo é que agora as coisas estão a acontecer, e isso é que é o importante nesta questão. -----

Depois, também gostaria aqui de deixar, e isto prende-se com uma questão de Educação, que se passa numa escola e com a autorização devida do Encarregado de Educação. O que é que aconteceu esta semana? Uma criança de 5 anos portadora de Atrofia Espinhal tipo 1, aí por volta do mês de abril, a mãe solicitou uma tarefa ao município, e a escola, para que esta criança fosse acompanhada, para que tivesse acompanhamento diário. Na segunda feira quando a criança chega à escola na companhia da mãe, foi-lhe dito que a aluna, a menina, a criança, não podia ficar porque não tinha ninguém para a acompanhar. A mãe solicitou, para que pudesse ficar a acompanhar a criança naquele dia, portanto, seria um dia para integração, a escola não autorizou e ambas foram para casa a chorar. Portanto, isto numa situação em que nós promovíamos a educação para todos. -----

A criança tem 5 anos e também queria acrescentar que esta escola não tem nem rampa de acesso, nem fraldário. Portanto, queria aqui deixar esta nota, não sei se o Senhor Presidente já tem conhecimento, acredito que por vezes estas coisas não cheguem a seu tempo para que sejam resolvidas, mas, não podia deixar de registar aqui esta questão. -----

Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

----- **VINTE E CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Reiterar os cumprimentos a todos. Uma saudação especial ao Senhor Presidente da Câmara pela forma como nos comunicou aqui um conjunto de assuntos de interesse para a nossa região, e, pela forma como os expõe, com clareza, com verdade, sem ocultações, para que todos tenhamos consciência da real situação em que eles se encontram. E, não é estar aqui permanentemente a anunciar, ou estar aqui permanentemente a informar o ponto da situação que faz com que haja alguma falta de vontade por parte de todos nós para que os investimentos se concretizem. O maior investimento em termos públicos de rodovia e estruturante para o país que já está identificado pelo menos desde 2012 com o IEVA era a ligação entre Viseu e Coimbra em perfil de autoestrada. Foi aqui dito uma imprecisão, dizer que a Via dos Duques era subposta ao IP3. Não era! E, nós hoje não temos uma ligação em autoestrada a Coimbra, e temos que voltar a dizê-lo, porque alguém por preconceito ideológico e por interesse de natureza político-partidário impediu que se fizesse uma concessão para construção da

autoestrada sem qualquer custo para o contribuinte, sem nenhuma parceria público-privada, uma concessão, e que permitisse uma alternativa não portajada com investimento das Infraestruturas de Portugal na requalificação do IP3. E, vem aqui agora dizer que em 2018 se tirou uma fotografia de um conjunto de pessoas que ficou satisfeito com a solução. Ficou satisfeito com a solução, mas também havia um calendário de execução que não está a ser cumprido, e nós também a mesma coisa, ninguém nos deu nenhuma justificação plausível para abandonar a solução que hoje já estava concluída, em 2022 teríamos concluída a ligação Viseu/Coimbra em perfil de autoestrada através do IC12, ganharíamos o IC37 com a ligação a Nelas, era o único investimento público necessário e tão importante para a região, e os senhores abdicaram disso a troco de quê? De ir para o Governo! De ir para o poder! De poder estar amancebados com o Partido Comunista e com o Bloco de Esquerda, e hoje ficam depois muito assustados, ai, ai que vem aí o CHEGA que foi o terceiro partido votado no Parlamento. E, por isso, Senhor Presidente, eu gostaria que ficássemos todos a saber qual é o ponto de situação do IP3, a tal duplicação, e o PSD aqui nesta sala disse-o: nem em 10 anos haverá duplicação, isto em 2016. Estamos em 2022 para 23, nem em 10 anos. Disse-o eu, vão às Atas. E, vou pedir responsabilidades aqueles que cancelaram a construção da Via dos Duques e penalizaram a nossa região, e são os senhores do Partido Socialista, não é mais ninguém. Não venham agora querer usar as fotografias deste e daquele eles lá saberão porque é que tiraram as fotografias, cada um é livre de fazer o que quiser. A verdade é que lhes prometeram um calendário e o calendário não está a ser cumprido. Sabe quanto é que está previsto no Orçamento de Estado para o ano para a duplicação do IP3? Sabe qual é a proposta? Meio milhão de euros, meio milhão de euros. É disto que estamos a falar. Vem aí uma grande duplicação com meio milhão de euros. Não venham com esta história, ou de uma vez por todas assumem que isto é para ir fazendo devagarinho e temos muita boa vontade, ou então assumam que tem de ser feito da forma como tem que ser feito. Da mesma forma vos digo, e o Senhor Presidente trouxe aqui a questão do Centro Oncológico e disse e bem, a única coisa que está garantida é o financiamento para o betão. Não tenham vergonha de assumir, para nós não nos importa, era esse o caminho, através de uma parceria público-privada. Que venha o Serviço de Radioterapia para cá. Não temos nenhum problema nem nenhum preconceito, mas, que venha já, que venha rápido. Não é dizer que está em curso, lá verão os investimentos, sabemos que haverá financiamentos. Que conversa é esta? Essa conversa tem andado aqui em 7 anos, de conversa em conversa, de assembleia em assembleia, e a verdade é que nada saiu sequer do papel. Nada está em concretização. Esta é que é a realidade que os viseenses sentem. Coitadinhos dos viseenses que precisam disto que é mais rápido. Vamos então ser sérios na abordagem do problema. O Senhor Presidente trouxe aqui as reuniões que realizou, o resultado das reuniões que teve, e as pessoas ainda continuam a insistir e a persistir numa narrativa que é completamente irrealista. Isto é que não se compreende. Como é que é possível chegar aqui depois de percebermos que a Ministra diz que não há financiamento para uma coisa, só está garantido para outra. Mas, não se preocupem isto vem lá, não impeçam. Ninguém impede nada, façam. E, vir para aqui dizer em relação ao IP3 sete anos depois de ser governo, não há lançamento de uma obra, um projeto, e dizer que vem lá agora. O que é isto? Isto é querer gozar com quem? Com a inteligência dos Viseenses? Não nos ofendam! Isto é inaceitável, e por isso, Senhor Presidente, eu gostei que trouxesse aqui os assuntos, e traga-os sempre para fazermos o balanço. Vamos perceber todos com muita facilidade que as coisas estão completamente impedidas de se concretizar, e, por muitos anúncios que se façam, por muitas *selfies* e fotografias que se tirem, a verdade é que é assim Senhor Presidente: só mesmo quem cá vive, só mesmo quem é daqui é que sente esta necessidade, todos os outros que querem utilizar ao serviço de Viseu para proveito pessoal, gostam muito de andar a fazer anúncios e conversas e tal e não sei quantos, são

proveitos políticos, mas nós não! Nós estamos aqui para defender os interesses de Viseu e dos viseenses e é nessa condição que o continuamos a fazer, e não vamos branquear nenhuma narrativa populista daquilo que não fazem. -----
Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputada Ana Paula Santana. -----

----- **VINTE E SEIS – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD):** Senhor Presidente reitero os cumprimentos de há pouco na sua pessoa e a todos os presentes. -----

Venho aqui porque já tivemos intervenções sobre a educação e sobre o início do ano letivo e não posso deixar de o fazer por dois motivos: em primeiro lugar, quanto à factualidade, aos números, ao enquadramento, as intervenções anteriores já foram suficientemente claras. Quanto às denúncias de algo que tenha corrido menos mal, importa considerar o seguinte: estou nesta Assembleia há muito menos tempo do que muitas das pessoas aqui presentes, e todos os anos é hábito, todos os inícios de anos letivos perdão, é hábito virmos aqui, ou congratularmo-nos ou lamentarmo-nos. E, este ano, pela primeira vez, eu ainda não ouvi um único lamento quanto à colocação de docência, e perdoem-me, mas esse é o assunto deveras mais importante e pertinente para a continuidade daquilo que importa ao bom ensino e à construção das gerações futuras, e esse é o facto que importa denunciar. Está mal! Há problemas gravíssimos! E, era isso que se impunha que todos nós tivéssemos uma intervenção proativa para o resolver com preeminência em quem está no Governo. Esse é o problema deveras importante, porque em termos da logística e de tudo o mais que determina a lei a situação está enquadrada de uma forma muito positiva. O município foi além daquilo que era espectável, e este é o local certo. Este não é o local para nos virmos passear com campanhas individuais ou coletivas deste ou daquele partido. É a Educação do nosso concelho e das nossas crianças que importa, e o município aqui esteve muito bem, foi muito mais além daquilo que era expectável, porque recebeu um projeto e um pacote deveras deficitário e inúmeras carências e respondeu, e, naquilo que são as suas competências municipais esteve à altura e está a resolver. E, depois também, ainda bem que está cá a comunicação social, e espero que de facto eles sejam os mensageiros daquilo que é importante, quanto aquilo que é importante publicitar, porque todos nós que somos figuras eleitas para estar aqui temos um papel e um dever de nos expormos aquilo que são as considerações públicas, e não é só pelas notícias, mas também pelas nossas páginas e pelas nossas redes de contacto, e, é perfeitamente lamentável que muitos dos que estão aqui limitem a sua publicidade naquilo quem são as suas intervenções públicas, ou o façam de forma reservada para que tenham um efeito político, singular ou coletivo de um partido. Há aqui pessoas que são deveras importantes! Até são barradas das redes públicas de determinadas pessoas com responsabilidades locais e nacionais. Eu descobri esta semana que estou bloqueada em algumas páginas de pessoas desta sala e de outras de fora que até têm responsabilidades. Acho que nunca as ofendi pessoalmente. Mas, não sou só seu. E, esta é a Assembleia Municipal onde nós devemos defender os interesses da região, e a nossa forma de estar na política deve ser pública, deve ser pública. Bom, mas, voltando até a esta nova forma de comunicar eu fiquei surpreendidíssima com um amigo que tenho no *facebook* que é uma pessoa de significado, que veio publicitar e pedir a intervenção municipal da câmara num caso particular de uma pessoa que merece todo o nosso respeito, e merece mesmo, uma mãe de uma criança com necessidades educativas especiais... todos os cidadãos nos merecem este reconhecimento, mas este em particular o nosso cuidado e atenção, mas, bom, vamos ao que importa, a publicidade era de que o município deveria intervir ali numa situação especial de uma criança porque ao abrigo da aplicação legislativa estava fora daquilo que eram as medidas adicionais de apoio, e, portanto, a câmara esteve imensamente

mal porque não lhes deu o enquadramento das medidas de apoio. Mas o que é isto meus amigos? É um convite à câmara cometer atos ilegais? Então a câmara não está condicionada ao cumprimento das regras legais, dos decretos-lei e das leis aplicáveis aos casos em particulares? O município vai abrir uma exceção para esta criança, para esta família? É perfeitamente lamentável, e fica aqui um apelo, e peço desculpa pelo desabafo geral, mas nós também temos que ter algum cuidado com as notícias e com aquilo que nós fazemos. Nós somos responsáveis. Nós somos eleitos locais. Nós não representamos só a mãe desta criança que merece toda a nossa consideração e carinho, mas nós representamo-los a todos. Então cada um destes casos não tem enquadramento socioeconómico? Não deve haver medidas de discriminação positiva? Eu por exemplo achei muito bem que o Senhor Presidente da Câmara ao nível das políticas educativas não concedesse os apoios a todas as crianças públicas e privadas. Então a nossa circunstância socioeconómica não é determinante para que haja uma justiça social e um apoio educativo e económico às famílias? É perfeitamente escandalizante os livros serem dados a uma família que tenha rendimentos mensais de 2.500 ou 5.000 euros em detrimento de uma família que tenha rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional. Não é esta a justiça social para a qual nós trabalhamos e concluímos? Vamos ao que importa. Existe um problema seríssimo na Educação, que são os docentes. Eu não sou docente, portanto, falo disto com uma isenção tremenda, o que sei é o que leio e o que partilho dos testemunhos de pessoas amigas e contactos, os professores não estão a ser bem tratados, e tenho pena que na bancada do PS que haja aqui pessoas que são professores que viveram isso na primeira pessoa e continuarão a viver, e não ouvi ninguém vir aqui dizer que a questão da docência está de uma forma perfeitamente maltratada por este Governo. Esse é que é o problema sério. Construam lá uma solução para isso porque em termos municipais a resposta é de excelência. Parabéns Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Penso que não mais nenhuma intervenção. Eu pedia a vossa compreensão para ser um bocadinho mais rápido, eu poderia deixar de falar aqui de uma situação que é, lamento sinceramente que uma questão não tenha aqui sido colocada como preocupação na resolução e todos nos sentíssemos chocados que é o Centro de Atendimento Temporário, nomeadamente foi aqui colocada a questão, e levantaram tantas questões, tantos problemas, tantas situações, e o Centro de Atendimento Temporário algumas vezes não tenham aqui dito, isto é uma preocupação, Viseu não pode deixar isto acontecer, nomeadamente, e desculpem-me os Deputados que até têm uma responsabilidade porque são do governo, nomeadamente do Partido Socialista não tenham isto como uma preocupação também que devam aqui corroborar entre todos. ----- Deixar só aqui, e de uma vez por todas, eu sinto-me, além de me ser passado um atestado de menoridade intelectual, sinto-me como viseense, como todos aqui. Eu parto do princípio que todos aqui queremos o melhor para Viseu, e se todos queremos o melhor para Viseu queremos os melhores equipamentos para Viseu, e por isso, o que interessa é antecipar os investimentos. Nós já sabemos que as coisas mais cedo ou mais tarde vão se concretizar. O Hospital de Viseu quando existia, o Hospital Distrital toda a gente percebia, os profissionais, os doentes, que mais cedo ou mais tarde tínhamos que ter um Hospital novo, sabíamos isso. O que interessava era todos remarmos num certo sentido para antecipar e, aqui a câmara foi fundamental, e por isso todos conseguimos, com pressões, dizendo que havia problemas, que era necessário, e lá veio o Hospital. O que interessa é antecipar o investimento. ----- Agora, quando foi o Centro, andamos muito para trás, fomos a 2017, vamos anos para trás e o Centro não veio. Muitas vezes também há alguma culpa também de outros Governos. Agora a situação, o Centro vai ter que vir, o que interessa é que venha rapidamente. Nós tivemos uma reunião e também estiveram os outros grupos municipais em que dissemos, nem que fosse por fases, mas que viesse o Centro. Todos estamos de acordo com o Centro,

agora, há uma coisa que não podemos aqui fazer, e eu tenho muita respeito pela pessoa, que era um grande socialista, mas que, é a cartilha socialista, e eu vou dizer qual era a cartilha dessa pessoa por quem eu tenho um grande respeito por ele, até porque já não está entre nós, e que até tinha relações aqui na zona que era, ele dizia assim: temos que ter a cartilha: perante qualquer obra, muitos anúncios, temos que fazer o projeto, anunciá-lo, depois adjudicá-lo, e na adjudicação festa política, depois lançar a obra festa política, adjudicação, atos de consignação, festa política, muita visita à obra e depois na inauguração mais festa política. Isso não! Isso não, isso é uma cartilha de alguém que eu respeito em termos políticos, que já nos deixou, mas que na altura deu esta cartilha política a todos. Esta não é a cartilha política que nós queremos. Aquilo que queremos é execução, e no dia em que for feito corretamente nós estamos aqui, assim como quero dizer que tivemos o cuidado de perguntar ao Presidente do Conselho de Administração do Hospital quanto era a verba da ligação. Ele disse que não tinha dinheiro, não estava autorizado. Era uma coisa que ao fim se via mais tarde. Já sabemos que mais tarde não há! E o que acontece, ele disse a verba, era uma verba para conforto dos doentes, dos profissionais de saúde, mas principalmente para a dignidade do tratamento de todos os doentes daquele hospital. Não há doentes de primeira nem doentes de segunda. Ele disse a verba. Disse que ficaria à volta de 600 mil euros. Foi esta verba que ele colocou. E, aquilo que eu coloco é assim: será que uma verba de 600 mil euros não é possível no PRR? Só deixava isto. -----

----- **VINTE E SETE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Senhor Presidente, é mesmo para fazer aqui um ponto de ordem à Mesa e um reparo também. A figura de Presidente da Assembleia procura ser uma figura isenta e, portanto, hoje o Senhor Presidente da Assembleia desde o início da sua intervenção quando leu, está no seu direito, leu os comunicados que já tinha mandado para esta Assembleia, e além de ler os comunicados das visitas que fez, que se fizeram, portanto, que fez, foi opinando, e agora também continua a usar de uma prerrogativa que também não faz parte da figura do Presidente da Assembleia, e, portanto, eu gostaria que enfim, que houvesse aqui alguma contenção pelo menos para que isto não voltasse a acontecer. Obrigado Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Eu tenho que lhe responder. Ó Senhora Deputada Lúcia, eu não sou isento, eu sou eleito como a senhora é eleita. Eu exerço a representação da Assembleia, a minha isenção fala por mim no processo. Eu tive o cuidado, mas sou Deputado desta Assembleia, tive o cuidado de pedir autorização para que não me deixassem ir ali para a falar daqui. Eu tive o cuidado dizer: por uma questão de trabalhos vou falar daqui se me permitem, para não ir ali. Eu queria falar como Deputado, e tenho esse direito, e não é a Senhora Deputada que me corta esse direito. A minha isenção é em prol dos Viseenses, não em prol do Partido Socialista. -----

Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

----- **VINTE E OITO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente. Sobre a condução dos trabalhos Senhor Presidente, eu pensei que a Senhora Deputada Lúcia Silva em vez de vir fazer uma repreensão ao Senhor Presidente viesse aqui, e eu venho aqui nessa condição, agradecer-lhe o facto de trazer para cima da Mesa e lembrar a esta Assembleia da necessidade de colocar como prioridade maior a defesa dos interesses das crianças que estão à guarda do Estado no CAT, e era essa a chamada que pensei que viesse aqui fazer, um pedido de desculpas, porque o Governo não está a corresponder e guarda crianças que estão desprotegidas, e pedir-lhe Senhor Presidente, insista com a reunião com a Segurança Social com carácter de urgência. A resposta tem que ser dada, os viseenses necessitam. E, já agora, eu também pensei que viesse dar a resposta do túnel, mas não veio. Se há dinheiro para muita coisa no Hospital Senhor Presidente, inclusive há dinheiro para assessorias de comunicação, pelo

menos dois contratos que são públicos com assessorias de comunicação, e não há para dar dignidade aos doentes de Saúde Mental? Gasta-se o dinheiro em quê? A prioridade é comunicar quando o Hospital já tem um serviço de comunicação? Assessores de comunicação nos quadros? Gastar 120 mil euros em assessoria de comunicação para quê? São estas as prioridades? Isso não veio aqui falar. Veio aqui preocupada porque um Deputado da Assembleia Municipal exerceu o seu direito de dar opinião. Este é o problema Senhor Presidente, e eu agradeço então em nome do PSD que tome a iniciativa em nome da Mesa de insistir com caráter de urgência na questão relacionada com o CAT porque isso sim, é preocupante, são crianças que estão à guarda Estado e o Estado deve muito à Santa Casa da Misericórdia que o substitui no seu trabalho. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado Algum dos Senhores Deputados... tem a palavra Senhor Presidente da Câmara. -----

----- VINTE E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Eu vou ser rápido. Eu gostaria em primeiro lugar naturalmente de dar resposta por ordem das perguntas que me foram aqui colocadas. Algumas não foram perguntas, foram apenas meras opiniões, mas convém deixar isto muito claro. A Senhora Deputada Lúcia trouxe aqui uma questão que convém que fique clara. Disse porque é que se privilegiaram, ou porque é que não se aumentaram os consumidores com consumo superior a 15 metros cúbicos? Bem, a Senhora Deputada não fez conta nenhuma. Portanto, é muito fácil, e eu vou-lhe dizer exatamente porque é que foi. O Senhor Ministro disse-nos para aumentarmos o preço de quem consumisse mais de 15 metros cúbicos. O que nós fizemos foi fazer as contas e vimos que estes consumidores são apenas 6% nem chega a 6% do consumo total. Se os aumentássemos o que era uma coisa com algum significado, 20% o ponteiro não se mexia. São apenas 5% do consumo. Nós estávamos à espera, se queriam ter algum... mandassem digamos, aumentar quem gasta mais, o maior número de consumidores. Não foi isso que foi dito. E, portanto, nós achámos que isso não tinha... e dissemos ao Senhor Ministro isto não tem nenhum impacto na poupança da água, nenhum, e, portanto, nem sequer procedemos ao aumento. Por outro lado, disse aqui uma outra coisa que foi o fim do escalão. Eu queria dizer-lhe o seguinte para que não haja dúvida nenhuma: há um fim de escalão que já estava previsto. A redução ocorreu durante o tempo da pandemia, e, portanto, não faria muito sentido quando o Ministro que nos manda aumentar o consumo da água, tínhamos um escalão ainda, prestes a terminar, que continue com reduções no consumo. Não faz sentido para nós, e, foi por isso que antecipámos a redução. Podíamos deixar ficar mais um mês e ela acabava por si. Quisemos dizer ao Ministro que estávamos a cooperar naquilo que nos colocou. -----

Depois trouxe aqui uma outra coisa da Semana da Mobilidade. Bem, eu queria lembrar-lhe o seguinte: nós não fizemos o Dia da Cidade sem Carros por uma razão. Era ao outro dia do feriado municipal, achámos que não faria muito sentido, depois de um dia estagnado em termos de comércio, que ainda levantássemos mais problemas no dia seguinte, e, portanto, demos o nosso contributo com o Feriado Municipal que ocorre na mesma altura, portanto, não faria muito sentido. É apenas simbólico como sabe, o dia da... mas já agora, dizer-vos que em termos de mobilidade temos que nos orgulhar. Eu sei que não conhecem muito bem, até evitam falar nisso, Viseu ser a Melhor Cidade para Viver, mas eu relembro que aquilo foi feito, o estudo foi feito à revelia da câmara e que analisa uma série de variáveis. Variáveis que vão até 10. Não-de consultar que na variável mobilidade o Município de Viseu tem 10. Sempre! Portanto, não temos que ficar aflitos em relação à mobilidade no nosso concelho. – E, já agora, também dizer-vos, fomos o primeiro município do interior a ter um *hub* de carregamento rápido, curiosamente também demonstra a assimetria nacional, é a primeira e única cidade do interior a ter esse carregamento, o que quer dizer que continuamos com a teoria ou a filosofia dos estádios de futebol do Euro 2004 do famoso Primeiro Ministro da

Ericeira, portanto, era assim, era tudo lá no litoral, e agora continua também, até os carregamentos do *hub* seguem esse princípio, tudo no litoral e agora Viseu, de resto, depois os outros virão quando calhar. Já agora também dizer que é preciso algum cuidado com o Dia da Cidade Sem Carros. Eu deixo aqui também um abraço ao Joaquim Gomes que foi atropelado exatamente no Dia da Cidade Sem Carros por um cidadão americano que se calhar não viu as placas, mas pronto, e com esta relação de amizade que temos com o Diretor da Volta deixo-lhe aqui um abraço, pelo menos em meu nome pessoal e em nome da câmara, isso posso fazê-lo, e que se restabeleça rapidamente. -----

Bem, o Deputado José Pedro Gomes, eu gosto muito de o ouvir, e não digo isto por... gosto mesmo de o ouvir, e mesmo quando vai além daquilo em que tem pouca base, mesmo assim, fá-lo de uma forma elegante e eu reconheço-lhe isso, mas, eficiência energética? Diz que nós devíamos trazer isto aqui. Olhe que o Senhor Ministro pediu-nos terrenos para a eficiência energética, e nós ficámos em lhe mandar uma série deles. Também lhe dissemos o seguinte: mas, o senhor tem aqui uma organização dirigida por uma responsável socialista, ou um responsável que evitou que nós tivéssemos aqui um parque fotovoltaico, uma coisa que se chama ICNF, sabe o que é, não é? Portanto, o Ministro pede-nos terrenos, o ICNF diz que não pode haver terrenos porque há lá um pinhal. Podia-se ter feito num outro sítio qualquer. E, portanto, deixámos de ter aqui um investimento de milhões de euros, que foi para o concelho vizinho de Vila Nova de Paiva. Portanto, esta tem uma marca socialista. Não há isso porque não quiseram. -----

Depois disse, eu sei, eu passei por lá ó Senhor Deputado, eu não faço confusão entre a Cidade Europeia e a Capital Europeia, até por uma razão que sabe, a Capital Europeia exige no mínimo 500 mil habitante, e, portanto, nenhum de nós sabia... não pode haver mais nenhuma em Portugal senão Lisboa. Já fomos contemplados, já não há mais. Sabíamos disso, mas ficamos satisfeitos por ser Cidade Europeia. Eu não sei quanto é que eu vou pagar. Eu não faço conta de pagar. Isso é uma das coisas que nos distingue: nós nunca pagámos nada para ter títulos! Aliás, deixei, não sei depois como é que foi durante o período que cá não estive, mas quando eu cá estou, e deixo-o aqui outra vez repetido, nunca concorreremos a nada que seja necessário pagar. Nunca concorreremos a nenhum concurso que nos digam à partida, é preciso dinheiro. Isso está fora! Somos muitas vezes aliciados para o efeito. Nós fomos distinguidos com a Melhor Cidade para Viver por um organismo que nunca nos perguntou nada, nunca nos pediu nada, apenas nos anuncia quando somos abrangidos. Portanto, nisso ficamos à vontade. Agora diz, estava à espera que anunciasse alguns equipamentos. Eu também não tenho que os anunciar todos, mas podemos falar aqui de alguns equipamentos, por exemplo, o Senhor Presidente da Junta de Rio de Loba está-nos a ouvir e sabe que, também com a ajuda da câmara inaugurámos lá um bom equipamento, e tive todo o gosto em lá estar. -----

Ainda não fui convidado, mas lá estarei um dia destes mesmo que eu tenho que inaugurar com Senhor Presidente da Junta de Silgueiros o equipamento que também lá está. O Senhor Presidente do Clube ainda não teve tempo de nos convidar, mas lá estaremos para inaugurar onde a câmara também se meteu. -----

E, também se meteu e de que maneira num equipamento que o Senhor Presidente da Junta de Cavernães seguramente está á espera também que tenha mais utilização, que é um pavilhão espetacular que têm em Cavernães. -----

Portanto, ou é por desconhecimento, e eu espero que não seja, nós temos alguns equipamentos que estão neste momento disponíveis para a população usar. -----

O Senhor Vice-Presidente intervém não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: sim, sim, mas eu estou a dizer os últimos. Recuperámos o Fontelo, e já agora uma outra coisa, recuperámos o Fontelo a tempo e tivemos que ouvir os fautores da desgraça enquanto tiveram folgo. Era

assim: veja lá, até você... e olhe que eu joguei no Académico sabia? Até você, o Académico está a perder porque não tem o Fontelo pronto. E, nós resolvemos o problema, e têm o Fontelo pronto. Curiosamente o Académico só agora é que começou... portanto, como que, o Académico jogava fora e os outros não. O Académico jogava em Aveiro, fora, mas quem lá ia jogar com o Académico também jogava fora. Nós é que não nos deixamos impressionar com isso, porque pouco já era eu se o Académico descesse que tinha a responsabilidade. Tirem o cavalinho da chuva que este rapaz só se deixou impressionar há pouco tempo e foi muito recentemente, de resto, não é por aí. Assumimos as nossas responsabilidades, mas é quando elas são da nossa responsabilidade. -----

Depois diz uma outra coisa: quando é que regressa o Rally? Bem, eu acho que ficou percebido que esta associação com o Município de Vouzela e com a Organização do Constálica foi exatamente para isso. A intenção foi essa, foi fazer um Rally. Já agora deixem-me dizer uma coisa: a Senhora Deputada não gostou muito do Rally no Centro Histórico, mas, deixem-me falar nesta ligação histórica: sabiam que o primeiro Rally na Feira de S. Mateus foi há 83 anos? Ainda estávamos naquele período de Santa Comba, mas foi há 83 anos, já havia ligação aos automóveis, por isso, é que quem assistiu só a uma simples atribuição de prémios, viu a Feira de S. Mateus completamente pejada de gente a ver os carros e a receber prémios. Portanto, porque é que fizemos esta ligação com a Viseu Marca e com todo o gosto com o Município de Vouzela? Foi para mostrar a quem organiza que temos todas as condições para estar no Rally de Portugal, e, portanto, este é o cartão de visitas. Olhem, querem a nossa integração? Vejam lá aquilo que aqui o que se passou. E, ouvimos depoimentos das pessoas, dos automobilistas, dos organizadores, a dizerem que foi um Rally extremamente bem conseguido. -----

Depois, com alguma ironia disse que fizeram aí fotografia, eu não estava cá, fizeram uma fotografia, pelo menos dois Joões, não foi, lá em cima em Santa Comba a congratularem-se com o perfil de autoestrada. Agora eles deviam fazer uma fotografia a dizer: mentiram-nos que não tem nenhum perfil de autoestrada. É que não tem! Porque é que eu vim com aquela história de arranjar uma alternativa no IP3. É porque de facto, e já agora convém que os Senhores Deputados saibam isto, a atual solução mesmo quando estiver completa é da seguinte forma: 82% em regime de autoestrada, depois tem, 14 ou 15%, uma/duas ou duas/uma, e depois tem a percentagem restante que é uma/uma. Portanto, é isto. Quando eu apresento uma alternativa é para este espaço, para o que tem uma/uma ou para o que tem uma/duas e, portanto, ligando isto fica tudo com duas/duas e, portanto, acham que isto é irreal? A primeira coisa com que me quiseram confrontar não foi por irrealismo, foi para dizer, o senhor está a contribuir para que a obra se atrase. Só que eu pensei nisso antes. Aquilo que eu proponho não tem nada a ver com a obra. Ande a obra à vontade. Nós queremos que se faça uma obra à parte que ligue estas duas, e, portanto, eu prometi, depois já sim, depois já eu posso ficar na fotografia com os outros a dizer: finalmente temos perfil de autoestrada, porque agora não temos, eles fizeram a fotografia bem, só que lhes mentiram. Mentiram-lhes e não tem perfil de autoestrada, tem perfil de autoestrada em 82%, isto é: alguém podia ir cumprido a legislação a 130, se houvesse tolerância, daqui até à Livraria do Mondego, e depois havia lá uma coisa qualquer e ficava lá duas horas para ir para o Hospital de Coimbra, porque a autoestrada andou. Portanto, vamos lá ver se não há razoabilidade naquilo que nós falámos? -----

Bem, o Dr. Jorge Adolfo trouxe aqui um problema. Deixem-me dizer-lhe duas coisas: primeiro, e eu sei que sabe, conheço-o há muito tempo, sabe a consideração que tenho por si e a apreciação que faço de si. Sabe porque é que nasceram as geminações? Não nasceram entre países. As geminações nasceram de pessoas desencontradas da Grande Guerra e famílias que se desuniram e foram por esse mundo fora. Portanto, mal deles se tivessem o cuidado de saber, ele fugiu para um país que não é democrático. Era o que faltava! Era o

que faltava! Muitos vieram para aqui para Portugal. Então, fizeram geminações, era possível num país antidemocrático como nós eramos antes do 25 de Abril fazer uma geminação de Viseu com uma cidade qualquer. Isto não tem a ver com os países, tem a ver com as cidades. -----

Mas depois uma outra coisa, e é aqui que eu quero fazer o ponto fundamental. Perguntou porque é que fizemos esta geminação? Eu próprio me interroguei porque é que... há um lado da situação que me agrada, é que alguém na China saiba que há Viseu e quer geminar com Viseu, e é uma cidade com 5 milhões de habitantes. Eu também fiquei surpreendido, agora, há uma coisa que eu sei, eu tenho pena, se soubesse que ia haver uma pergunta tinha preparado a tempo um vídeo do anúncio da geminação para verem o seguinte: ela foi homologada, a primeira parte à distância, mas, quem interveio exatamente na cerimónia foram dois Embaixadores, o Embaixador da China em Portugal e o Embaixador de Portugal na China, e o Embaixador de Portugal na China depende do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, vejam o que ele disse. Eu aconselho-o a ler o que ele disse, a ver o que ele disse. Se tivesse todas estas restrições que os senhores aqui levantam por ser um país antidemocrático o Senhor Embaixador calava-se. O Senhor Embaixador diz: sim, senhor e incentiva a geminação e não sei quantos mais. Podem ouvir isso, o Embaixador que eu conheço há muitos anos, e, tem aqui apenas a constatação de se por acaso o homem fosse além da chinela que o Senhor Ministro lhe chamava atenção. Dizia-lhe assim: é pá espere aí, não esteja aqui a louvar geminações porque isso é um país terrível. Portanto, não foi! Portanto, nós não temos a geminação concretizada, e mais, achamos até que no domínio em que é feita, diz-nos pouco que seja um país antidemocrático ou não sem quantos mais. Não fazemos relações com o Estado, fazemos relações com uma cidade que quer fazer trocas comerciais. E mais, e que já identificou empresas daqui, com o nome e tudo, com quem quer fazer trocas. Então? Por essa ordem de ideias nenhum de nós tem canetas da china. Então, nós usamos aí os produtos constantemente e não nos insurgimos, e, quantos é que há nas compras oficiais? Então diziam antes, desculpem lá, não queremos nada convosco. Mais, até deviam impedir a vinda dos Chineses para aqui. Ninguém o faz, portanto, não vale a pena, eu acho que não tem que ser assim. -----

O Senhor Presidente da Junta, Polónio, trouxe aqui um assunto, eu percebo perfeitamente, aliás, uma das coisas que nos preocupa e que fazemos a mesma coisa a um processo que já vem de longe, é garantir o caudal ecológico no Rio Pavia, por exemplo. Portanto, sabemos que a falta de caudal ecológico num rio... que é obrigatório, agora, há uma coisa que eu também sei, e uma boa parte dos senhores, o Dr. Jorge Adolfo talvez também, e alguns senhores, o Polónio também estavam aqui quando eu defendi uma coisa destas por intervenção num rio. Sabem o que é que isto deu. Ainda hoje podem ir à net, lá veem o Fernando Ruas e as pedradas. Foi por causa disto! Foi por causa de uma situação como esta. Um Senhor Presidente da Junta, e foi por muito menos. Os Senhores Presidentes da Junta limpavam os rios, as linhas de água que eram da responsabilidade da APA de então, e a APA de então, também se sabe porquê meteu os Senhores Presidentes da Junta no Tribunal. Uma série deles! E o Fernando Ruas, o que disse, que agora já se pode dizer porque fui absolvido, e como o disse nesta casa, olhem, vou repeti-lo com todo o gosto: quando aparecer gente assim a obstaculizar o desenvolvimento, foi aquilo que eu disse na altura, “corram-nos à pedrada”. Foi exatamente isso que eu disse. Repito-o quantas vezes forem necessárias. Nós queremos gente que venha ajudar ao nosso desenvolvimento, não é gente que venha pôr obstáculos sem nenhum sentido. -----

Bem, Senhor Presidente, faltam aqui algumas respostas que ainda não dei. Eu disse há bocadinho à Deputada Lúcia que ... -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: eu sei, mas foi a si, a outra Lúcia já ... Lúcia Silva, eu peço desculpa. Então! tudo bem. Se me disser o resto do nome palavra de honra que o digo com todo o gosto, a sério, Lúcia Silva, não me vou esquecer ... -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva volta a intervir do seu lugar não sendo mais uma vez perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: mas eu não me vou esquecer, não é preciso, eu não me vou esquecer, com diabo, então, eu fixo bem as caras, a sério, a sério. Olhe, mas, à Deputada Lúcia Silva só para lhe lembrar o seguinte: a preocupação que teve com a tarefaira, e também dou resposta à interrogação do Senhor Presidente da Assembleia, a preocupação que teve com a tarefaira, não foi a mesma que teve nem a sensibilidade que mostrou em relação às crianças da Misericórdia. Eu tinha aqui apontado, é só para dizer que não me esqueci... -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo: espere. Eu não disse nada Senhora Deputada, estava aí ferver, mas eu não disse nada. Eu estou a dizer que a preocupação que mostrou com a tarefaira para o menino de 5 anos, com esta particularidade, já agora também com a informação completa, é que esse problema chegou ao Vereador que o resolveu na tarde desse dia. A senhora não disse isso. -----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva volta a intervir do seu lugar não sendo mais uma vez perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: estava, estava, desculpe lá. Está bem, então, se a senhora.... Está resolvido! Mas, ainda bem, é só para dizer que não houve aqui falta de resposta. Teve logo resposta. Quem não teve resposta foi o CAT, esse é que não teve, e a senhora ainda não disse uma palavra sobre isso. Só estou a dizer isso. Muito bem, trouxe aqui o problema da tarefaira que faltava ao menino de 5 anos, e não teve uma palavra para dizer que ia fazer todos os possíveis para ajudar a resolver o problema das crianças da Misericórdia. Só estou a confrontá-la com isto e não mais que isto. -----
Portanto, naturalmente, o perfil de autoestrada e a comunicação que fez aqui o Deputado Pedro Alves não a vou repetir. -----

À Deputada Ana Paula Santana. Nós também fizemos essa avaliação e era nossa obrigação. Nós não tivemos felizmente grandes lamentações por causa do início do ano escolar, mas naturalmente é sempre um período sensível. Nós estaremos atentos, essa é a orientação que tem o Vereador, estaremos atentos ao que houver e tentaremos dar resposta em cima da hora, portanto, não mais do que isto, mas naturalmente também que nos congratulamos porque o ano escolar não tenha tido problemas de maior, e eu acho até que tem muito a ver, fiz essa intervenção na reabilitação de uma escola que fui inaugurar a Paradinha com muito gosto, e saudei os pais que metem as crianças naquela escola e que chegaram à conclusão de que por o facto de estarem crianças com alunos com dificuldades de aprendizagem não lhes tem trazido problema nenhum, antes pelo contrário, os alunos que vão de fora para aquela escola têm tido um percurso notável que me levou a dizer que afinal o que temos que mudar ou que temos que ir acompanhando é a mentalidade das pessoas de fora não aqueles. -----
Portanto, quem transformou, ou quem pode vir a transformar a escola num gueto são também pais por alguma questão incompreensível porque também não deixam que os filhos lá estejam, quando lá estão chegam à conclusão de que podem fazer o seu percurso de forma saudável, e como ouvi lá o depoimento, são crianças que têm um percurso escolar ótimo apesar das circunstâncias. Agora deixem-me dizer também que é um modelo de integração, e também posso enfatizar aquilo que lá disse: a comunidade correspondeu, a comunidade de Viseu agarrou em mais 700 mil euros para aquela escola, e depois teve a grata surpresa,

e bem, de saber que aquela escola é uma escola inclusiva, vimos lá 3 alunos italianos, 1 aluno francês e 1 brasileiro na mesma escola, vejam lá que eu até me lembro disso, e vimos lá miúdos com problemas digamos, de aprendizagem, com alguma deficiência intelectual e alunos perfeitamente normais, excelentes alunos, portanto, este é que eu queria que fosse os espelho da nossa comunidade, e deixem-me dizer-vos para terminar, pode parecer assim... já vivi uma outra encarnação, nós temos mesmo orgulho desta comunidade, temos mesmo que ter orgulho, bem podemos estar aqui de vez em quando como fazemos na família também a virarmo-nos para dentro, e não há mal nenhum de maior que de vez em quando olhemos para dentro também para apontar as mazelas, mas no computo geral também não devemos perder a oportunidade para dizer que esta comunidade que todos construímos, para que todos contribuimos é uma comunidade que vale a pena olhar, e olhar com atenção. Eu ouvi há bocadinho o que disse o Deputado Paulo Pereira, é exatamente isso, eu também me recorde bem em 90 quando aqui cheguei, como é que era o estado deste concelho, e também me recorde agora como é que chegámos a esta... não é só a esta situação, podemos dizer que se calhar há outras cidades, e há seguramente outras cidades com um nível de desenvolvimento maior, nós também o sabemos, e até nos podemos interrogar porque é que estamos nesta posição, e devemos interrogar os políticos todos, nós somos neste momento talvez entre 25º e o 30º concelho do país, e temos um índice de riqueza nos 100%. O que nos devemos interrogar é porque é que está tanta gente abaixo da média. Nós deixámos que este país tivesse apenas 25 municípios, uns ricos outros remediados e todos os outros são pobres. Esta é que deve ser a grande questão. Nós devemos olhar para este mapa deste país e dizer assim: como é que nós os governantes, com os anos que temos e cada um terá a sua responsabilidade, é só fazer as contas como dizia o... é só fazer as contas, sabemos bem quem é que lá esteve, como é que um país com 180/200 quilómetros de largura deixou que houvesse litoral, interior, interior do interior e estas assimetrias todas. Depois de vez em quando dizemos assim: nós nem temos interior, nós nem temos interior, porque é tão perto. Pois é. Era isso que devia ser, mas não é, apesar de só termos 200 quilómetros criámos estas coisas todas. O litoral, o interior e ainda digamos, a zona mais fronteiriça. Deixámos que isto acontecesse, deixámos que esta assimetria, que agora coisas como a inauguração de um simples *Hub* vem trazer ao de cima. Onde é que foram colocados os *Hubs*? A gente já sabe! Zona de Guimarães, de Braga, depois dá um saltito, zona do Porto, depois dá um saltito zona de Lisboa, e depois lá em baixo no L, para completar o L deve ser de “low” em inglês, no Algarve. Depois, agora apareceu, tal como os clubes de futebol, apareceu um pontinho em Viseu. É verdade, o resto há-de vir aí, o *Hub* há-de vir mais tarde para, para... é este país que Viseu contraria que estamos a construir. -----
Já me calei Senhor Presidente. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Se concordassem, iríamos então suspender agora os trabalhos e recomeçávamos às duas e meia. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Vamos então reiniciar os nossos trabalhos. -----

PONTO DOIS (2) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2022 - REVISÃO N.º 2. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- TRINTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Queria apresentar Senhor Presidente a revisão que contempla naturalmente o inserir de uma série de investimentos que serão financiados por fundos comunitários e outros de uma outra lista de investimentos que poderão ser financiados por empréstimo. -- A inscrição orçamental é num caso 1 € apenas para 2022, estando o resto para 2023. -----
Já agora aproveito para esclarecer, há bocadinho houve uma confusão, foi dito aqui que estávamos a aumentar. Nós não pedimos mais nada, pedimos apenas que seja transferido, e

por isso é que leva na extensão este ano 1 e o resto é para ser diferido para o próximo ano, portanto, não há aqui nenhum aumento em relação aos valores, há apenas um diferimento em termos temporais. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra iríamos proceder à votação. -----

Fizemos este compasso de espera atendendo que era o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Por isso, quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Foi aprovado com um (1) voto contra.* (Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 373/374). -----

PONTO NUMERO TRÊS (3) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO. ----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Também Senhor Presidente rapidamente, tem a ver, digamos, com os novos, novos já com algum tempo, poderes tributários que o município agora dispõe, de majorar, minorar os prédios e, portanto, queria dizer que nós propomos taxas de minoração de 10% nuns casos, isto é, nos casos em todos os prédios que estejam situados na ARU, e depois, uma minoração de 20% aos prédios urbanos arrendados, e uma majoração de 30% aqueles que apresentam um estado de conservação, em que apresentem ruína ou que sejam a demonstração de que não querem fazer obras. -----

Deixava apenas uma nota. Este é um universo muito grande, são 1142 prédios urbanos, mas não são todos. Desses 1142 prédios têm que ser expurgados os chamados prédios oficiais o que dá na diferença 950, portanto, há aqui nesta ARU uma série de prédios que são de Entidades Públicas e que estão, como sabem, isentos de IMI. -----

E, portanto, resumindo são: -----

- 128 Prédios majorados em 30%. -----

Depois, fazendo aqui o contraponto, minorados são: -----

- 35 com a taxa de 30%; -----

- minorados ainda também com a taxa de 30% são 874 frações; -----

Há aqui digamos, um grande desvio entre aquilo que é minorado, isto é, dinheiros que o município deixa de receber, e aqueles que são majorados que são aqueles em que o município recebe a mais devido ao fraco estado de conservação. -----

É também, e conluo com isto, é a fiscalidade ao serviço do urbanismo. Portanto, utilizar a fiscalidade, mas isto a redundar com entradas menos significativas de receitas na câmara. -

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena. Há mais algum pedido de intervenção? -----

----- **TRINTA E DOIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE):** Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente,

restantes pessoas. Sobre este assunto o Bloco de Esquerda pensa que não deveriam ser só os edifícios degradados a receber majoração e a serem exceção na minoração do IMI na zona ARU. Também os prédios de habitação que estão devolutos deveriam estar incluídos, porque pensamos de que serve ao concelho ter edifícios possíveis de habitar sem estarem no mercado de arrendamento? Sem pessoas a habitarem lá, os devolutos. Servem unicamente para alimentar o mercado de especulação, porque estão devolutos, sem ninguém. Servem unicamente para alimentarem o mercado de especulação de compra e venda, como aquela que assistimos nos últimos anos, não é? -----

Vamos votar a favor, mas deixamos esse alerta sobre os prédios devolutos, esses também deveriam ser alvo de alguma atenção. -----

Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** É só para contestar. Isto de facto não tem jeito nenhum. Quando as pessoas recuperam um prédio pagam os seus impostos. Imposto de transação, IMI, etc., etc., pagam, portanto, daí que, podem depois esperar ter melhores negócios, não há mal nenhum nisso, o problema é quando se espera com os prédios degradados por alguma especulação imobiliária, que não é o caso. Um individuo que recupere um prédio, fez aquilo que devia e, portanto, não se pode taxar, não se pode majorar porque tem o prédio por arrendar. Era o que faltava! Ele pagou todos os seus impostos. Coisa bem diferente é quem deixa estar o prédio em ruínas à espera de melhores tempos para especular. Portanto, só para dizer que nós contra estes... e não acredito também muito que haja alguém que faça a requalificação de um prédio e depois o tenho durante muito tempo, tendo possibilidades de o arrendar. Mas pronto. Portanto, a questão da salvaguarda do aspeto fiscal ao serviço da requalificação está perfeitamente salvaguardada, e é isso que nós queremos. Tomara eu, se pudesse ser, que todos os prédios... eu queria é que estivessem no Centro Histórico todos ocupados, mas se não estivessem, que estivessem requalificados. Preferia que estivessem devolutos e requalificados do que estarem abandonados e em ruínas. Isso é que é aquilo que devemos preservar, mas eu percebo, percebo, percebo que estejamos nos antípodas, tem a ver com quem tem respeito pela iniciativa privada e quem não tem. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então proceder à votação desta proposta. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Por isso, foi aprovado por unanimidade. (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 375/376).* -----

Em relação aos PONTOS de QUATRO (4) a SETE (7) eu fazia uma proposta no sentido de, como são todos compromissos plurianuais, se o Senhor Presidente da Câmara concordasse e o Plenário também, como se referem todos a compromissos plurianuais para o ano de 2023, ser feita uma apresentação conjunta e votados separadamente. O que é que o Plenário entende desta proposta? Não há objeção. Se o Senhor Presidente da Câmara concordar, fazíamos então a apresentação do PONTO QUATRO (4) ao PONTO SETE (7) a apresentação conjunta com votação separada. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** De facto não me competia fazer esta proposta mas ela é perfeitamente lógica, a apresentação que venho fazer destes pontos tem a mesma justificação para todos eles, isto é, propõe-se a aprovação dos compromissos plurianuais para o ano de 2023, e, portanto, é só digamos, aquilo que transita para o ano de 2023, segundo a Lei dos Compromissos fazê-lo passar pela aprovação aqui neste órgão, de maneira que, têm todos, independentemente da obra que se trata, têm todos a mesma justificação que é, digamos, com a Lei dos Compromissos passá-los para o ano de 2023. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Há alguma intervenção nestes pontos? Tem a palavra o Deputado José Pedro Gomes. -----

----- **TRINTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PEDRO ESTEVES GOMES (PS):** Boa tarde a todos. Renovo os meus cumprimentos. -----

Em relação ao Ponto Quatro (4) que diz respeito ao Mercado 2 de Maio venho aqui confirmar o nosso voto favorável, no fundo, como acto administrativo que estamos aqui a tratar. E aliás, conforme também a votação unânime na última ou penúltima reunião de câmara. -----

Contudo, há alguns comentários e questões que queríamos aqui deixar sobre este tema do

Mercado 2 de Maio, nomeadamente até porque estive na vereação no último mandato, e este foi de facto um dos grandes temas discutidos. -----

Antes disso, dizer apenas que o Senhor Presidente tem, neste momento, alguns problemas para desbloquear. Aquilo a que eu quis chamar o Problema dos 3 M's. O problema do Mercado 2 de Maio, o problema do Mercado dos Produtores e o problema do Mercado Municipal. -----

Mas vamos falar do Mercado 2 de Maio. -----

O Mercado 2 de Maio nunca foi uma estrutura estática. Inaugurado em 1879, sofreu alterações em 1914, bem como nas décadas de 20, 40, 70 e 90. A mais polémica ocorreu entre 2000 e 2002, quando o espaço deixou de ter a função de mercado, uma opção ainda hoje mal-entendida pela comunidade. -----

De facto, do mercado original, já pouco sobra. Há muito tempo que se fazem obras ali. ----

Nós queríamos aqui relembrar, como disse, a posição do PS sobre esta matéria, ou seja, frontalmente contra esta intervenção. O que também foi bem visível na sociedade, num conjunto de cidadãos, através de cartas abertas e até de uma petição pública. -----

Ora, neste ponto que estamos a votar, (não sei se os senhores deputados deram conta), estamos a tratar de praticamente 1 milhão de euros de obras complementares. -----

Portanto, alguém tem de ficar com o prejuízo, a carteira não estica. Portanto, eu perguntava se eram as freguesias aqui que perdiam, se eram também os Senhores Presidentes de Junta que perdiam aqui alguma oportunidade tendo em conta este valor de 1 milhão de euros envolvidos? -----

Outra questão. Certamente que a Câmara Municipal reuniu com os técnicos do projeto. ---

Senhor Presidente, pode garantir-nos de que isto ficará por aqui? -----

Ou se é melhor contar com mais falhas deste projeto? -----

E já agora também, para terminar, Senhor Presidente, como se encontra a Candidatura do Centro Histórico a Património da Humanidade da UNESCO? -----

E se acha ou não que esta intervenção pode inviabilizar esta candidatura? -----

Era só. Obrigado. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção neste domínio? Não havendo, tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

---- TRINTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, eu não percebi porque é que era isto de um milhão de obras complementares? Eu tentei explicar, mas não fui claro. É só transferir o montante para o próximo ano não há aumento nenhum. Era o montante que vinha, mas já agora esclarecer uma coisa que é importante, e eu apesar de saber também que tenho alguma idade, felizmente, talvez por ser casado com uma Maria de Deus, tenho a memória muito fresquinha. Vamos lá esclarecer a questão do Mercado. Eu percebi onde queria chegar com o 2000 a 2002. Vamos lá ver: eu a única coisa que fiz foi contactar com grandes aplausos, inclusivamente do seu partido o Arquiteto Siza Vieira para fazer a recuperação do Mercado. Não fui eu o responsável pela saída do Mercado, o Mercado estava feito em 1989 e acabou em 90 o mercado atual, aquele que foi agora transferido, e, portanto, não é nada da minha responsabilidade, apenas dei ocupação a um espaço que estava abandonado por força da ocupação do Mercado 21 de agosto, foi apenas o que eu fiz. Deixe-me esclarecer não há problema nenhum, só quero esclarecer por uma razão simples, é que eu arco com as responsabilidades todas quando é da minha responsabilidade, mas defendo-me com unhas e dentes quando não é. Este é o mesmo problema de me quererem dizerem que fui eu também que levei o comboio. Quando a linha foi encerrada eu não estava na câmara ainda, é bom esclarecer isto para não andarmos a atirar pedradas, já agora, a quem não tem culpa. Portanto, não fui eu que encerrei o comboio, como não fui eu que decidi mudar o mercado. Mais, disse na altura, podem ver,

que se fosse da minha responsabilidade nunca o mercado teria saído dali. Achava que era um mercado simbólico e acho que tinha ligações afetivas ali e eu nunca o deixaria sair dali. Encontrei o mercado pronto, tive que fazer a mudança, foi o executivo do CDS que me antecedeu, portanto, encontrei o mercado pronto, a única coisa que eu fiz, foi dizer ao projetista e marcar-lhe a data de inauguração, porque não havia meio de sair, de abandonar o mercado, e eu percebi porquê. Pronto. Não fiz mais nada e depois com o mercado abandonado, com cenas que quem se lembra da altura, pouco edificantes naquele mercado, decidimos e bem, com o aplauso geral contratar um projetista de renome, não encontramos melhor do que o Arquiteto Siza Vieira. Depois, para mim foi alguma frustração o resultado final, tenho que o dizer, chamei o Arquiteto Siza Vieira, ainda lhe demos um jeito, porque quem se recorda, aquele piso era térreo, aliás, à semelhança de uma série de projetos que ele tinha feito. E recordo-me perfeitamente de um desabafo do Arquiteto Siza Vieira quando os viseenses lhe disseram, porque na primeira chuvada veio a lama para a Rua Formosa, e as pessoas atiraram-se a ele, primeiro à câmara, e ele disse uma coisa: então, estou farto de fazer projetos em Madrid, em Paris, toda a gente os quer com piso térreo e aqui os viseenses não querem piso térreo. Lembro-me perfeitamente, e conseguimos convencê-lo a pôr lá aquele pavimento que também não resultou muito bem, mas foi o que ele tolerou. Bem, isto em relação ao Mercado 2 de Maio, para não haver nenhuma confusão. Depois a alteração não é da minha responsabilidade, e deixem-me dizer francamente aquilo que eu disse e que não abandono nem um centímetro. Se eu estivesse na câmara não tinha tomado aquela decisão. Mais, se tivesse chegado à câmara e a encontrasse em termos de reversão também a tinha revertido. Cheguei à câmara e a única coisa que me resta é acelerar aquilo. E, também deixar aqui uma palavra porque também o tenho dito, e também ia a Fátima a pé se isso fosse possível: eu espero que o mercado seja no final uma surpresa. Espero! Não sei se será. Continuo a dizer que não o faria, mas pode acontecer como aconteceu já com algumas situações que conhecemos. A Torre Eiffel esteve para ser desmontada, e era também um montão de ferro, e acabou por ser aquela atração, não sabemos. Em Estrasburgo, quem conhece, tem a Praça do Homem de Ferro, também começou assim. Eu fico a rezar para que aquilo que eu não faria que seja um êxito, e pode ser que se torne nalguma atração. Não sei! Agora, o que está ao meu alcance, o que está ao nosso alcance é acabar a obra. É uma obra difícil, é uma obra complicada para projetistas, para quem fiscaliza, é uma obra nova, nunca se fez uma cobertura daquela dimensão com painéis fotovoltaicos, e, portanto, é uma aventura, mas, pronto, também a maior parte das coisas que às vezes têm interesse começam assim. Portanto, neste momento resta-nos é acabar a obra, requalificar o espaço e pô-lo ao serviço dos viseenses, depois vamos ver a atração que tem, mas é bom deixar este esclarecimento porque foi assim que de facto as coisas se passaram. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Há mais alguma intervenção nestes quatro pontos? Não havendo iríamos proceder à votação. – **PONTO QUATRO (4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EXECUÇÃO DE COBERTURA DO MERCADO 2 DE MAIO INCLUINDO OBRAS COMPLEMENTARES - COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O ANO DE 2023.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Por isso aprovado com um (1) voto contra e uma (1) abstenção. (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 377/378).* -----
PONTO CINCO (5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB1 N° 1 - ESCOLA DA RIBEIRA - COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O ANO DE 2023. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade. (Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 379/380).* -----
PONTO SEIS (6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REABILITAÇÃO DO BAIRRO MUNICIPAL DE VISEU - ESPAÇO PÚBLICO - LOTE 3 -

COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O ANO DE 2023. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* (Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 381/382). -----

PONTO SETE (7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REABILITAÇÃO DO BAIRRO MUNICIPAL DE VISEU (EDIFÍCIOS) - LOTE 2 - GRUPOS B E C - COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O ANO DE 2023. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* (Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 383/384). -----

Iriamos então passar para o PONTO OITO (8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROCESSO DE REVERSÃO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA - INÍCIO DO PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO E TRANSITÓRIO. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Também rapidamente para dizer que isto advém como sabem, da lei que prevê a reversão da União das Freguesias, o processo seguiu o seu trâmite normal e carece do último procedimento que é trazê-lo à Assembleia Municipal, e, portanto, é isso que foi feito. Recebemos a proposta na câmara, conferimos o processo, está todo em ordem, vem à Assembleia Municipal para que a Assembleia o último ato delibere sobre o mesmo. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Já pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita, e tem a palavra. -----

----- **TRINTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BOA ALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA MANUEL JORGE NUNES (PPD/PSD):** Ora então boa tarde a todos. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e a restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, todas e todos os Vereadores, os meus colegas Presidentes de Junta, restantes Membros da Assembleia, Comunicação Social, Trabalhadores desta Casa e Público. -----

No dia 25 de julho deste ano, foi aprovada por unanimidade em Assembleia de Freguesia a desagregação da atual união de freguesias que presido. -----

De acordo com a lei que prevê a reorganização do mapa administrativo, aprovada em 21 de dezembro de 2021, as freguesias podem desagregar-se nas mesmas condições em que foram agregadas em 2013. -----

Permitam-me que na qualidade de Presidente de Junta da União de Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita, reitere que a desagregação desta União é uma vontade manifestada pela população que nunca a aceitou e que tem lutado para que o executivo não deixe cair esta pretensão. -----

Quero também relembrar que esta “imposição” nunca foi bem vista desde o início, já que dela, resultou uma “super” freguesia com 35 quilómetros quadrados para ser gerida por apenas três pessoas que estão no executivo. No terreno, temos constatado que efetivamente cada parte beneficiaria substancialmente, onde as necessidades individuais seriam atendidas de forma claramente mais eficaz. -----

A desagregação tem de respeitar as condições em que as freguesias estavam agregadas anteriormente, “não podendo, em caso algum, dar origem a novas ou diferentes uniões de freguesias”. Assim, e decorrendo o projeto de reversão, apelamos ao aval que necessitamos favorável, em prol da vontade da população. -----

Muito obrigado! -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra a Presidente de Junta de Freguesia de Repeses e S. Salvador Márcia Lima. -----

----- **TRINTA E NOVE – A SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE**

REPESES E S. ALVADOR MÁRCIA SOFIA GOMES DE LIMA (PPD/PSD): Ora boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente de Câmara, Excelentíssimas Secretárias, Vereadoras e Vereadores, Caríssimos Colegas, Público em geral e Comunicação Social. -----

Pedi a palavra porque vou entregar neste Ponto da Ordem a minha intenção de voto por achar que este assunto em particular não deve ser, ou melhor, deve ser discutido entre nós, mas também deve ser utilizado o mecanismo que existe, que é a Lei Orgânica do Regime do Referendo e porque considero que este tipo de decisões tem que passar acima de tudo pela decisão do povo. São assuntos que em última análise têm implicações na vida de cada um de nós e, portanto... (sim é Lei do Referendo, é a essa que me estou a referir) por considerar que este mecanismo não foi, erradamente, utilizado no ano de 2013 aquando da aplicação da chamada “Lei Relvas” deveria ser a partir de agora, uma vez que há esta possibilidade da reversão destas agregações de freguesias, deveria ser utilizado. Portanto, o meu sentido de voto é a abstenção neste Ponto. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Obrigado Senhora Presidente. Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva. -----

----- **QUARENTA – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS)**: Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente permita-me que reitere os cumprimentos, e dizer que nós, o Partido Socialista neste ponto vai votar a favor porque somos coerentes connosco contrariamente ao que aconteceu em 2013 com a Lei Relvas, em que nesta mesma Assembleia, todos nos lembramos, aliás na altura era o Senhor Presidente o Presidente também dos Municípios e que não foi capaz de ... não teve a força política ou a vontade política para contestar esta Lei, e, portanto, na altura surgiu a Lei Relvas, com a desculpa da troika, eu sei que o Senhor Deputado Pedro Alves vai já aqui falar na troika, mas dizer que a agregação das freguesias não constava do plano da troika, só que, há época, portanto, o Primeiro Ministro de então foi para além daquilo que estava... das recomendações da troika, aliás, e também para lembrar aqui à pouco uma intervenção de uma Senhora Deputada de manhã que dizia enfim, que este Primeiro Ministro não acolhia os jovens, só tenho é que dizer Senhora Deputada que foi o Primeiro Ministro do PSD que mandou emigrar os jovens. -----

Bem, mas não é este assunto que eu estou aqui a falar, e, portanto, vou retomar aqui a questão da agregação das freguesias. E, relativamente à questão das freguesias, e relativamente a esta questão da proposta do processo de reversão da União das Freguesias, pois, reafirmar então aqui o nosso sentido de voto a favor porque em 2013 nós votámos contra a agregação das freguesias, e, portanto, sejamos coerentes, aliás, não fomos os únicos, também da Bancada do PSD ainda houve alguns votos contra, ainda havia mais só que entretanto houve necessidade de se interromperem os trabalhos para que fossem aqui feitos alguns acordos, não é, de última hora, e, portanto, mas o certo é que a lei passou, e agora votamos aqui a reversão desta lei. Portanto, o Partido Socialista vai votar a favor da reversão da lei, aliás, da lei não corrijo, da reversão da União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita, para ser mais precisa. -----
Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

----- **QUARENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD)**: Muito obrigado Senhor Presidente. Reiterar os cumprimentos, e agradecer à Deputada Lúcia Silva de lembrar a toda a gente de quem é a responsabilidade. Não fomos nós que inscrevemos no memorando da troika redução de um numero significativo de freguesias, aliás, foi um viseense, o José Junqueiro, que negociou essa parte e inscreveu no memorando da troika, inclusive ainda houve uma tentativa antes

disso, de inclusive acabar com as freguesias de cidade com menos de mil habitantes, uma proposta que andou a ser discutida pelo Partido Socialista, mas são sempre propostas técnicas, nunca são vontades políticas, por isso... -----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada agradecia silêncio. -----

- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves prossegue a sua intervenção dizendo: por isso da nossa parte, e a lei que depois foi obrigada a ser implementada por parte da troika previa que houvesse a cada 8 anos a revisão da mesma e a reapreciação, e que no caso de haver vontade das populações se manterem assim elas se manteriam, no caso de haver necessidade de haver alterações elas tinham que ser alteradas, e há casos que funcionam bem, há casos que não correram tão bem, e a vontade da população, se é esta, nomeadamente dos representantes da freguesia, neste caso o Senhor Presidente da Junta, de iniciar, reabrir este processo, o PSD está claramente a favor de que as populações manifestem as suas vontades. Não vamos impor a ninguém o modelo para fazer auscultação, os eleitos têm essa competência para o fazer. Se os eleitos entendem abrir o processo, cá estaremos nós também para dar seguimento aquilo que for a vontade das Assembleias de Freguesia nesta Assembleia Municipal. Foi sempre assim que o PSD reagiu perante as coisas, agora é bom que se tenha memória da razão de termos que proceder à reorganização do território. Que ninguém se esqueça, que às vezes as Senhoras e os Senhores Deputados esquecem-se que só tivemos esta necessidade de reorganizar o território porque houve uma intervenção externa por devaneio de gestão do erário público com um empréstimo internacional de 74 mil milhões de euros. Os senhores às vezes esquecem-se disso. Na altura em que se dizia que tinha que haver um ajustamento das pensões, hoje o corte proposto pelo Partido Socialista e pelo Governo é de mil milhões o corte das pensões. Onde é que estão os senhores agora e que antes era um crime de lesa-pátria? Por isso, vamos lá ver se têm um bocadinho mais de cuidado quando começamos aqui a tentar fazer acusações às pessoas do que está a acontecer ou do que aconteceu, este é um processo que está enquadrado com a lei independentemente do que aconteceu em 2013. Por isso, a Senhora Deputada não dá lições a ninguém do PSD relativamente à forma de estar ou de gerir o território. Quanto a este assunto em concreto volto a dizer, vamos votar a favor e acompanhar, e eu espero bem é que o Governo não crie as limitações para que algumas não revertam, porque agora também vamos ver se a vontade do Governo é efetivamente reverter ou se é condicionar a vontade das populações, e aqui também cá estamos para fazer a nossa apreciação. -----
Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção neste domínio? Não havendo dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- QUARENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Obrigado Senhor Presidente. Prometo ser breve, mas tenho que fazer duas considerações. -----

A primeira é que de facto a Senhora Presidente da Junta de Repeses e S. Salvador não tem a compreensão do seu partido para a sua abstenção. O partido vai votar a favor e bem desta posição, foi pelo menos aqui anunciado. Agora, dizer à Senhora Deputada Lúcia Silva que, palavra de honra, cada vez que a ouço, a Senhora Deputada vai-me perdoar lembro-me sempre de um anúncio que havia do queijo limiano que era assim: nós estamos a falar e não sei o quê... e ele dizia o queijo limiano, a distância de Lisboa a Paris... o queijo limiano. Nós podemos estar a falar de uma coisa qualquer a Senhora Deputada tem sempre o coiso de dizer: não teve força, não teve... -----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: ... é comigo. Desculpe lá, espere, mas é comigo, é comigo, é comigo... -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia silêncio. -----

- O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo: Ó Senhora Deputada eu ouvi-a e também me custa, mas pronto, mas pronto, mas também há uma coisa que pelo menos podemos fazer não é, nós podemos pelo menos fazer uma coisa. Olhe que nós não temos a obrigação de ser os melhores, mas temos o dever de ser todos bons, e a senhora não é a melhor e às vezes não é boa. Não, mas tenho que lhe dizer isto, porque de facto, a senhora interrompe-nos constantemente, a gente ouvi-a ali e também nos custa. Ouvi-a ali constantemente com algumas coisas que eu considero perfeitamente descontextualizadas, e a gente ouvi-a com paciência, mas mal a gente acaba de falar a senhora tem logo a possibilidade de interromper para perturbar. Eu já passei essa idade Senhora Deputada! Portanto, não me perturbe. Eu vou-lhe dizer aquilo que penso: é mesmo a posição do queijo limiano, seja o que for que a gente esteja a falar a senhora fala sempre da mesma coisa. O não sei quantos mais... o Presidente não teve força. Não tive força de quê? Se houve alguém com coragem foi este Presidente. Sabe o que é que ele disse na altura em 2013? Que era contra a redução das freguesias. Pode ler isso em todo o lado, e mais, e sabe porque é que eu disse que era contra? Quando cheguei à camara tinha 33 freguesias, quando saí, por minha ação, tinha 34 freguesias, de onde aquela senhora é Presidente. Fui eu que a criei e, portanto, não era comigo que alguma vez havia reduções de freguesias. A senhora está a rir por eu dizer que fui eu que a criei? Fui eu que propus a criação. Portanto, nunca era eu que propunha redução de freguesias. Nunca! Olhe, e mais, até por uma questão de carinho nunca promovia a redução da minha aldeia, da minha freguesia, e, portanto, não me venha dizer que fomos incoerentes. Eu não fui? Portanto, tive a frontalidade de ser contra, depois fui embora, já não foi comigo. Agora sim, eu assisti foi à dificuldade que os senhores e a senhora tinha na Assembleia da República com este processo da reversão. Eu não me esqueço, ele tem aqui 21 de dezembro por alguma coisa foi. Eu era Presidente dessa Comissão, andaram a arrastar os pés para não produzir efeito naquelas eleições. Foram os senhores que andaram a arrastar os pés, é bom saber isso, e, portanto, vale a pena falar claro, vale a pena falar claro porque assim entendemo-nos. E, portanto, deixe-me dizer-lhe que eu acho muito importante que as populações digam agora porque têm substrato legal para dizerem do seu futuro. A lei está perfeitamente clara. Se querem pedir reversão, falta o último ato da Assembleia Municipal e fizeram muito bem em o trazer aqui e a Assembleia que decida. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Então íamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com cinco (5) abstenções*. (Anexo 8 – Registo nominal das votações, páginas 385/386). -----

Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta da Freguesias de Coutos. -----

----- QUARENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE COUTOS DE VISEU FERNANDO MANUEL LEITÃO DE ALMEIDA (PPD/PSD): Novamente Senhor Presidente da Mesa os meus cumprimentos, às Senhoras Secretárias, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, às Senhoras Vereadoras e a toda a Assembleia. Venho aqui fazer uma Declaração de Voto relativamente à minha abstenção. Eu pessoalmente, em meu nome pessoal sou a favor da União de Freguesias. Sou a favor da agregação. Em termos gerais sou a favor da agregação. Manifestei-o na altura em 2013 e estou a manifestá-lo novamente agora. Não concordei com o processo de Agregação. Não foi atempado, não foi o mais correto eventualmente, alguns erros se cometeram, mas eu sou a favor. Portanto, custa-me muito agora votar a favor de uma “Agregação” novamente quando no princípio, em tese eu sou a favor da “Desagregação”. Nada tenho contra as

populações da Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita, acho muito bem, entendem que é este o caminho que devem seguir, que é a melhor forma de defenderem o seu território, fazem muito bem. Fizeram muito bem, trouxeram aqui a proposta, e quem achar que deve votar a favor deve fazê-lo, quem achar que se deve abster, como eu o fiz, deve fazê-lo também e quem achar que deve votar contra deve fazê-lo. Todas as opiniões deverão ser respeitadas. Há pessoas que são contra, o Senhor Presidente da Câmara sempre o disse também, mantém aquilo que sempre disse, que era contra, e muito bem, continua a ser inteiramente de acordo. Eu sou a favor! Discordei do processo, mas também não posso concordar agora com a lei que saiu agora, e aí concordo com o Senhor Presidente. Isto foi mesmo, mesmo feito de maneira a não provocar danos eleitorais, e acho que é só mais isso, e agora querem tirar alguns dividendos disso. Portanto, por esta verdade eu vou-me abster, não contra ninguém, não a favor de ninguém, é apenas por uma convicção pessoal que tenho. -----

Obrigado. -----

A intervenção do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Coutos de Viseu suscitou algumas dúvidas ao Plenário, não sendo perceptíveis na gravação os esclarecimentos suscitados.

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coutos de Viseu retomou a palavra para um cabal esclarecimento dizendo: ... Não, não. O que eu disse, e peço desculpa por não ser claro, porventura o erro foi meu. Eu sou a favor da agregação das freguesias! De uma forma geral eu sou a favor! Fui contra o processo, contra o procedimento, a forma como foi e o tempo em que foi feito, contra isso sou. -----

Portanto, se eu sou a favor da agregação não posso estar agora a favor de uma desagregação. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Íamos então passar ao PONTO NOVE (9) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MEDIDAS DE COMBATE À SECA HIDROLÓGICA - TÉRMINUS DO DESCONTO NO TARIFÁRIO DE ÁGUA E SANEAMENTO - SMAS VISEU. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- QUARENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, mercê de um contexto que é de todos conhecido e num contexto de seca severa que estamos a vivenciar, e, de facto, indo ao encontro dos mais recentes objetivos e recomendações que foram emanadas publicamente pelo Senhor Ministro, através dos órgãos de comunicação, o Conselho de Administração pretende antecipar o término do desconto que foi implementado em termos da pandemia. Terminaria no próximo mês e, portanto, achamos que havia aqui uma incongruência não antecipar exatamente naquilo que foi a solicitação de um Ministro de aumentar os preços. Ora, pedindo para aumentar os preços, não fazia nenhum sentido que tivéssemos ainda uma parte, e ainda com o término à vista, que fosse reduzido, e, portanto, a proposta é nesse sentido, é apenas antecipar a redução de uma coisa que ia ocorrer no próximo mês. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Há alguma intervenção. Tem a palavra a Deputada Paula Dias. -----

----- QUARENTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA PAULA CRISTINA SANTOS DIAS (PS): Boa tarde a todos. Antes de mais dirijo os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa, às Senhoras Secretárias, ao Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, Senhores Presidentes de Junta e Senhora Presidente de Junta, e os demais presentes na sala. ----- Este tema já foi aqui debatido, até manifestada a posição por parte da Senhora Deputada Lúcia, não obstante, entendi que o momento oportuno para o Partido Socialista se pronunciar acerca deste tema, deveria ser no momento da sua votação. -----

E, no que a este ponto diz respeito, o Grupo Municipal do Partido Socialista não poderia deixar de se pronunciar e colocar inclusivamente algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente, qual a fundamentação que esteve na base do término do desconto

do tarifário na água e saneamento, atendendo a que vivemos um período de clara crise económica e enormes dificuldades a esse nível, sentidas pelas famílias Viseenses, designadamente naquilo que são as necessidades basilares e essenciais. -----
Estamos, é facto, perante uma dicotomia: a prevenção e mitigação dos efeitos da seca hidrológica em Portugal, a mais grave deste século e a fragilização notória das economias familiares com o aumento generalizado do custo de vida. -----
E, o Governo, perante tais realidades calamitosas, viu-se obrigado a ter que adotar medidas, quer num campo, quer no outro. -----
Destaca-se a referente ao *“aumento da tarifa para os grandes utilizadores domésticos durante o período de seca - Recomendação de grande consumidor: a partir do 3.º escalão, 15 m3 ou mais”* – estamos plenamente convictos que o que se pretendeu com tal recomendação não foi, de todo, adotar a medida que o Município ora pretende e que aqui enquadra. -----
E isto porque, a realidade espelha-nos, e também já foi aqui dito, que a generalidade das famílias, como é consabido, não atinge consumos desta dimensão, pois que o consumo médio anda à volta dos 10 m3. -----
Aliás, a recomendação vai no sentido de impor tal limitação aos grandes utilizadores, pelo que não podemos concordar com esta medida que de consciencialização e sensibilização nada tem, pelo contrário, acarreta, isso sim, maiores dificuldades para as famílias que se veem a braços, atualmente e num futuro que se auspícia, infelizmente longo, com aumentos de custos energéticos, inflação, taxas de juros, aumento generalizado do custo de vida, tudo com impacto naquilo que são os bens elementares e essenciais para uma vida com dignidade. O Grupo Municipal do Partido Socialista entende, ao invés, que tal medida deveria era prolongar-se para fazer face a todos estes condicionalismos económicos e sociais com que a população se depara, pois, que não é com a eliminação de um desconto em tal tarifa que os Viseenses vão diminuir o seu consumo e se promoverá a poupança da água. O consumo já se reconduzia ao necessário, atendendo ao seu respetivo custo, elevado para as famílias em geral, e mais uma vez, ao período vivenciado nos últimos anos. -----
Esta medida mais não é do que potenciadora do aumento da fragilização da economia familiar, já debilitada e enfraquecida por todas as razões que conhecemos e que sentimos (e, aliás, que, por via dessa realidade, também o Governo já lançou medidas de apoio), pelo que deveria era prolongar-se para além de 2022 e não antecipar o seu fim que se encontrava previsto para dezembro. E, que não se tente inculir aqui a ideia, que é o que claramente se pretende, de que se trata de uma recomendação governamental, pois que, reitera-se, a recomendação é clara e inequívoca, direcionada, e bem, para os grandes consumidores que não se confundem com o consumidor familiar doméstico. Aliás, o Senhor Presidente já tinha referido que se tratava de uma percentagem muito pequena e atendendo ao período que vivenciamos mais uma razão para a prolongar. A realidade que vivemos, e a realidade que vamos viver futuramente, porque sabemos que a crise económica, a pandemia não acabou e a crise económica está ainda para vir. -----
Por tais razões, a posição do Grupo Municipal do Partido Socialista vai no sentido de se manifestar e votar contra esta medida do término do desconto do tarifário da água e saneamento. -----
Mas, não podemos deixar também de nos pronunciar acerca do encerramento das Piscinas Municipais de Viseu por tempo indeterminado. Inculida como uma medida de poupança, ficou esquecida a quantidade de Viseenses que as utilizavam, não para atividades supérfluas e de lazer, mas, por motivos de saúde – seja física e até mental – veja-se a utilização das mesmas inserida na atividade física sénior e dos reformados – e na correlativa promoção da saúde pública que é, assim, ignorada. -----
Mas mais: para além deste público-alvo, temos os jovens atletas, inseridos no desporto aquático, que se vêm bloqueados de desenvolver o seu treino e a sua atividade e,

consequentemente, limitados na participação, com a forma e preparação física que se lhes exige, nas respetivas provas e aceder aos resultados que muito nos honrariam, enquanto Viseenses. -----

Os atletas que competem a nível nacional (entre os quais temos também atletas inseridos na Seleção Nacional), estão limitados a treinar a partir das 20.15h nas piscinas do Palácio do Gelo – horário este, para além do mais, completamente incompatível com o alcance de uma boa performance e bons resultados. -----

Já para não falarmos do impacto na rotina e da afetação inevitável dos horários de refeições e de descanso, imprescindíveis à saúde e bem-estar, quer dos utilizadores, quer das famílias de suporte, quer dos próprios técnicos. -----

Os infantis treinam uma hora e meia por dia e os juvenis/seniores duas horas e meia. Basta isto para que se alcance a dedicação, empenho e sacrifício destes jovens, muitos deles a deslocarem-se propositadamente todos os dias de outros concelhos para competir. -----

Por que não se optou por interditar os banhos? Essa, sim, poderia ser uma medida para a poupança de água. -----

Limitámos, de forma conscienciosa, a vida e o progresso destes munícipes? -----

Por fim, o Governo recomendou também aos municípios que aplicassem medidas de “suspensão temporária dos usos não essenciais de água da rede, designadamente lavagem de ruas, logradouros e contentores, rega de jardins e espaços verdes, novos enchimentos de piscinas, fontes decorativas e atividades com grande consumo de água”, as quais foram levadas a cabo pelo Município e com as quais se concorda em absoluto. -----

Importa, no entanto, embora o Senhor Presidente da Câmara também creio que já se pronunciou acerca deste tema e corrija-me se estiver errada, no que concerne às regas de jardins e espaços verdes, se a Câmara Municipal de Viseu está a utilizar a água da ETAR Sul para esse efeito, na sequência de ter afirmado, em agosto, ter-se iniciado um processo entre o Município e a Águas de Viseu, com vista ao reaproveitamento dessas mesmas águas com tal objetivo. -----

Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Mais algum Senhor Deputado quer intervir? Não havendo mais nenhum pedido de intervenção tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **QUARENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Eu tinha aqui umas notas dos assuntos que eu adivinhava que vinham aqui, e talvez por alguma prática tinha cá este e fiz logo uma resposta para Senhora Deputada. Sabia que este assunto vinha cá. Eu já vos conheço. É assim, lembro-me perfeitamente, quem é que não se lembra, aqui há uns anos houve uma manifestação à porta do Ministro da Agricultura do seu partido. Bem, o que ele fez, foi sair do gabinete e juntou-se à manifestação contra ele. Os senhores aproveitam tudo e mais um par de botas para trazer aqui, e de uma incongruência, eu não sei o que é que faz, mas é de uma incongruência impressionante. Eu vou-lhe ler Senhora Deputada, eu vou-lhe ler, olhe, é um ofício de 26/08, 26 de agosto de 2022, é da ERSAR, que já os senhores trouxeram aqui muita vez, e diz assim: a ERSAR considera que os tarifários em vigor em muitos municípios devem ser repensados e direcionados para garantir melhores desempenhos ao nível da sustentabilidade e gestão de serviços de eficiência e utilização de recursos ambientais. E depois diz assim: tendo este cenário em mente, e sob o signo da urgência que a atual situação potencia de indisponibilidade de água para consumo humano reclama-se: sublinha-se a possibilidade nalguns casos, mesmo a necessidade imperiosa dos municípios responderem ao tarifário em vigor através do seu aumento extraordinário. Isto veio da ERSAR! Mas a senhora não sabe e vem aqui dizer, o Governo até disse... o Governo disse isto, como lhe competia, portanto, não venha dizer que o Governo disse para não fazer e que nós é que quisemos fazer. O

Governo aconselhou-nos a isto aliás, o Senhor Ministro que veio aqui de uma forma elegante, não contrariou isto. Disse exatamente isso. O Governo aconselhou-nos a fazer isto, e foi o que fizemos. Agora, eu sabia que vinha cá com a piscinas e por isso escrevi isto. Olhe, seguimos a orientação do Governo, (não o escrevi agora), seguimos a orientação do Governo e logo que caíram as primeiras chuvas determinámos a sua abertura. A primeira preocupação quando caíram as primeiras chuvas foi dizer: abram as piscinas! Tínhamos a obrigação e o discernimento de saber que era um equipamento extremamente importante. Mas depois, vou-lhe dizer porque uso sempre a frontalidade, a câmara mesmo percebendo o desabafo dos pais, não se sente minimamente responsável pela situação criada, aliás, há em tudo um paralelo com aquilo que se passou com o futebol quando foram jogar a Aveiro, isto para dizer o seguinte: deixe-me dizer-lhe, nós temos todo o gosto em pôr ao serviço da população o nosso equipamento. Não somos responsáveis por aquilo que cada clube em cada ocasião determina, era o que faltava. Então, se o clube “A” dissesse que queria ter Pólo a câmara era obrigada a ter logo um campo de Pólo? Já fazemos pouco? É a comunidade que paga. A comunidade paga para as pessoas treinarem, então e agora, há mais pequena coisa ainda se responsabiliza a comunidade? Não, não, agora têm que arranjar transporte para levá-los a Lisboa. Era isso? Então, fechámos as piscinas e dissemos às pessoas, arranjem rapidamente e num período curto uma alternativa até abrirem as piscinas. Isto não é normal, isto são equipamentos de todos nós, não são equipamentos do clube “A” ou do clube “B”. Deixe-me dizer-lhe, estou mais preocupado com a Atividade Sénior que vai abrir no fim do mês, essa sim que é da nossa responsabilidade. Agora era o que faltava que nós tivéssemos responsabilidade. Já não fazemos pouco, e é a comunidade que paga. Nós gostamos muito de evidenciar os feitos dos nossos atletas, venham eles do Académico, venham de onde vierem, mas não nos podem responsabilizar é pelas insuficiências que têm. Então a câmara tem o Estádio do Fontelo, por algum motivo entra em obras, têm que ir jogar a Aveiro e somos nós os responsáveis? Era o que faltava! Era o que faltava! Mas, era o que faltava mesmo. É preciso ter esta frontalidade. Tivemos que fechar as piscinas, podia ser por outra razão, podia ser por desabar o teto. Então se desabasse o teto da piscina o que é que a gente fazia? Dizia às pessoas que não podiam lá ir ...-----

Uma Senhora Deputada intervém do seu lugar, não sendo perceptível na gravação o que foi dito.

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: ... mas mistura, Porque desta vez foi o Senhor Ministro que disse assim: nem sequer encher as piscinas. Quer ver o despacho? Então? Foi o Senhor Ministro que disse, e, nós que tínhamos as piscinas em manutenção, achámos até para responder favoravelmente ao Senhor Ministro que devíamos prolongar isto. Fizemos mal? Por amor de Deus. Mas, eu sabia, mal li o artigo, lá vem o pessoal do Partido Socialista com esta. Olhe, não sabia que era uma cara tão bonita, mas acertei em cheio. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Não há mais nenhuma questão? Íamos então proceder à votação do PONTO NOVE (9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MEDIDAS DE COMBATE À SECA HIDROLÓGICA - TÉRMINUS DO DESCONTO NO TARIFÁRIO DE ÁGUA E SANEAMENTO - SMAS VISEU. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, foi aprovado com treze (13) votos contra. (Anexo 9 – Registo nominal das votações, páginas 387/388). -----

Iriamos passar então ao PONTO DEZ (10) PROPOSTA DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DE DIVERSOS PROJETOS DE INVESTIMENTO - MUNICIPIO DE VISEU / CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA - ALARGAMENTO DO PRAZO DE UTILIZAÇÃO - CONHECIMENTO. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. É para conhecimento, não tem votação. -----

----- QUARENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: É apenas para

conhecimento Senhor Presidente ia dizer isso mesmo. -----

- O Senhor Presidente da Mesa Intervém dizendo: Senhor Presidente da Câmara tem a palavra. -----

- O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo: Eu ia dizer mesmo que é para conhecimento. Isto só cá está para conhecimento, portanto, não tenho nada a acrescentar ao que está aqui. (Anexo 10 – Registo nominal das votações, páginas 389/390).

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: O PONTO ONZE (11) APLICAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO EM VISEU - CONHECIMENTO. É também para conhecimento. Se o Senhor Presidente às vezes... não? Pronto. (Anexo 11 – Registo nominal das votações, páginas 391/392). -----

Iriamos então ao PONTO DOZE (12) que tem a ver com: foi detetado um lapso de escrita que tem a ver com a Sessão de 26 de abril, por isso, é uma RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA. -----

Por isso, APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS, nos termos do disposto no artº 174º do Código de Procedimento Administrativo, relativa à proposta inscrita na ordem de trabalhos, como Ponto Número Nove (9), da sessão ordinária realizada no dia 26 de abril de 2022 - DELIMITAÇÃO DA ARU – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BOA ALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA - VILA CHÃ DO MONTE, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação. -----

Alguém quer intervir sobre este Ponto. Foi enviado também para todos o motivo e inclusivamente solicitámos parecer jurídico à Câmara Municipal. Alguém quer intervir? Não havendo nenhum pedido de intervenção iremos então votar a proposta. -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, aprovado por unanimidade. (Anexo 12 – Registo nominal das votações, páginas 393/394). -----

Agora temos aqui duas situações. Temos aqui um pedido, gostaríamos de dar duas informações e esperávamos da vossa parte uma situação a Mesa entendeu que estando em apreciação o processo de alteração do Plano Diretor Municipal, que entendemos que é um instrumento fundamental para a gestão e planeamento do território, e que era importante também nós ouvirmos os técnicos nesta fase de discussão pública, independentemente da discussão política que iremos ter depois mais tarde após essa discussão pública, e por isso solicitámos ao Senhor Presidente da Câmara se era possível o agendamento de uma reunião para os Membros da Assembleia, certamente que é uma reunião voluntária, não é nenhuma Sessão da Assembleia, é uma reunião voluntária para todos os Membros da Assembleia que queiram estar presentes, e se era possível haver nesta fase de discussão pública também uma reunião de explicação que tem havido também já nas freguesias e para os cidadãos esta explicação técnica. Enviámos isto ao Senhor Presidente da Câmara que enviou para os serviços e que anuíram nesta reunião e por isso irá ser oficiado para todos, mas, seria no dia 3 de outubro pelas 18 e 30 aqui na Assembleia. Por isso, quem quiser, é uma reunião voluntária como é óbvio, estão todos convidados, irão receber para o dia 3 de outubro às 18 e 30 a apresentação nesta fase de discussão pública do PDM. -----

Outra situação, houve aqui... era esta retificação, até para às vezes não haver nenhum problema na celeridade, foi-nos enviado no procedimento de Boa Aldeia e da “União das Freguesias que demos conta, já aqui temos um pedido de retificação e vinha freguesias de “Boaaldeia” (tudo junto), ora como isto tem a ver com o Diário da República e podia ser complexo, já temos aqui uma situação para retificação, e por isso, se virem na Ordem de Trabalhos está de acordo com o envio da parte da câmara e vinha a votação União das Freguesias de” Boaaldeia” junta, vinha a palavra “Boaaldeia” junta. Boa Aldeia é separada.



Se virem, na Ordem de Trabalhos saiu assim, mas temos que fazer esta retificação. Se não houver nenhum ... é mesmo União de Freguesias de Boa Aldeia separado. Isto é para às vezes não haver nenhum problema em termos do processo futuro para a União das Freguesias. Se todos tivessem de acordo nós faríamos esta proposta e ficava já neste aspeto retificado, e ficava em Ata já esta retificação. Por isso, era a retificação de União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita, Boa Aldeia separado. Era isto porque o processo que nos foi enviado vinha com “Boaaldeia” junto, e por isso agora temos que fazer esta retificação. Alguém tem alguma coisa a dizer sobre isto? Nós faríamos a proposta: quem vota contra? Em termos de retificação já administrativa disto não é, para não virmos cá mais tarde, já que tivemos que cá vir agora. Quem vota contra? Quem se abstém? *Por isso, aprovada por unanimidade esta mera retificação.* Em relação ao Público, não temos nenhuma inscrição e por isso, terminámos a Sessão com um agradecimento a todos e agradecendo a colaboração. -----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de 23 de setembro de dois mil e vinte e dois quando eram quinze horas e cinquenta e cinco minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 34 páginas anexas, que vai ser assinada por mim, _____, Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)

**ANEXO 1****INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU À
ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 23 DE SETEMBRO DE 2022**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmos. Senhores Deputados,

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do Município de Viseu, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.

Esta assembleia decorre poucos dias após as comemorações do Feriado Municipal de Viseu e após o término da nossa Feira de S. Mateus.

Foi para mim uma subida honra, depois de um interregno de 9 anos, voltar a ser anfitrião, logo nesta especialíssima edição da Feira de S. Mateus.

Uma Feira que retomou o seu figurino habitual, que a crise pandémica interrompeu. A mais longa edição de sempre, uma edição de 49 dias, que pode contar a presidir à sua abertura o mais alto Magistrado da Nação, O Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

**ANEXO 1**

Foi, mais uma vez, uma Feira de reencontros familiares, uma Feira de amizade e uma Feira de oportunidades para a economia local.

Reforçámos a centralidade de Viseu e contribuímos, mais uma vez, para a afirmação da Guardiã das Feiras Populares.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Esta Assembleia decorre, também, após o encontro nacional de autarcas, que a ANMP realiza no dia 17 de setembro, em Viseu, evento dedicado a eleitos locais dos municípios (Presidentes de Câmara, de Assembleia Municipal e Vereadores).

Um evento que temos a honra de receber em Viseu e que, para mim, que dirigi essa Associação Nacional cerca de 12 anos, me dá uma particular satisfação que decorra em Viseu.

Ainda para mais que, como tenho vindo a referir, tenho a certeza que o Poder Local, a par da Liberdade, é uma das maiores conquistas do 25 de abril, e a Associação Nacional de Municípios é um órgão de afirmação dessa conquista.

**ANEXO 1**

Foi, com o Poder Local, que pudemos disseminar investimento pelo território, que o pudemos desenvolver.

É o Poder Local que tantas vezes se substitui ao Estado Central na justa distribuição da riqueza e no fomento da coesão territorial.

Este encontro de autarcas em Viseu incide sobre a gestão e financiamento das autarquias e sobre a descentralização das competências.

Dois temas de capital importância para as Autarquias Locais e de especial interesse para o Desenvolvimento do País.

Defenderemos o princípio da subsidiariedade tendo sempre presente que a governação dos interesses comuns é melhor alcançada quando aproximamos a Administração dos administrados. Mas, defenderemos também a necessidade de adequar recursos às competências e às atribuições.

Exmo. Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Ainda sobre o tema do Poder Local, saiu um estudo da OCDE sobre a confiança nas instituições.

Nesse estudo há duas realidades claras que convém reforçar.



ANEXO 1



A primeira, que os cidadãos confiam muito mais nos autarcas de proximidade que nos Governos Nacionais.

A “Câmara Municipal” vem logo a seguir à Polícia no que se refere a confiança dos cidadãos.

Só muito mais abaixo aparecem os tribunais, os Governos e os Partidos. Este estudo vem reforçar a necessidade de que as autarquias e os “governos regionais” possam afirmar-se e continuar a desenvolver o território. Temos que insistir para que as decisões de maior relevo possam ser participadas por aqueles em que os cidadãos mais confiam.

Exmo. Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Uma das principais prioridades da Região é, sem dúvida, o abastecimento de água. A Construção de uma solução para a Barragem de Fagilde é uma das competências a que o Estado tem que dar seguimento.

Esta semana, estive em Viseu o Senhor Ministro do Ambiente onde pudemos debater vários temas de interesse comum, de entre os quais destaco obviamente a necessidade que temos de zelar pela quantidade, qualidade e disponibilidade de água para as populações.

E, esses objetivos em territórios como o nosso passam pelo seu represamento nos períodos de maior abundância para a

**ANEXO 1**

disponibilização em períodos de menos abundância como o que vivemos este Verão.

No seguimento de algumas recomendações do senhor Ministro do Ambiente, tomámos medidas efetivas porque temos plena consciência da importância deste tema para a Região.

Tem sido um Verão de particular dificuldade no que se refere a recursos hídricos, tendo tido necessidade de reforçar o apelo do dever cívico e ambiental de todos, para a poupança no consumo de água e à eliminação de todos os gastos que não sejam essenciais, evitando todo o tipo de desperdícios.

Tomámos ainda outras medidas como o encerramento temporário de Piscinas, o desligar de Fontes ornamentais, a suspensão de regas e lavagens entre outras como a redução das pressões e caudais nas redes de distribuição ou a redução significativa da rega, com água da rede pública, de espaços verdes públicos.

Pude de viva voz dizer ao senhor Ministro que contamos com o Estado Central para criar soluções de represamento de água na Região para conseguirmos enfrentar os períodos de Estio mais rigorosos.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

**ANEXO 1**

No âmbito da Comunidade Intermunicipal pode ainda dar continuidade à defesa de dois dos investimentos mais determinantes e estruturantes de todo o território. O IP3 e o Centro de Radioterapia.

No tema do IP3 defendo a necessidade de um novo troço no IP3 para contornar Livraria do Mondego. Uma solução que, ao contrário do que tentaram propalar não atrasa em nada o projeto que está em curso.

O que propus é que o Governo faça um traçado alternativo ao IP3 entre a Penacova (Livraria do Mondego) e o nó de Santa Comba Dão para que a duplicação desta estrada que liga Viseu a Coimbra fique com quatro vias de rodagem na sua totalidade e, desta forma, com o perfil de autoestrada em toda a sua extensão. É imperativo que se estude esta solução, uma vez que na zona da Livraria, dada a orografia do terreno, não é possível a duplicação.

O que defendemos é um traçado do IP3 com um perfil de duas faixas de rodagem, cada uma com, pelo menos, duas vias, em toda a sua extensão desde o IC2 até Viseu. Com este novo troço criado de raiz evitam-se os constrangimentos na passagem pela Livraria do Mondego e resolve o ponto de segurança mais negro na zona da Ponte do Dão.

Reitero o que já disse. É uma solução necessária que em nada atrasa o projeto que está em curso.



ANEXO 1



Noutro dos temas, ainda com a anterior Ministra da Saúde, Marta Temido, fizemos uma reunião com o intuito de ser feito um ponto de situação do projeto de construção do centro de ambulatório e radioterapia, bem como, do investimento na área da saúde mental /psiquiatria no Centro Hospitalar Tondela/Viseu, tendo participado na mesma o Senhor Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, a Senhora Presidente da ARS do Centro, Rosa Reis Marques, o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela|Viseu, Nuno Duarte, e a Senhora Diretora Executiva do ACES Dão Lafões, Rita Figueiredo.

Solicitei ao Ministério, informações relativamente á data prevista para o arranque das obras da unidade de radioterapia, se o financiamento das mesmas se encontrava assegurado na totalidade, qual seria o modelo de afiliação, bem como se estava garantida a afetação dos recursos humanos necessários ao bom funcionamento da referida unidade.

Fui informado que, através de uma candidatura já efetuada ao Portugal 2020, já estava assegurado o financiamento comunitário, referente à componente de obra, todavia, ainda, faltava assegurar o financiamento da componente relacionada com os equipamentos, tendo, a este propósito, manifestado a disponibilidade de colaboração no sentido de, em sede de negociação do processo de contratualização a desenvolver-se entre a CIM Viseu Dão Lafões e a Autoridade de Gestão do PO Centro 2030, ser garantido o financiamento da componente dos equipamentos como aliás já tinha acontecido no Portugal 2020, quando foi efetuado o



ANEXO 1



mapeamento da requalificação dos serviços de urgência do Centro Hospitalar Tondela|Viseu.

No tocante ao investimento na área da saúde mental /psiquiatria, solicitei ao Ministério, um ponto de situação sobre os mesmos, nomeadamente, ponto de situação do projeto, cronograma de lançamento do concurso e prazo para a execução das obras, tendo a, à data, Ministra da Saúde, Marta Temido, informado que o financiamento do referido investimento se encontrava assegurado pelo PRR, sendo que o mesmo, ainda, não se encontrava adjudicado, contudo era certo que o investimento teria que estar concretizado até dezembro de 2023 e que tudo iria ser feito para que esse prazo fosse cumprido.

A, à data, Ministra da Saúde salientou que relativamente à evolução destes dois projetos, nomeadamente, lançamento dos procedimentos concursais, adjudicações e prazos de execução, o Senhor Presidente da CIM Viseu Dão Lafões seria o interlocutor, sendo informado, em primeira mão, de todos os seus desenvolvimentos.

Salienta-se, pois a importância desta reunião, saudando-se a forma aberta, cordial e colaborativa, o que vem reforçar a sintonia nos objetivos entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Ministério da Saúde e que por certo resultará em melhores cuidados de saúde para todos os cidadãos de Viseu Dão Lafões.

**ANEXO 1**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Em jeito de nota final referir que, a Avenida da Europa recebeu, dia 8 de agosto, o final da 4ª etapa da 83ª Volta a Portugal em Bicicleta.

É um dos eventos mais importantes do Desporto Nacional e Viseu, mais uma vez esteve em destaque.

Para além da etapa da volta, as atividades do dia de descanso contemplaram um evento de cicloturismo, a 15ª Etapa da Volta Brisa/RTP, voltando a receber centenas de ciclistas.

Com 70 quilómetros de extensão, a edição deste ano atravessou vários pontos emblemáticos do concelho de Viseu, proporcionando uma experiência semelhante à que os ciclistas profissionais atravessam nas etapas da maior prova de ciclismo a nível nacional.

Dar ainda nota que em 2023 teremos em Viseu o início da Volta a Portugal.

E, aproveitando este mote, anunciámos no dia 8 de agosto que Viseu vai ser uma das 60 cidades candidatas, e a única portuguesa, a Cidade Europeia do Desporto, em 2024.

**ANEXO 1**

Esta candidatura pretende valorizar e fomentar a prática desportiva no nosso concelho, tornando-o mais acessível e inclusivo a todos, assim como trazer à cidade um conjunto de atividades diárias, amadoras e profissionais, relacionadas com a promoção e dinamização da atividade física.

A melhoria de algumas estruturas desportivas do Município de Viseu é também um dos objetivos desta candidatura, criando novas oportunidades de potencialização e profissionalização de talento desportivo local.

Em 2024, ano em que nos candidatámos a Cidade Europeia do Desporto teremos a etapa final da Volta a Portugal.

Viseu é uma das marcas indeléveis da Volta a Portugal e do Desporto Nacional.

Para concluir,

Senhor Presidente

e

Senhores Deputados

Deixamos à consideração de V. Ex.^{as}, através das 31 folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº1 e nº4 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:



ANEXO 1



- situação financeira, saldo atual e o estado das dívidas a fornecedores;
- informação sobre as entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;
- recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado, com vista ao acompanhamento legalmente previsto.



ANEXO 1



SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU EM 16/SETEMBRO/2022

	€		€
Saldo Inicial (orçamental)	18 154 519,10	Despesa Corrente	38 632 203,16
Receita Corrente	39 331 222,12	Despesa de Capital	12 088 176,81
Receita de Capital	4 268 237,00	Total das Despesas	50 720 379,97
Total das Receitas	43 599 459,12	Saldo Actual (orçamental)	11 033 598,25

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

SITUAÇÃO ACTUAL DAS DÍVIDAS - 16 de SETEMBRO de 2022

	€
Fornecedores	1 591 757,62
Outros devedores e credores	427 598,02
Total	2 019 355,64

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

OUTRAS ORIGENS DE FUNDOS - 16 de SETEMBRO de 2022

	€
Empréstimos/Financiamentos obtidos	10 991 135,76
Estado e outros entes públicos	-201 782,54
Total	10 789 353,22

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

REGISTO DAS VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana	X				
5	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Cajado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
11	PPD/PSD	Bruno Videira Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida					X
16	PPD/PSD	BARREROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BAGALDEIA, FARMINHÃO E TORREDETA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOISA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José Silva Pereira		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes	X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira	X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida					X
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS Fernando José Cardoso Rodrigues		X			

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou

aprovou por 42 votos a favor e 1 (um) voto cautivo

_Viseu, 23/09/2022

[Handwritten signatures]



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

REGISTO DAS VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélino Pereira Lourenço	X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes	X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X			
36	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes	X			
39	PS		Cellina Lourenço Martins Ferreira	X			
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque	X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha				X
42	PS		Paula Cristina Santos Dias	X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques	X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa	X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes	X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo	X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira	X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso	X			
49	PS	REFEZES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima	X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves	X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X		
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X			
Resultado			6	42	1	0	3

Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2022 - REVISÃO N.º 2
nos termos e para os efeitos do disposto

na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho na sua atual redação

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou

apreciar por 42 votos a favor e 1 (um) voto contrário

Viseu, 23/09/2022

[Assinaturas]

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>aprovada por unanimidade</u>					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria	b)	b)	b)	b)	b)
2	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD		Hélder Filipe dos Santos Viana	X				
5	PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
6	PPD/PSD		Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferrelra	X				
8	PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
11	PPD/PSD		Bruno Videira Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD		Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARRIBROS CEPÕES UF	João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDETA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferrelra		X			
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COITOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	José Silva Pereira		X			
26	PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLUDE	José Manuel Almeida Fernandes	X				
28	PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira	X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos		IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>apoiar por unanimidade</u> Viseu, 23/09/2022				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha				X	
42	PS		Paula Cristina Santos Dias		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X			
			Resultado	6	44	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos	EXECUÇÃO DE COBERTURA DO MERCADO 2 DE MAIO INCLUINDO OBRAS COMPLEMENTARES - COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O ANO DE 2023 nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambas na sua atual redação		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por 43 votos a favor, 1 (um) voto contra e 1 (uma) abstenção</u> Viseu, 23/09/2022					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD		Hélder Filipe dos Santos Viana	X				
5	PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
6	PPD/PSD		Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferrelra	X				
8	PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
11	PPD/PSD		Bruno Videira Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD		Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Perelra		X			
14	PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEBÕES UF	João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDETA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FÁL VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	José Silva Pereira		X			
26	PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOUDE	José Manuel Almeida Fernandes	X				
28	PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferrelra	X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			

ANEXO 4



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta Inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <i>aproximar para 43 votos a favor, 1 (uma) voto contra e 1 (uma) abstenção</i> Viseu, 23/09/2022					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	VISEU		X			
36	PS		X				
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS		X				
40	PS			X			
41	PS						X
42	PS			X			
43	PS					X	
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPESSES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	BE				X		
52	Chega			X			
Resultado			6	43	1	1	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>aprovada por unanimidade</u>						
REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB1 Nº 1 - ESCOLA DA RIBEIRA - COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O ANO DE 2023		nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambas na sua atual redação		Viseu, 23/09/2022				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana	X					
5	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X					
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira Albuquerque Fernandes		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUÇOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FÁL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José Silva Pereira		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Mauricio Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes	X					
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira	X					
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta Inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u>					
REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB1 Nº 1 - ESCOLA DA RIBEIRA - COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O ANO DE 2023		Viseu, 23/09/2022					
nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambas na sua atual redação							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço	X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes	X			
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X			
36	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes	X			
39	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira	X			
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque	X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha				X
42	PS		Paula Cristina Santos Dias	X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques	X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa	X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes	X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo	X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira	X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso	X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima	X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves	X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena	X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X			
Resultado			6	45	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos		REABILITAÇÃO DO BAIRRO MUNICIPAL DE VISEU - ESPAÇO PÚBLICO - LOTE 3 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O ANO DE 2023		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u> -				
		nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambas na sua atual redação		Viseu, 23/09/2022 <i>[Assinaturas]</i>				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4 PPD/PSD		Hélder Filipe dos Santos Viana	X					
5 PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
6 PPD/PSD		Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X					
8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
11 PPD/PSD		Bruno Videira Albuquerque Fernandes		X				
12 PPD/PSD		Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16 PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	João da Silva Duarte		X				
17 PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDETA UF	Manuel Jorge Nunes		X				
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X				
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X				
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24 PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X				
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	José Silva Pereira		X				
26 PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X				
27 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes	X					
28 PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X				
29 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira	X					
30 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta Inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> - Viseu, 23/09/2022					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	UISEU		X			
36	PS		X				
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS		X				
40	PS			X			
41	PS						X
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	BE			X			
52	Chega			X			
Resultado			6	45	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4 PPD/PSD		Hélder Filipe dos Santos Viana	X				
5 PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
6 PPD/PSD		Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
11 PPD/PSD		Bruno Videira Albuquerque Fernandes		X			
12 PPD/PSD		Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16 PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	João da Silva Duarte		X			
17 PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDETA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22 PPD/PSD	CÓTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	José Silva Pereira		X			
26 PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes	X				
28 PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira	X				
30 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou

aprovou por unanimidade

— Viseu, 23/09/2022

A. — *Maria Faria*



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	UISEU		X			
36	PS		X				
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS		X				
40	PS			X			
41	PS						X
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPESSES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	BE			X			
52	Chega			X			
Resultado			6	45	0	0	1

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou aprovar por unanimidade —
— Viseu, 23/09/2022

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 8 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou aprovar por 40 votos a favor e 5 (cinco) abstenções Viseu, 23/09/2022					
PROCESSO DE REVERSÃO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BOA ALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA - INÍCIO DO PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO E TRANSITÓRIO nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana	X				
5	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
11	PPD/PSD	Bruno Videira Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BÓDIOISA Rui Manuel dos Santos Ferreira				X	
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida				X a)	
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José Silva Pereira		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Mauricio Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes	X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia				X	
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira	X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>abrir um processo de simplificação e transitório</u> e <u>5 (cinco) abstenções</u> Viseu, 23/09/2022
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço			X		
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha				X	
42	PS		Paula Cristina Santos Dias		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima			X a)		
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X			
			Resultado	6	40	0	5	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 9



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 9 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>abreviar por 3.9 votos a favor e 13 (doze) votos contra</u> Viseu, 23/09/2022						
MEDIDAS DE COMBATE À SECA HIDROLÓGICA - TÉRMINUS DO DESCONTO NO TARIFÁRIO DE ÁGUA E SANEAMENTO - SMAS VISEU nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana	X					
5	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X					
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira Albuquerque Fernandes		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDETA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FÁL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José Silva Pereira		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes	X					
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira	X					
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 9 da Ordem de Trabalhos			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>abstiveram por 32 votos a favor e 13 (treze) votos contra</u> Viseu, 23/09/2022					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva			X		
38	PS		José Pedro Esteves Gomes			X		
39	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque			X		
41	PS		André Filipe Marques da Cunha					X
42	PS		Paula Cristina Santos Dias			X		
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques			X		
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa			X		
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X		
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo			X		
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira			X		
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso			X		
49	PS	REPESSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima			X		
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves			X		
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena			X		
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X			
Resultado				6	32	13	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos	PROPOSTA DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DE DIVERSOS PROJETOS DE INVESTIMENTO - MUNICIPIO DE VISEU / CAIXA DE CRÉDITO AGRICOLA - ALARGAMENTO DO PRAZO DE UTILIZAÇÃO - CONHECIMENTO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>tema conhecido</u> Viseu, 23/09/2022					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria					
2	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves					
3	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes					
4	PPD/PSD		Hélder Filipe dos Santos Viana	X				
5	PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida					
6	PPD/PSD		Ana Paula F. Simões Gomes Santana					
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues					
9	PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes					
10	PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes					
11	PPD/PSD		Bruno Videira Albuquerque Fernandes					
12	PPD/PSD		Maria Francisca Damião Loureiro					
13	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira					
14	PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues					
15	PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida					
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	João da Silva Duarte					
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDETA UF	Manuel Jorge Nunes					
18	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira					
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes					
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima					
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego					
22	PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes					
23	PPD/PSD	COITOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida					
24	PPD/PSD	FÁL VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo					
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	José Silva Pereira					
26	PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias					
27	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes	X				
28	PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia					
29	PPD/PSD	RISAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira	X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida					
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho					



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos	PROPOSTA DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DE DIVERSOS PROJETOS DE INVESTIMENTO - MUNICIPIO DE VISEU / CAIXA DE CRÉDITO AGRICOLA - ALARGAMENTO DO PRAZO DE UTILIZAÇÃO - CONHECIMENTO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>tornar contestatário</u>					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues					
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço					
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes					
35	PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos					
36	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva					
38	PS		José Pedro Esteves Gomes					
39	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque					
41	PS		André Filipe Marques da Cunha					X
42	PS		Paula Cristina Santos Dias					
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques					
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa					
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes					
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo					
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira					
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso					
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima					
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves					
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena					
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares					
Resultado				6	0	0	0	1


a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>tomar conhecimento</u>				
			FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 11 da Ordem de Trabalhos APLICAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO EM VISEU - CONHECIMENTO nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas g) e p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro			Viseu, 23/09/2022 				
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria					
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves					
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes					
4	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana	X				
5	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida					
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana					
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues					
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes					
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes					
11	PPD/PSD	Bruno Videira Albuquerque Fernandes					
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro					
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira					
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues					
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida					
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte					
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes					
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira					
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes					
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima					
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego					
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes					
23	PPD/PSD	COITOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida					
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo					
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José Silva Pereira					
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias					
27	PPD/PSD	POVOULDE José Manuel Almeida Fernandes	X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia					
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira	X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida					
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho					

ANEXO 11

Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022
VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 11 da Ordem de Trabalhos	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>trancar conhecimento</u> -						
	Viseu, 23/09/2022.						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues					
33 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço					
34 PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes					
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					
36 PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva					
38 PS		José Pedro Esteves Gomes					
39 PS		Celina Lourenço Martins Ferreira	X				
40 PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque					
41 PS		André Filipe Marques da Cunha					X
42 PS		Paula Cristina Santos Dias					
43 PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques					
44 PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa					
45 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes					
46 PS		Bruno Luís Cardoso de Melo					
47 PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira					
48 PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso					
49 PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima					
50 PS	RIO DE LORA	Adelino Silvério Ferreira Esteves					
51 BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena					
52 Chega		Amélia Maria da Silva Soares					
Resultado			6	0	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 12 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>apoiar por unanimidade</u>						
RETIFICAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS, nos termos do disposto no artº 174º do Código de Procedimento Administrativo, relativa à proposta inscrita na ordem de trabalhos, como Ponto número 9, da sessão ordinária realizada no dia 26 de abril de 2022 - DELIMITAÇÃO DA ARU - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BOA ALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA - VILA CHÃ DO MONTE, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação		Viseu, 23/09/2022						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana	X					
5	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X					
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
11	PPD/PSD	Bruno Videira Albuquerque Fernandes		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X				
16	PPD/PSD	BARREROS CEPÕES UF		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA		X				
19	PPD/PSD	CALDE		X				
20	PPD/PSD	CAMPO		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X				
22	PPD/PSD	CÔTA		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X				
24	PPD/PSD	FÁL VILA CHÃ SÁ		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X				
26	PPD/PSD	ORGENS		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE	X					
28	PPD/PSD	RANHADOS		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	X					
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X				



Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 12 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 23 de setembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> - Viseu, 23/09/2022						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu	X				
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha				X	
42	PS		Paula Cristina Santos Dias		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X			
			Resultado	6	45	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses